

Don 67492

# CADERNOS DE CAMPANHA



Nº3

40P. 11310

BRASIL



## A LEI DOS 12 MIL

Mesmo não sendo seu principal objetivo, dificilmente a Ditadura militar brasileira atingiria de tal maneira os interesses de algumas dezenas de milhares de pessoas que vivem no exterior (e os seus familiares) como o conseguiu com o decreto dos US\$ 1.000 (1).

Com este decreto, são restringidos ainda mais os direitos de milhares de refugiados políticos (legais e ilegais), milhares de estudantes, intelectuais e outras pessoas que fogem do Brasil por perseguições ou pelo simples sufocamento a que estão sujeitos pela restrição das mínimas liberdades de expressão, de criação, e de opinião.

A inexistência de liberdades políticas já os submetia ao risco da violenta repressão, de tortura e de prisão, pela simples manifestação do seu direito de opinião, de expressão e de organização seja política seja sindical, criando uma colônia de refugiados. Da mesma forma isto acabava de criar um clima de opressão e sufocamento a todos aqueles que procuravam se expressar no campo intelectual, cultural, artístico ou científico, levando a um crescimento sistemático de uma colônia de jovens estudantes no exterior.

Além de ser a causa, em última instância deste exodo, a Ditadura Militar já dificultava aos brasileiros no exterior o exercício do

direito de entrar e sair do país (em especial aos familiares de perseguidos políticos), do direito de manter contato em sigilo com seus familiares, amigos e companheiros, na medida em que viola sistematicamente a correspondência com o exterior; ademais de já há algum tempo dificultar o envio de dinheiro, como a ajuda aos estudantes por parte de seus familiares, e de todas as dificuldades que colocam as Embaixadas brasileiras à renovação e obtenção de passaportes (inclusive para crianças por serem filhos de refugiados), e outros serviços legais como concessão e tradução de documentos, etc. Como para dizer que cumprem algum papel, as Embaixadas se transformaram em centros de atividade policial e controle da colônia brasileira no exterior, e de organização de provocações.

Agora a lei dos US\$ 1.000 serra um pouco mais a cortina. Não é suficiente para impedir o entrada e saída dos monopolistas, da grande burguesia nacional e estrangeira (com dinheiro mais do que suficiente para pagar esse depósito e desconsiderar a perda de cerca de 40% em um ano de inflação). Mas é suficiente para impedir a pequena-burguesia de sair à procura de um pouco de ar - fugindo ao sufocamento cultural e intelectual), e dificultando quase ao limite o contato, as vezes apenas anual ou mesmo bi-trienal, com aqueles familiares ou amigos que ainda são um meio de contato com nossa cultura, com nosso país.

Segundo o texto da lei, toda a pessoa que pretenda viajar ao exterior, deverá fazer um depósito de US\$ 1.000,00 (Cr\$ 12.000,00) pelo prazo de um ano, sem correção monetária (perdido pois ao fim de um ano o equivalente ao aumento do custo de vida, cerca de 40%, ou seja cerca de Cr\$ 4.800,00).

Para obter isenção deste depósito o viajante deverá comprovar que sua viagem é de "interesse nacional" (sic).

## O "DIREITO" DE IR E VIR

"O passaporte é a parte mais preciosa de um homem. Ele não é feito do modo tão simples como se faz um ser humano. Um ser humano pode surgir em qualquer lugar, da maneira descuidada e sem qualquer motivo mais sério. Um passaporte jamais. Por isto ele é reconhecido quando é bom, quando o homem pode ser igualmente bom e mesmo assim não ser reconhecido". (BRECHT)

Dia 1º de junho, suicidou-se em Berlim Ocidental, uma companheira refugiada, Maria Auxiliadora, conhecida simplesmente como DORA.

O suicídio de Dora põe à luz de forma flagrante o drama dos refugiados políticos revolucionários brasileiros e latino-americanos. Obrigados a sair do país em consequência da repressão, vendo seus direitos usurpados, enfrentando situações inhumanas. A aliança internacional da reação que se verificou depois do golpe chileno terminou por castrar um dos seus últimos direitos, que era o direito de asilo e de optar por viver onde queriam.

Até então, a história dos "golpes de banana", e de "republiquetas", de nosso continente, dera origem a uma legislação relativamente



democratica sobre o asilo . De constantes golpes, e o re-  
fugio de lideranças burgue-  
sas e pequeno-burguesas, for-  
çava a que os governos-mesmo  
ditatoriais- respeitassem o  
direito de asilo, e dessem  
refugio aos exilados, pela  
simples razão de que o atual  
exilado de um dia qualquer  
poderia vir a tornar-se o fu-  
turo governante. A partir  
de novos golpes e quartela-  
das. Os revolucionarios des-  
frutavam assim indiretamente  
de um direito criado em fun-  
ção de interesses das clas-  
ses dominantes.

Mas o ressurgimento do  
perigo da revolução, o decli-  
nio do populismo, e o refor-  
çamento da alternativa parti-  
do-exército como elemento  
da estratégia imperialista  
na região para contornar a  
fragilidade das burguesias  
latino-americanas e seus par-  
tidos, fez, principalmente a  
partir da revolução cubana,  
com que cada vez mais se de-  
finisse uma modificação na  
composição social e politica  
destes refugiados. E o cres-  
cimento, em termos numéricos  
assim como o conteúdo radica-  
lizado que passaram a ter re-  
fugiados, não poderia deixar  
de forçar o imperialismo a  
dar sua resposta para este  
problema que adquiria caracte-  
rísticas sociais e políti-  
cas.

O golpe do Chile signifi-  
ficou a imposição de uma no-  
va estratégia neste campo .  
Primeiro houve a perseguição  
cruel e sanguinária dos es-  
trangeiros dentro do Chile .  
Depois a posição unanime das  
burguesias do continente (in-  
clusive do governo peronis-  
ta) de impedir que estes re-  
fugiados obtivessem asilo  
em qualquer parte do conti-  
nente.

A pressão (desta santa e  
não declarada aliança) força-  
va, ao contrario do interesse  
da maioria, a que eles tives-  
sem de buscar refugio fora  
da AL, na Europa ou outros  
países ainda mais longínquos.  
E mesmo assim, sem poder es-  
colher, obrigados a irem aos  
países que os aceitassem.

O caso recente da Argen-  
tina é uma continuidade des-  
ta estratégia. O assassinato  
os sequestros de refugiados,  
e as extradições de estrange-  
iros somente vieram a dar

destaque a um problema soci-  
al que já se manifestava an-  
tes do golpe militar pelo au-  
mento da repressão extra-le-  
gal desenvolvidos pelos apa-  
ratos extrapoliciais e pelas  
AAAs. Mais uma vez se mani-  
festou a aliança internacio-  
nal da reação, no caso de  
sequestro e assassinatos de  
ex-deputados uruguaios, no  
caso de Edgardo Enríquez en-  
tregue a Pinochet; no caso  
da companheira brasileira Re-  
gina Marcondes e sua mãe, se-  
questradas que até o mo-  
mento não tivessem tido reco-  
nhecidas suas prisões e no  
caso do assassinato do ex-  
presidente Torres da Bolívia  
além de tantos outros.

O drama que levou Dora  
ao suicídio é apenas um re-  
flexo deste problema social,  
das armaras que são impos-  
tas pela reação internacio-  
nal aos refugiados políticos.

No caso particular, ad-  
mais de todos os outros (co-  
mo se dá no caso de muitos  
outros companheiros confina-  
dos em Berlim) lhes é impedi-  
do o mínimo direito de se  
deslocarem de cidade, ou ir  
a outros países da Europa, na  
medida em que não lhes da-  
vam refugio, documentação e  
passaporte.

Os exilados brasileiros  
e latino-americanos, conhe-  
mos bem o significado de se  
ver privado deste direito. E  
nos sabemos bem que atrás des-  
te suicídio, se encontra um  
assassinato.



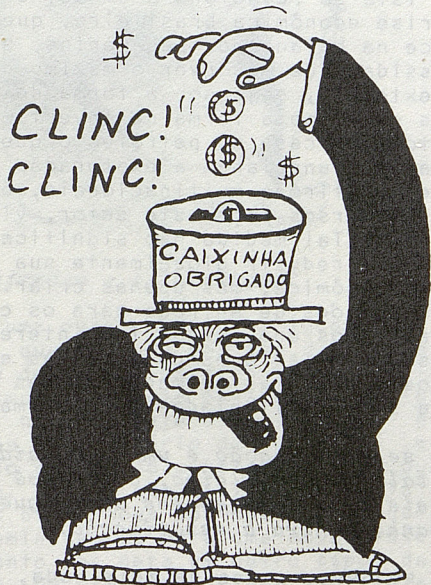
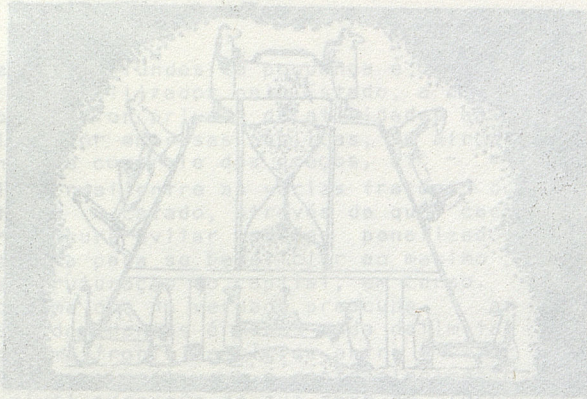
## AS RAZÕES DE UM SUICÍDIO

Em 2 de julho de 1970,  
o estudante paulista MASSA-  
FUMI YOSHINAGA, até então  
militante da organização  
Vanguarda Popular Revolu-  
cionária (VPR), aparecia na te-  
levisão dizendo "abandonar  
a trilha da violência", e  
renegando a luta revolucio-  
nária como caminho para a  
solução dos problemas nacio-  
nais. Era o primeiro de uma  
série de quadros militantes  
que dobrados pela força da  
repressão e da tortura vieram  
publicamente renegar a  
luta, e contribuir desta  
forma com a propaganda ideol-  
ógica da Ditadura.

Libertado algum tempo  
depois, tentou desde então  
vários empregos, sendo que  
por uma ou outra razão não  
conseguiu se fixar em  
nenhum deles. De outubro  
a abril de 1975, passou inter-  
nado no Hospital das Clíni-  
cas de São Paulo, em trata-  
mento psiquiátrico. Segundo  
um de seus irmãos "passou a  
viver em isolamento quase  
que completo, sem sair de  
casa e sem amigos". Recente-  
mente, aconselhado por seu  
tio, começou a frequentar a  
seita oriental Seicho-no-Ie  
"que vê no otimismo a me-  
lhor via para a felicidade".  
Cada vez mais introspectivo,  
e ainda segundo seus fa-  
miliares, Yoshinaga nos últi-  
mos meses "dedicava-se a qui-  
etas leituras da Bíblia e a  
jornais sem fazer comentá-  
rios".

No início de junho -  
cinco anos depois - Massafu-  
mi Yoshinaga, um dos últi-  
mos militantes que segundo  
a Ditadura "optara pela li-  
berdade", suicidou-se em si-  
lêncio sem deixar um bilhe-  
te, uma frase, um aviso .  
Talvez por não considerar  
necessário explicar a razão  
de seu desespero.





# ECONOMIA BRASILEIRA E A ESTATIZAÇÃO

entrevista a  
**ANDRÉ FERNANDES**

A polêmica sobre estatização voltou a estourar nos últimos dias nas páginas da imprensa brasileira.

Como uma contribuição ao debate, Cadernos de CAMPANHA (CDC) entrevista ANDRÉ FERNANDES (AF) militante de um grupo simpatizante da IV INTERNACIONAL e colaboradores da Revista Critique de L'Economie Politique.

**CDC** Existe hoje uma polêmica importante dentro das classes dominantes sobre a estatização da economia brasileira. Qual o grau e quais as razões que você vê para a estatização, no caso brasileiro?

**AF** Segundo os índices convencionais (Receita Pública, PIB, participação do governo na participação bruta do capital fixo, etc.) a participação do Estado na economia brasileira é seguramente superior à maioria dos países desenvolvidos ou da América Latina.

Tais comparações, no entanto, não nos ajudam a compreender grande coisa. O que importa é perguntar-se quais são os fatores estruturais ou conjunturais que conduziram a esta situação.

Para nos atermos aos aspectos estruturais, convém lembrar que a participação do Estado na economia não é recente, e que ela se apresenta como uma das condições para o próprio desenvolvimento do capitalismo no país. A partir da década de trinta, entretanto, assiste-se a uma ampliação substancial da intervenção do Estado, que reagindo à crise internacional e seus efeitos depressivos sobre a economia cafeeira acabará por criar condições favoráveis ao desenvolvimento industrial - promovendo a unificação econômica do território nacional e instaurando as referências legais e institucionais necessárias (Legislação Social, Código, etc).

Porém a debilidade da burguesia local nascente, que não beneficia ainda de uma forte concentração de capital e depende quase inteiramente do exterior para obter bens de produção, exigirá que o Estado intervenha de modo particularmente importante na economia assegurando as condições para acumulação de capital. Isto se verificará sob a forma de implantação pelo Estado de grandes unidades produtivas nos setores de base (petróleo, siderurgia), de investimentos infra-estruturais (energia, transporte) e o desenvolvimento de agências financeiras de grande porte (BNDE) - em suma nos setores pouco rentáveis e que exigem grandes recursos.

Já na década de 50, passada a crise e a II guerra mundial, a economia reintegra-se plenamente ao sistema imperialista em expansão. O fluxo de capital estrangeiro vai se dirigir especialmente aos setores de bens duráveis de consumo. Introduz-se assim um segundo fator estrutural para a intervenção crescente do Estado, que se vê obrigado a desenvolver uma eficaz estrutura de acolho aos investimentos das firmas multinacionais. E isto compreende não só condições de atendimento às exigências técnicas e infra-estruturais bem mais complexas dessas empresas (automóveis, eletrodomésticos, etc) como também a garantia através de subsídios, exonerações, concessões, etc.. pelo Estado, de uma elevada rentabilidade desses capitais.

**CDC** E as razões conjunturais da intervenção do Estado, em função da atual crise econômica?...

**AF** A intervenção estatal não resulta apenas de fatores estruturais. Ela é também o meio privilegiado de que dispõe a classe capitalista no seu conjunto para fazer face à crise cíclica, e recriar - com menos danos e maior rapidez - as condições de valorização e acumulação de capital. Ao mesmo tempo, as modalidades concretas da intervenção resultam em grande parte da natureza e da forma que assume a crise econômica revelando os limites da autono-



mia relativa de que dispõe a tecnocracia e a burocracia do Estado.

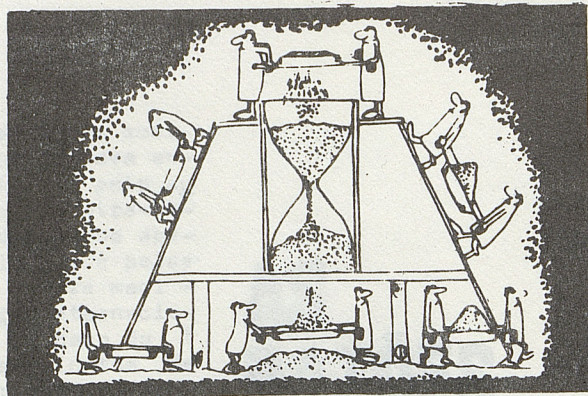
A atual recessão da economia brasileira apresenta um duplo aspecto. Por um lado, manifesta-se uma desproporção aguda entre a capacidade produtiva dos vários setores. Os bens duráveis de consumo tem se expandido bem à frente dos demais, que produzem bens de consumo operário ou bens de produção (máquinas e equipamentos). Tal equilíbrio na estrutura produtiva torna-se hoje insustentável diante da crise que afeta a balança de pagamento. Particularmente onerado pelo peso da importação de máquinas, equipamentos e bens intermediários (o petróleo entre outros). Nessa circunstância o Estado é chamado a intervir rapidamente para corrigir essas distorções que bloqueiam o simples processo de trabalho em escala social, restringindo as importações supérfluas e, sobretudo, estimulando a produção local de bens de produção e matérias primas escassas. Neste processo o Estado - graças à sua capacidade de técnica e financeira - é levado inclusive a participar diretamente na atividade produtiva, investindo nos setores estratégicos relativamente estagnados e de longa maturação.

De outro lado, a atual crise econômica resulta de uma queda da taxa média de lucro afetando variadamente as diversas frações e unidades do capital. Tal movimento da taxa de lucro é determinado por um amortecimento sensível dos fatores que contrabalançam sua tendência natural à queda. Assim, a estagnação do setor de bens de produção impediu nos últimos anos uma modernização sensível dessas indústrias, que pudesse reduzir o valor real do capital constante (máquinas e matérias primas) produzido localmente. Desde que sua parcela importada não incorpora ao preço eventuais reduções de valor, pode-se supor que o capital constante representa hoje uma fração crescente do capital total, elevando assim a composição orgânica e comprimindo a rentabilidade do capital.

Do mesmo modo a estagnação do setor de bens de consumo operário dificulta a redução do valor da força de trabalho, freando a ação dos mecanismos de mais valia relativa. Se a isto se ajunta o fato dos mecanismos de extração de mais valia absoluta - compressão temporária dos salários abaixo do valor da força de trabalho, etc - terem (ou quase) atingido hoje o limite do mínimo fisiológico indispensável à reprodução dos trabalhadores, não é difícil verificar que o capital encontra hoje resistências crescentes às suas tentativas de elevar a taxa de exploração.

Finalmente, as dificuldades crescentes em acelerar a rotação do capital, face à elevada taxa de endividamento das empresas e famílias e das deformações especulativas do sistema financeiro, tem afetado igualmente de modo negativo à evolução da taxa de lucro.

Esse conjunto de fatores, condicionados em grande medida pela evolução da economia mundial, explicam hoje a entrada em crise da economia brasileira e determinam o ritmo e as formas da intervenção estatal. Esta é, em primeiro lugar, necessária para assegurar uma destruição parcial do capital (falências, etc..) dentro de limites toleráveis, supervisionando em certo sentido a concorrência agressiva em que se lançam os múltiplos capitalistas. Do mesmo modo ela é necessária não só para estimular o crescimento de setores vitais para o capital capazes de suscitar uma elevação da taxa de exploração, como tam-



bém para promover uma reconversão global do capital dos setores improdutivos (financeiro, comercial) para aqueles onde se produz diretamente mais valia. Numa palavra, o Estado é chamado a intervir para assegurar a expansão do processo de exploração.

CDC O que significa então o fim do monopólio do petróleo?

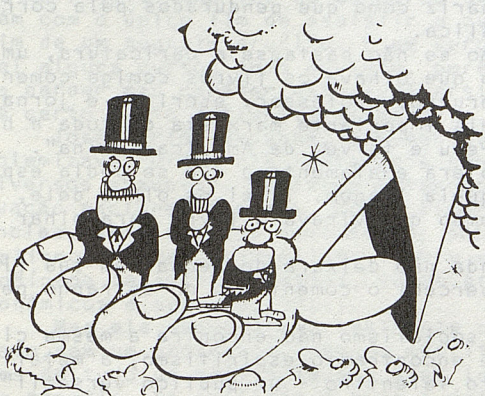
AF O que acontece é que o Estado não intervé sozinho. Ele tenta recorrer, na maior medida possível, aos recursos estrangeiros. Isto se relaciona a um outro aspecto da crise econômica brasileira, que transparece na balança de pagamentos, que é a necessidade de absorver o máximo de recursos externos, seja sob a forma de empréstimos seja sob a forma de investimentos diretos. No caso do petróleo o que se tenta fazer franquiando a exploração de petróleo às firmas multinacionais, é atrair novos recursos para este setor, vindos do exterior. Tal medida não significa que o estado vá reduzir globalmente sua participação econômica, mas apenas criar melhores condições de entrada para os capitais estrangeiros que possam ter interesse em investir nos setores de máquinas e equipamentos e matérias primas, setores que tendem a ser privilegiados na próxima etapa.

CDC Mas, se estatização é uma necessidade do capitalismo brasileiro, como você explica a resistência de setores da burguesia e a campanha contra a estatização?

AF Isso se deve, antes de mais nada, ao fato que o Estado, ao substituir-se de certo modo à crise desempenha uma função análoga de desvalorização do capital, realiza uma intervenção penalizadora face aos múltiplos capitais, e em particular àqueles que apresentam níveis inferiores de produtividade. A ótica dos capitalistas individuais é aqui completamente diversa da do Estado que se rege pelos interesses do capital em geral. Cada capitalista está interessado apenas nas condições de rentabilidade de sua empresa. O espectro da crise, a intervenção penalizadora do Estado constituem para ele uma ameaça, diante da qual ele tende a identificar os dois fatores, percebendo a ação do Estado como a causa da crise e não como um resultado e meio de superação. Esta é a representação falsa, invertida, que se fazem os capitalistas dos fatores que conduzem à crise e é sobre esta base ideológica que cresce a campanha pela desestatização da economia. Mas, não se deve tomar toda essa polêmica, que tem dividido as classes dominantes do governo a muitos meses, por um simples engano. Ela traduz, nas múltiplas reivindicações arroladas pelas federações, associações e outras entidades patronais de vários estados - por exemplo a privatização



da gestão de fundos de poupança e outros recursos mobilizados pelo Estado, a devolução ao setor privado de atividades absorvidas por empresas públicas, um afrouxamento de controle dos preços, etc - um conflito real entre as várias frações do capital e o Estado, através da qual cada setor procura evitar medidas penalizadoras e luta para se beneficiar ao máximo da reestruturação do capital, em curso. O problema que na verdade preocupa as classes dominantes é menos o da delimitação de uma fronteira rígida entre o setor público e privado, que o restabelecimento a um nível adequado da sua taxa de lucro (ainda que não se possa negligenciar o temor que nutrem alguns setores de perderem completamente, o controle do Estado). Daí o efeito negligenciável sobre a camada anti-estatizante das concessões já esboçadas pelo governo, enquanto persiste a recessão.



CDC *E os que defendem a estatização?*

AF Há de fato uma outra corrente, igualmente equivocada, que faz uma análise diferente da presença do Estado na economia brasileira e formula sua tese básica da seguinte maneira: não se trata de privatizar a economia mas ao contrário de aumentar a participação do Estado e orientá-la em outro sentido. Pensam que assim se poderia corrigir as distorções do modelo e conduzir a economia não só para uma nova fase de crescimento mas para um outro tipo de crescimento. Um crescimento que beneficiaria muito mais as massas populares em detrimento das camadas ricas que até hoje se beneficiaram do modelo. Esta análise a meu ver, repousa também sobre uma ilusão: a ilusão de que o Estado pode ser utilizado de maneira neutra no sentido de implementar um projeto ou outro segundo a vontade de agentes que participam na administração e das decisões estatais - os chamados tecnocratas. Na verdade o que escapa a esta análise são os limites que se impõem necessariamente à ação do Estado. O Estado, hoje, é obrigado a intervir, e intervir de uma certa maneira. Ele não tem muitas escolhas, ele está determinado pela forma e pela natureza da crise que afeta a economia brasileira. Assim, sua intervenção terá efeitos relativamente precisos, e previsíveis que podem ser esquematizados da seguinte forma: dado o duplo caráter da recessão por que passa hoje a economia brasileira e a que já nos referimos, ela deverá desembocar simultaneamente num processo de substituição de importações de bens de produção e numa elevação da taxa de exploração. O crescimento desse setor industrial tende por sua vez a agravar a concentração da renda, dado o volume de recursos financeiros que mobiliza para seus investimen-

tos, assim como a fraca criação de emprego (em geral altamente especializados) que propicia. Pode-se além disso supor que novas máquinas produzidas nesse setor ao difundirem-se pela economia, fornecerão oportunidade aos capitalistas de outros ramos de reorganizarem o processo de trabalho. Tais resultados decorrem do próprio movimento do capital e não podem ser evitados, apenas, pela boa vontade dos agentes do aparelho de Estado burguês. Daí o caráter ilusório de qualquer projeto que pretenda eliminar os efeitos cíclicos nefastos do capitalismo sem antes abolir o próprio capital.

CDC *Se você não considera que se coloca - do ponto de vista do capital - o problema da criação de um mercado junto às classes trabalhadoras, como você explica a elevação dos índices salariais nos últimos anos, e a ênfase que o governo dá ao problema do mercado interno?*

AF De fins de 75 para cá, de fato a política salarial sofreu modificações aparentemente importantes: o abono de 10%, em seguida o aumento da ordem de 40 a 45%, e mais recentemente o aumento foi fixado em 42%. Na minha opinião estes aumentos, maiores que os precedentes (da ordem de 20 a 30%), devem ser vistos em relação ao aumento, muito significativo, da taxa de inflação, que nos últimos anos se situou num patamar muito superior ao dos anos anteriores. Isso indica que as medidas adotadas são expedientes para manter a mesma política salarial quando a inflação é bem maior. Quanto ao problema do mercado, acho que existe uma confusão, frequentemente alimentada por setores da oposição, que, aproveitando a ênfase que o governo dá ao crescimento do mercado interno, assimilam desta idéia a idéia de que o mercado de massas também deve se expandir. Identifica-se crescimento de mercado interno e mercado de consumo de massas, como se as duas coisas fossem equivalentes. Na verdade elas são profundamente diferentes. O mercado interno tenderá a ser abastecido com uma proporção crescente de bens produzidos localmente - especialmente máquinas e equipamentos e bens intermediários - crescendo assim, em certa medida, para os capitalistas locais. Sua dimensão absoluta poderá mesmo ampliar-se, dependendo do ritmo da retomada dos investimentos e dos seus efeitos multiplicadores. Mas isso não significa absolutamente o crescimento de um consumo de massa. É mesmo o contrário que tenderá a ocorrer. A expansão do setor de bens de produção supõe na verdade uma estagnação do mercado popular através da canalização de recursos para o investimento e a manutenção dos mecanismos de compressão salarial. Os setores que proclamam hoje a necessidade de, na maior medida possível, influenciar a tecnocracia estatal e forçá-la a adotar medidas no sentido de favorecer as grandes massas, não percebem o efeito contraditório que estas medidas poderiam ter, aprofundando a crise econômica. Se, de fato o Estado pudesse e adotasse medidas de redistribuição massiva da renda, a consequência mais imediata seria uma debilitação da rentabilidade das empresas que veriam seus custos salariais aumentarem significativamente num período em que os preços estão sendo relativamente contidos e os custos financeiros agravados. Isto não faria senão precipitar e aprofundar ainda mais a crise econômica que está afetando o conjunto da economia brasileira.





# COMO CONHECI MARIATEGUI

Mino Ribas

8

Eu o conheci numa pequena livraria de S. Michel. Num daqueles sebos cujos livros ocupam quase todo o espaço e cujas prateleiras se desdobram até a calçada.

Eu folheava alguns livros "bon marché", quando o vi, num momento em que sem prestar atenção ao autor eu virava um livro para olhar a contracapa.

Era uma verdadeira "figurinha difícil". Chapéu de copa cinza-chumbo com uma fita de seda, calça e sapatos pretos, camisa de colarinho duro, gravata, casacação cinza escuro com dois botões - apenas um abotoado - com um livro na mão. Os óculos com lentes de forma oval, moldura negra e fina, sem hastes, se equilibravam no nariz como que pendurados pela correnteinha metálica.

Como se não bastasse a caricatura, um companheiro que olhava os livros comigo comentou: "É um peruano; professor, escritor e jornalista; o mais importante marxista de toda a história do Peru e talvez da América Latina".

Não era exatamente o que se podia esperar vendo aquela imagem. Tirei os olhos dele, ao mesmo tempo que virava o livro para olhar o fundo.

Ainda não deixara de pensar em sua figura, quando percebi o comentário do estranho personagem:

"O socialismo não encontra a mesma clientela que encontram o espiritismo, a metafísica e Rodolfo Valentino - um público versátil".

O estranho comentário me fez franzir a testa, que foi voltando ao normal conforme aquele camarada me explicava que "isto não chegava a ser um problema pois "o importante é que o socialismo achava sua clientela entre os trabalhadores e intelectuais sérios"... "aqueles", complementava, "que se diferenciam dos intelectuais que repudiam a burguesia, mas não se decidem a caminhar ao lado do proletariado".

Assim foi. Uma estranha maneira de conhecer um personagem... e que personagem!

Encostei-me em uma prateleira, sem nem bem notar meu companheiro que se despedia e saía, enquanto eu continuava a prestar atenção nas palavras daquele desconhecido.

Falava-me agora de seus livros.

Durante sua vida tivera dois livros impressos: "A cena contemporânea" e "Sete ensaios de interpretação da realidade peruana". Este último é uma das poucas obras de marxistas latinoamericanos aonde se analisa e se faz um estudo sério e profundo de aspectos da realidade social de nosso continente.

Sem deixar, em nenhum momento, de prestar atenção em suas exposições sobre problemas peruanos e internacionais, paguei os livros que já havia escolhido e saímos a caminhar. Primeiro por uma viela e depois pelo boulevard Saint Michel no sentido de Luxembourg. Enquanto tropeçava na multidão que se agitava naquela "hora do pique", comeci a tentar saber um pouco de sua vida.

José Carlos - era assim que se chamava - começou a me falar sobre ele próprio:

"Ainda que seja um escritor muito pouco autobiográfico, vou lhe dar alguns dados sumários. Nasci em 1895. Aos 14 anos trabalhei no jornalismo, primeiro em "La Prensa", logo em "El Tiempo", finalmente em "La Razón". Neste último jornal organizamos uma campanha pela Reforma Agrária. Desde 1918, nauseado de política nacional, me orientei decididamente para o socialismo, rompendo com meus primeiros titubeios de literato carregado de deca-



dentismo e em pleno apogeu de um bizantismo sem fim. De fins de 1919 a meados de 1923, viajei pela Europa. Residi mais de dois anos na Itália, aonde espousei uma mulher e algumas idéias. Andei pela França, Alemanha, Austria e outros países. Minha mulher e meu filho me impediram de chegar à Rússia. Desde a Europa me organizei com alguns peruanos para a ação socialista. Meus artigos desta época assinalam o estágio de minha orientação socialista. Em minha volta ao Perú; em 1923, em reportagens, conferência na Federação de estudantes, na Universidade Popular, artigos, etc..., expliquei a situação Européia, e iniciei meus trabalhos de pesquisa sobre a realidade nacional conforme o método marxista. Em 1924 estive a ponto de perder a vida. Perdi uma perna e fiquei muito debilitado. Certamente eu já estaria totalmente curado se tivesse uma vida tranqüila. Porém nem minha pobreza, nem minha inquietude intelectual me permitem isto"... "Ah! me esquecia", acrescentava, "sou autodidata. Em Lima me matriculei uma vez em um curso de letras, porém com o único fim de assistir o curso de Latim de um augusto erudito. E em Europa frequentei alguns cursos como ouvinte, porém sem nunca perder meu caráter extra-universitário e até certo ponto antiuniversitário"...

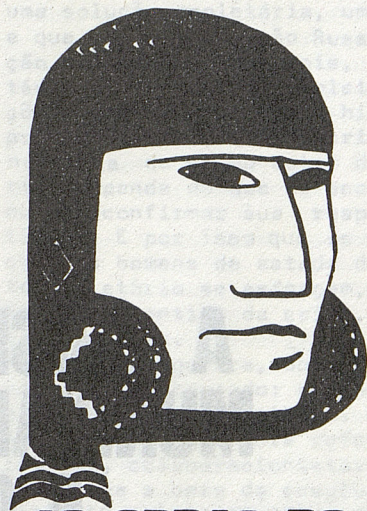
José Carlos expunha, argumentava, debatia polemizava. Discorria lentamente sobre os mais diversos assuntos. Política internacional, situação nacional peruana, arte, literatura, ciências, problemas do quotidiano; sobre o nacionalismo e internacionalismo, sobre o problema indígena na América Latina, sobre problemas econômicos e sociais, etc...

Mas ele demonstrava realmente não ser de fato, nem um professor, nem um escritor. Era antes de tudo um militante por suas idéias. Como me repetia, "a política é hoje a única atividade de criatividade. E a realização de um imenso ideal humano. E política se enobrece, se dignifica e se eleva quando é revolucionária. E a verdade de nossa época é a revolução".

Sua atividade como jornalista se dava toda no sentido de propagandear, educar, agitar e organizar a independência proletária e o socialismo. As suas conferências na Universidade Popular, do mesmo modo, eram também um instrumento para formar a Vanguarda Proletária. E o seu trabalho foi decisivo na organização do proletariado peruano: sindical na CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Peruanos - fundada em 1929) e política no PCP (fundado em 1930), nos quais teve uma importante participação nas definições políticas e estatutos. Sua participação foi importante também no Congresso Latinoamericano de Montevideú em maio de 1929, no qual os delegados de 800 000 operários lançaram as bases da Confederação Sindical Latinoamericana.

Sentado ao sol, no Jardim de Luxembourg, eu o via explicar com ardor a obra de "Amauta" ("mestre" em idioma indígena) e "Labor", jornais socialistas dos quais fora fundador. Ali, como em outros jornais que trabalhara, ele mantivera metódica e sistematicamente seções permanentes, cujos artigos foram mais tardes agrupados por seus filhos em livros (do mesmo modo que suas conferências e demais escritos). Sendo somente omitido "deliberadamente" na publicação de suas obras completas sua não menos copiosa obra, escrita na adolescência até sua partida para o velho mundo - época que ele próprio definia como sua "idade da pedra" - "que pouco tem com a obra de orientador e precursor da consciência social no Perú".

Naquele espaço de três, quatro horas, de fato eu conhecera um dos maiores marxistas, organizadores e revolucionários latinoamericanos... e através de uma meia dúzia de livros de José Carlos Mariategui, comprados em seu bo em Paris, eu tivera contato com uma importante fase do pensamento marxista e da revolução peruana e latinoamericana.



## AS OBRAS DO 'AMAUTA'

A maior parte da substanciosa obra do "Amauta" (Mestre em língua indígena), como era chamado Mariategui, foi produzida entre os anos de 1923 e 30, isto é, tao somente 7 anos.

Neste breve periodo, José Carlos Mariategui chegou a publicar - em forma de livros - 2 volumes de seus escritos: "LA ESCENA CONTEMPORANEA" (1925) e "SIETE ENSAIOS DE INTERPRETACION DELA REALIDAD PERUANA" (1928). Após sua morte foram publicados "DEFENSA DEL MARXISMO" (1934) - em edição incompleta "EL ALMA MATINAL Y OTROS ESTACIONES DEL HOMBRE DE HOY" (1950) e "LA NOVELA Y LA VIDA" (1955).


O material destes livros estava organizado por seu autor.

Mais tarde ainda, seus filhos, através da Editora Amauta, desenvolveram um trabalho de recopilación de sua produçao que se encontrava dispersa em artigos publicados nas revistas da época, principalmente MUNDIAL E VARIEDADES, no diário limenho EL TIEMPO, na revista AMAUTA, a qual dirigira outras publicações do Peru e do estrangeiro. Publicando assim as OBRAS COMPLETAS DE JOSE CARLOS MARIATEGUI (além dos livros anteriores), publicaram estes materiais agrupando-os sob o nome das suas seguintes publicações: EL ARTISTA Y LA EPOCA, SIGNOS E OBRAS HISTORIA DE LA CRISIS MUNDIAL (Conferencias), PERUANICEMOS EL PERU, TEMAS DE NUESTRA AMERICA IDEOLOGIA E POLITICA, TEMAS DE EDUCACION, CARTAS DE ITALIA, e FIGURAS Y ASPECTOS DE LA VIDA MUNDIAL.

Junto a estes livros, a "BIBLIOTECA AMAUTA" publicou ainda duas biografias de Mariategui: MARIATEGUI Y SU TIEMPO, por Armando Buzan e outros autores, e JOSE CARLOS MARIATEGUI - ETAPAS DE SU VIDA, por Maria Wiese e outros).

Do mesmo publicaram um livro, POEMAS A MARIATEGUI com prologo de Pablo Neruda e poemas de diversos autores, e um livro de Alberto Tauro, AMAUTA Y SU INFLUENCIA, uma síntese do conteúdo de sua historica revista AMAUTA.





# A CRISE MUNDIAL E O PROLETARIADO PERUANO (1923)

MARIATEGUI

Nesta conferência vou me limitar a expor o programa do curso, ao mesmo tempo que fazer algumas considerações sobre a necessidade de difundir no proletariado o conhecimento da crise mundial. Infelizmente, falta no Peru uma imprensa que siga com atenção, com inteligência e com filiação ideológica o desenvolvimento desta grande crise, faltam ainda, professores universitários, do tipo de José Ingenieros, capazes de se apaixonarem pelas idéias de renovação que atualmente transformam o mundo e de se libertarem da influência e dos preconceitos de uma cultura e de uma educação conservadoras e burguesas; faltam grupos socialistas e sindicais donos de instrumentos próprios de cultura popular, e capazes, portanto, de interessar ao povo pelo estudo da crise. A única cátedra de educação popular, com espírito revolucionário, é esta em formação da Universidade Popularda. A ela toca, por conseguinte, superando o modesto plano de trabalho inicial, apresentar ao povo a realidade contemporânea, explicar-lhe que vivendo uma das horas mais transcendentais e importantes da história, contagiar-lhe dos fecundos anseios que agitam atualmente os mais povos civilizados do mundo.

Nessa grande crise contemporânea o proletariado não é um espectador, é um ator. Nela vai ser resolvida a sorte do proletariado mundial. Dela vai surgir, segundo todas as probabilidades e segundo todas as previsões, a civilização socialista, destinada a suceder a declinante e moribunda civilização capitalista, individualista e burguesa. O proletariado necessita, agora como nunca, saber o que se passa no mundo. Não pode saber através das informações fragmentárias, episódicas e homeopáticas do telex cotidiano, mal traduzidas e piores redigi-

das na maioria dos casos e provenientes sempre de agências reacionárias encarregadas de descreditar os partidos, as organizações e os homens do proletariado mundial.

Na crise européia está se julgando os destinos de todos os trabalhadores do mundo. O desenvolvimento da crise deve interessar, pois, igualmente, aos trabalhadores do Peru e aos trabalhadores do Extremo Oriente. A crise tem como palco principal a Europa; mas a crise das instituições européias é a crise das instituições da civilização ocidental. E o Peru, como os demais povos da América, gira dentro da órbita dessa civilização, não só porque se trata de países politicamente independentes mas economicamente coloniais, ligados ao capitalismo britânico, ao capitalismo americano ou ao francês, também porque a crise européia é o tipo de nossas instituições. São precisamente estas instituições democráticas, que nós copiamos da Europa, esta cultura, que, nós copiamos, também, da Europa, as que na Europa estão agora em período de crise definitiva, de crise total. A civilização capitalista, sobretudo, internacionalizou a vida da humanidade, criou entre todos os povos laços materiais que estabelecem entre eles uma solidariedade inevitável. O Internacionalismo não é só um ideal, é uma realidade histórica: O progresso faz que os interesses, as idéias, os costumes, os regimes dos povos se unifiquem e se confundam. O Peru, como os demais povos americanos, não está, portanto, fora da crise, está dentro dela. A crise mundial já repercutiu nestes povos. E, evidentemente, seguirá repercutindo. Um período de reação na Europa será também um período de reação na América. Um período de revolução na Europa será também um período de revolução na América. Há mais de um século, quando a vida da humanidade não era tão solidária como hoje, quando não existiam meios de comunicação que hoje existem, quando as nações não tinham o contato imediato e constante que têm hoje, quando não havia imprensa, quando éramos ainda espectadores distantes

dos acontecimentos europeus, a Revolução Francesa deu origem à Guerra da Independência e ao surgimento de todas essas repúblicas. Esta recordação basta para que nos demos conta da rapidez com que a transformação da sociedade refletira nas sociedades americanas. Aquelas que dizem que o Peru, e a América em geral, vivem muito distantes da revolução européia, não têm noção da vida contemporânea, nem têm uma compreensão, nem sequer aproximada, da história. Essa gente se surpreende de que cheguem ao Peru os ideais mais avançados da Europa; mas não se surpreende, em troca, que cheguem o avião, o transatlântico, o telégrafo sem fios, o rádio; todas as expressões mais avançadas, do progresso material da Europa. A mesma razão para ignorar o movimento socialista havia para ignorar, por exemplo, a teoria da relatividade de Einstein. Eu estou certo de que o mais reacionário de nossos intelectuais não lhe ocorrerá que a nova física, da qual Einstein é o mais eminente e máximo representante, deva ser proscrita do estudo e da vulgarização, e quase todos são reacionários impermeáveis.

É se o proletariado em geral tem necessidade de estar em dia com os grandes aspectos da crise mundial, esta necessidade é maior ainda naquela parte do proletariado socialista, operária, sindicalista ou libertária que constitui sua vanguarda; naquela parte do proletariado mais combativa e consciente, mais lutadora e preparada; naquela parte do proletariado encarregada da direção das grandes ações proletárias, naquela parte do proletariado a qual to



ca o dever histórico de representar o proletariado peruano no momento social presente; em uma palavra, naquela parte do proletariado que qualquer que seja sua crença particular, tem consciência de classe, tem consciência revolucionária. Eu dedico, sobretudo, minhas dissertações a esta vanguarda do proletariado peruano. Ninguém, mais que os grupos proletários de vanguarda, necessitam estudar a crise mundial. Eu não tenho a pretensão de vir a esta tribuna livre de uma universidade livre para lhes ensinar a história da crise mundial; mas sim para estudar eu mesmo com vocês. Companheiros, desta tribuna, a crise mundial, eu a estudo com vocês. Eu não tenho neste estudo senão o mérito modestíssimo de trazer aqui as observações pessoais de três anos e meio de vida européia, ou seja, dos três anos e meio culminantes da crise, e os ecos do pensamento europeu contemporâneo.

Eu convido muito especialmente a vanguarda do proletariado a estudar comigo o processo da crise mundial por várias razões transcendentais. Vou enumerá-las sumariamente. A primeira razão é que a preparação revolucionária, a cultura revolucionária, a orientação revolucionária dessa vanguarda proletária, se formou à base da literatura socialista, sindicalista e anarquista anterior à guerra européia, ou anterior pelo menos ao período culminante da crise. Livros socialistas, sindicalistas, libertários de velha data, são os que, geralmente, circulam entre nós. Aqui se conhece um pouco a literatura clássica do socialismo e do sindicalismo; não se conhece a nova literatura revolucionária. A cultura revolucionária é aqui uma cultura clássica, além de ser, como vocês o sabem muito bem, companheiros, uma cultura muito incipiente, muito inorgânica, muito desordenada, muito incompleta. Pois bem, toda essa literatura socialista e sindicalista anterior à guerra está em revisão. E esta revisão não é uma revisão imposta pelo capricho dos teóricos, mas pela força dos fatos. Essa literatura, por conseguinte, não pode ser usada hoje sem benefício de inventário. Não se trata, naturalmente, de que ela não continue sendo exata em seus princípios, em suas bases, em tudo que há nela de ideal e eterno, mas que deixou de ser exata, muitas vezes em suas inspirações táticas, em suas considerações históricas, em tudo que significa ação, procedimento, meio de luta. A me-

ta dos operários continua sendo a mesma; o que mudou, necessariamente, por causa dos últimos acontecimentos históricos, são os caminhos escolhidos para chegar, ou para aproximar dessa meta ideal. Daí que o estudo destes acontecimentos históricos, e de sua transcendência, seja indispensável para os operários militantes nas organizações classistas.

Vocês sabem, companheiros, que as forças proletárias européias se acham divididas em dois grandes grupos: reformistas e revolucionários. Há uma Internacional operária, reformista, colaboracionista, evolucionista e outra Internacional operária, bolchevique, anti-colaboracionista, revolucionária. Entre uma e outra surgiu uma Internacional intermediária, mas que terminou por alinhar-se com a primeira contra a segunda. Em um e outro grupo há diversas tendências, mas os grupos são dois de forma nítida e inconfundível. O grupo dos que querem realizar o socialismo colaborando politicamente com a burguesia, e o grupo dos que querem realizar o socialismo conquistando integralmente o poder político para o proletariado. Pois bem, a existência desses dois grupos vem da existência de duas concepções diferentes, de duas concepções opostas, de duas concepções anta-

gônicas do atual momento histórico. Uma parte do proletariado acredita que o momento não é revolucionário; que a burguesia não esgotou ainda sua função histórica; que pelo contrário a burguesia é ainda bastante forte para conservar o poder político; que não chegou em suma, a hora da revolução social. A outra parte do proletariado acredita que o momento histórico atual é revolucionário que a burguesia é incapaz de reconstruir a riqueza social destruída pela guerra e incapaz, portanto, de solucionar os problemas da paz, que a guerra deu origem a uma crise cuja solução não pode ser outra que uma solução proletária, uma solução socialista; e que com a Revolução Russa começou a revolução social. Existem pois, dois exércitos proletários porque há no proletariado duas concepções opostas do momento histórico; duas interpretações distintas da crise mundial. A força numérica de um ou outro dos exércitos proletários depende do que os acontecimentos pareçam ou não confirmar sua respectiva concepção histórica. E por isso que os pensadores, os teóricos, os homens de estudo de um ou outro exército proletário se esforçam, sobretudo, em aprofundar o sentido da crise, em compreender sua significação.

Antes da guerra, duas tendências predominavam no proletariado: a tendência socialista e a tendência sindicalista. A tendência socialista era predominantemente reformista, social-democrática, colaboracionista. Os socialistas pensavam que a hora da revolução social estava distante e lutavam pela conquista gradual através da ação legal e da colaboração governamental ou, pelo menos, legislativa. Esta ação política debilitou excessivamente, em alguns países a vontade e o espírito revolucionários do socialismo. O socialismo se aburguesou consideravelmente. Como reação contra este aburguesamento do socialismo, tivemos o sindicalismo. O sindicalismo opôs à ação política dos partidos socialistas a ação direta dos sindicatos. No sindicalismo se refugiaram os espíritos mais revolucionários e intransigentes do proletariado. Mas também o sindicalismo resultou no fundo, um tanto colaboracionista e reformista. Também, o sindicalismo estava dominado por uma burocracia sindical sem psicologia revolucionária verdadeira.

E assim, sindicalismo e socialismo se mostravam mais ou menos solidários e mancomunados em alguns países, como Itália onde o Partido Socialista não participava no governo e se mantinha fiel a outros princípios formais de independência. Assim sendo as tendências mais ou menos afastadas ou mais ou menos próximas, segundo os países eram duas: sindicalistas e socialistas. Quase toda literatura revolucionária de que se nutriu a mentalidade dos nossos dirigentes proletários corresponde a esse período de luta social.

Mas, depois da guerra a situação mudou. O campo proletário, como acabamos de recordar, não se divide mais em socialistas e sindicalistas mas, em reformistas e revolucionários. Inicialmente assistimos a uma cisão, e uma divisão no campo socialista. Uma parte do socialismo tinha afirmado sua orientação social-democrática, colaboracionista, revolucionária. E essa parte do socialismo, é que para diferenciarse nitidamente da primeira adotou o nome de comunismo. A divisão se produziu, também da mesma forma no campo sindicalista. Uma parte dos sindicatos apoia o social-democrático; a outra apoia os comunistas. O aspecto da luta social européia mudou, portanto, radicalmente. Temos visto muitos sindicalistas intransigentes de antes da guerra tomar rumo no sentido do reformismo. Temos visto, em troca, outros



seguiam o comunismo. E entre esses, se conta, como em uma conversa lembrava, não faz muito tempo, com o mais ilustre teórico do sindicalismo: o francês George Sorel. Sorel, cuja morte foi um luto amargo para o proletariado e para a intelectualidade da França deu toda sua adesão à Revolução Russa.

Aqui, como na Europa, os proletários, têm, pois, que dividir-se não em sindicalistas e socialistas - classificação anacrônica - mas em colaboracionistas e anti-colaboracionistas, em reformistas e bolcheviques. Mas, para que esta classificação se produza com nitidez, com coerência é indispensável que o proletariado conheça e compreenda em suas grandes linhas, a grande crise contemporânea. De outra maneira, a confusão é inevitável.

Eu participo da opinião dos que acreditam que a humanidade vive um período revolucionário. E estou convencido do próximo ocaso de todas as teses reformistas, de todas as teses evolucionistas.

Antes da guerra, estas teses eram explicáveis, porque correspondiam a condições históricas diferentes. O capitalismo era super-abundante. O capitalismo podia permitir-se ao luxo de fazer sucessivas concessões econômicas ao proletariado. E suas margens de manobras eram tais que foi possível a formação de uma numerosa classe média, de uma numerosa pequena-burguesia que gozava de uma vida comoda e confortável. O operário europeu ganhava o bastante para comer discretamente e em alguns países, como Inglaterra e Alemanha, lhe era permitido satisfazer algumas necessidades do espírito. Não havia, pois, ambiente para a revolução. De pois da guerra, tudo mudou. A riqueza social européia foi em grande parte destruída. O capitalismo responsável pela guerra, necessita reconstruir essa riqueza a custa do proletariado. E quer, portanto, que os socialistas colaborem no governo, para fortalecer as instituições democráticas; mas não para progredir no caminho das realizações socialistas. Antes, os socialistas colaboravam para melhorar, paulatinamente, as condições de vida dos trabalhadores. Agora colaborariam para renunciar a conquista proletária. A burguesia para reconstruir a Europa necessita que o proletariado se disponha a produzir mais e consumir menos. E o proletariado resiste a uma e outra coisa e diz a si mesmo que não vale a pena consolidar no poder uma classe social culpada da guerra e destinada, fatalmente, a conduzir a humanidade a uma guerra mais cruel ainda. As condições de uma colaboração da burguesia com o proletariado são tais que, por sua natureza, o colaboracionismo tem necessariamente, que perder, pouco a pouco, seu proselitismo atualmente tão desenvolvido.

O capitalismo não pode fazer concessões ao socialismo. Os Estados europeus para reconstruírem-se é necessário um regime de rigorosa economia fiscal, o aumento das horas de trabalho, a diminuição dos salários, em uma palavra, o estabelecimento de conceitos e de métodos econômicos abolidos em homenagem à vontade proletária. O proletariado não pode logicamente consentir esse retrocesso. O proletariado não pode nem quer consentir. Toda possibilidade de reconstrução da economia capitalista está pois eliminada. Esta é a tragédia da Europa atual. A reação vai cancelando nos países da Europa as concessões econômicas feitas ao socialismo, por um lado, de um lado, esta política reacionária não pode ser suficientemente enérgica nem eficaz para restabelecer a sagrada riqueza pública, do outro lado; contra essa política reacionária, se prepara, lentamente, o único do proletariado. Com medo da revolução,

cancela, por isto, não só as conquistas econômicas das massas, mas atenta também contra suas conquistas políticas. Assim, assim, na Itália a ditadura fascista. Mas assim a burguesia, socava mina e fere de morte as instituições democráticas. E perde toda a sua força moral e todo seu prestígio ideológico.

Por outra parte, na ordem das relações internacionais, a reação põe a política externa em mãos de minorias nacionalistas e anti-democráticas. E essas minorias nacionalistas saturam de chauvinismo essa política externa. E impedem, com suas orientações imperialistas, com sua luta pela hegemonia européia, o restabelecimento de uma atmosfera de solidariedade européia, que consinta aos Estados entenderem-se acerca de um programa de cooperação e de trabalho. A obra desse nacionalismo, desse reacionismo vimos na ocupação do Ruhr.

A crise mundial é pois, crise econômica e crise política. E é, além disso, sobretudo, crise ideológica. As filosofias afirmativas positivas, da sociedade burguesa, estão, desde muito tempo, minadas por uma corrente de cepticismo, de relativismo. O racionalismo, o historicismo, o positivismo, declinam irremediavelmente. Esse é, indubitavelmente, o aspecto mais profundo, o sintoma mais grave da crise. Esse é o indício mais definido e profundo de que não está em crise unicamente a economia da sociedade burguesa, mas que está em crise integralmente a civilização capitalista, a civilização ocidental, a civilização européia.

Pois bem. Os ideólogos da Revolução Social, Marx e Bakounine, Engels e Kropotkin, viveram na época do apogeu da civilização capitalista e da filosofia historicista e positivista. Por conseguinte não puderam prever que a ascensão do proletariado teria que produzir-se em virtude da decadência da civilização ocidental. O proletariado estava destinado a criar um novo tipo de civilização e cultura. A ruína econômica da burguesia ia ser ao mesmo tempo a ruína da civilização burguesa. E que o socialismo ia encontrar-se na necessidade de governar não em uma época de plenitude, de riqueza, mas, em uma época de pobreza, de miséria e de escassez. Os socialistas reformistas, acostumados à idéia de que o regime socialista mais que um regime de produção é de distribuição, acreditam ver nisto o sintoma de que a missão histórica da burguesia não está esgotada, de que o momento não está ainda maduro para a realização socialista. Em uma reportagem para "La Cronica" eu recordava, aquelas frases de que a tragédia Europa é esta: o capitalismo não pode mais e o socialismo não pode ainda. Esta frase que dá a sensação, efetivamente, da tragédia européia é a frase de um reformista, é uma frase saturada de mentalidade evolucionista, e impregnada da concepção de um passo lento, gradual e pacífico, sem convulsões e sem sacudidas, da sociedade individualista à sociedade coletivista. E a história nos ensina que todo novo estado social se formou sobre as ruínas do estado social precedente. E que entre o surgimento de um e a derrubada do outro houve, logicamente, um período intermediário de crise.

Presenciamos a desagregação, a agonia de uma sociedade caduca, senil, decrépita; ao mesmo tempo, presenciamos a gestação, a formação, a elaboração lenta e inquietada da sociedade nova. Todos nós, os homens que estamos unidos por uma filiação ideológica sincera que nos vincula a sociedade nova e nos separa da sociedade velha, devemos fixar profundamente a atenção neste período transcendental, agitado e intenso da história da humanidade.



## AS RAZÕES DAS LUTAS NOS VALES DO PINDARÉ, MIRIM E DO MEARIM

Eu sou um trabalhador agrícola. Conhecendo a agricultura brasileira do norte ao sul, encontrei sempre nas diferentes regiões, onde estive os mesmos problemas: a miséria, a injustiça, a revolta dos trabalhadores e a tentativa sistemática dos latifundiários e da polícia de abafá-los.

Meu pai era um camponês pobre. Sua única riqueza eram seus 6 filhos e um pedacinho de terra herdado de seus avós. Ele trabalhava nela sem nenhuma ajuda, utilizando uma técnica muito rudimentar.

No ano de 1952 morreu o Sr. Luis Soares, latifundiário, grande comerciante e chefe político no município de Pirapemas, estado do Maranhão, onde nasci a 4 de julho de 1935. Quando era vivo, o Sr. Luis Soares não obrigava os camponeses ao pagamento da renda, mas ele exigia que todo o excedente da produção lhe fosse vendido. No interior das terras deste grande latifundiário havia um número muito grande de pequenas propriedades pertencentes a camponeses independentes. Era o caso de minha família.

### A PRIMEIRA EXPULSÃO

Em 1955, a viúva do Sr. Luis Soares, Da. Margarida Soares, além do reconhecimento de seu direito à propriedade herdada, obteve do Departamento das Terras do Estado o reconhecimento, por "uso capião", de todas as terras que não lhe pertenciam. Com esse mandato, ela começou a exigir dos camponeses o pagamento das rendas.

Não não aceitamos este ato arbitrário. Da Margarida decidiu então exigir nossa partida pela força. Para isto, organizou um dispositivo de repressão composto por jagunços e policiais com o objetivo de ocupar os povoados e obrigar os camponeses a pagar a renda da terra.

Neste ano vi muitas injustiças. Em Anaja, Baruceiras, Pedra Grande, Santa Rosa, Buriti, São Sebastião e em outros povoados do município de Pirapemas, os policiais e os jagunços, sob as ordens de Margarida Soares, conhecida pelo apelido de Da. Guida, tomaram toda a produção dos agricultores. Vi várias mães de família, com crianças pequenas, apanharem dos gorilas porque elas lhes pediam para não pegarem toda a produção, para deixarem ao menos alguns quilos para que a família não morresse de fome.

Nesta mesma época, os jagunços de Da Margarida invadiram nosso povoado. Meu pai tinha cultivado um campo bem grande. Chegando em casa, os policiais impuseram suas condições: pagar a renda em dinheiro ou dar toda a produção pelo preço fixado por Da Margarida. Não recusamos as imposições porque meu pai era o legítimo proprietário da parcela, pois ele não trabalhava nas terras alheias.

Tendo tomado conhecimento do roubo da produção nos outros povoados, já estávamos organizados para resistir a uma eventual agressão. Encurralamos os gorilas e os policiais. Tendo-os imobilizados, tomamos suas armas e isto sem nenhuma violência. Eles partiram. Mais tarde devolvemos as armas ao comissariado de polícia local.

Meu pai fez um apelo à justiça. A repressão foi então agravada, os camponeses foram



## LUTAS CAMPONESAS NO INTERIOR DO MARANHÃO

depoimento de  
**MANUEL CONCEIÇÃO**

Manoel da Conceição já é um conhecido dos leitores de *Campanha*. Porém, até o momento, ele era principalmente conhecido como um combatente nas prisões, onde mantinha a luta nos piores momentos em que o revolucionário se defronta sozinho com seus inimigos de classe nas câmaras de tortura. Manoel já era conhecido dos leitores de *Campanha* quando nos juntamos à campanha internacional por sua libertação, por que, como dizíamos no nº 1 de nossa revista: "a revolução necessita desse combatente".

Após a vitória dessa campanha e encontrando-se na Europa, enviamos-lhe uma solicitação que nos colocasse a sua experiência como líder camponês.

A esta solicitação, Manoel da Conceição respondeu com uma breve carta onde afirmava: "...eu me disponho a preparar para o próximo número uma entrevista reportagem sobre o movimento camponês no Maranhão. No momento eu proponho a publicação de trechos do dossier (1), selecionados, porém cuidando de manter os parágrafos integralmente.

Unidos na LUTA venceremos. (a) M.C."

(1) O dossier a que ele se refere foi encaminhado com uma carta de agradecimento e saudação a todas as O's e organismos que participaram da campanha por sua libertação. Trabalhamos o dossier, omitindo a parte que se refere à sua luta na prisão (já conhecida dos leitores de *Campanha*) e selecionando os trechos sobre o movimento camponês, tomando os cuidados que aconselhava o companheiro.



cada vez mais perseguidos. Tudo terminou com a nossa expulsão; o juiz do distrito de Coroa-ta decidiu em favor de Da Margarida.

## A SEGUNDA EXPULSÃO

No mês de dezembro deste mesmo ano partimos para o Vale do Mearim, sempre no Estado do Maranhão. Lá as terras estavam abandonadas ou pertenciam ao Estado. Um grande número de agricultores de outros estados vinham habitar esta região à procura de terras. Nós nos estabelecemos no povoado de Copaiba, no distrito de Santa Luzia, município de Bacabal, onde numerosos camponeses haviam se fixado há mais de 20 anos.

Nesta região vivia um senhor muito rico chamado Manace Alves de Castro, filho do sub-comissário de polícia do distrito de Sta. Luzia, Sr. Raimundo Alves de Castro. Em 1957, declarando-se proprietário das terras, Manace de Castro decidiu tomá-las dos camponeses. Para fazê-lo contava com o apoio de seu pai. Nós nos reunimos para discutir as medidas a tomar. No momento da reunião chegou Manace acompanhado de mais ou menos 20 jagunços. Não disseram nada, começaram logo a atirar. Eu vi 5 pessoas morrerem no local. Uma velha senhora, ajoelhando-se pediu que seu filho, já caído por terra, não fosse morto. Isto bastou para que o corpo da velha fosse trespassado por um facão de caça. Atiraram numa criança que, vendo seu pai cair gritava: Papai, papai! Por sorte, sei vivo disso: só recebi uma bala que atravessou minha perna.

Depois dessa agressão Manace foi a Bacabal onde foi preso. Liberado depois de um mês somente de prisão, voltou para Copaiba e vendeu todas as propriedades dos camponeses. Com o dinheiro no bolso, partiu para o estado do Pará e se estabeleceu em Sta. Luzia do Pará.

Desde então, lá viveu sem ter sido punido, com o mesmo direito de roubar e de matar.

## A TERCEIRA EXPULSÃO

Depois de nossa expulsão do Vale do Mearim, voltamos a Pirapemas mais ou menos no fim de 1957. Pensávamos participar da Associação Rural fundada pelos camponeses do município, na esperança de recuperar a posse de nossa terra. De 1958 a 1962 foi travada uma luta jurídica para que pudéssemos voltar às terras das quais fomos expulsos. Mestre José Bento Neves, escolhido como advogado, estudou longamente os livros do "Departamento das Terras do Estado". Ele concluiu que, legalmente, Da Margarida Soares não tinha nenhum direito à apropriação das terras por "uso capião". As terras continuavam a pertencer por direito aos camponeses.

O presidente da Associação Rural, Sr. Antonio Vicente, convocou uma assembléia geral onde os resultados da enquête do advogado foram comunicados. Tomando conhecimento de seus direitos, os camponeses decidiram fazer a colheita dos frutos nas suas propriedades. Da Margarida então, fez queixa alegando roubo de frutos e invasão de suas propriedades.

Tendo tomado conhecimento da queixa feita por Da Guida, a direção da Associação Rural foi a São Luis (capital do estado), onde se entrevistou com o secretário da Segurança a respeito das falsas denúncias feitas aos trabalhadores. Um encontro do conjunto dos membros da Associação com um representante do secretário da segurança foi então decidido para discutir

a questão; a hora e a data foram fixadas.

No dia combinado os camponeses se reuniram na sede da associação. O resultado foi triste. No lugar do representante do secretário, 29 soldados e 1 tenente, armados de fuzis e de metralhadoras irromperam na sala. Não fizeram nenhuma pergunta. Começaram a atirar nas paredes da sede da Associação. No interior 8 pessoas foram mortas. Uma dezena de camponeses foram feridos, o tenente foi morto em consequência de um ferimento. Isto se passou em 1962. Trata-se de um dos acontecimentos dos mais tristes da história do Maranhão.

O presidente da Associação foi preso sob acusação de assassinato. Os pés e as mãos amarrados, levaram-no a São Luis. Ele foi condenado a uma pena de 3 anos de prisão, pagando assim a morte do tenente, morto pela própria polícia durante o fusilamento.

No momento fora uma derrota para os camponeses, que expulsos de suas terras, caíram na miséria. Da Margarida conservou os direitos sobre nossas terras, os de caluniar, de prender e de matar.

## COMEÇO DAS LUTAS ORGANIZADAS

### - Primeiro Período:

Depois desse massacre, ainda em 1962, dirigimo-nos para o Vale do Pindaré-Mirim. Fixamos residência no município de Pindaré-Mirim, no povoado de Tufilândia. Havia lá grandes extensões de terras abandonadas, ou pertencentes ao estado.

A lei 4.214 de 1962 sobre o "Estatuto do Trabalhador Rural" garantia o direito à livre organização de associações representativas: sindicatos, cooperativas e outras formas de organização. Nesta mesma época a igreja católica fundou o movimento de Educação de Base (M.B.), cujas atividades no estado do Maranhão atingiram vários municípios entre os quais Pindaré-Mirim, Pirapemas e Bacabal. Os camponeses de Pindaré-Mirim foram convidados a participar de um curso de orientação sindical. Eu me inscrevi com vários outros camponeses. Depois deste curso, começamos a propor diferentes formas de organização. Tínhamos percebido que vários assuntos deviam ser discutidos em prioridade: o analfabetismo quase total, a mortalidade infantil generalizada; a sub-nutrição; as doenças como a malária, a verminose, a rubéola, a tuberculose, a lepra, a febre tifóide. A falta de assistência médica e sanitária era quase total; não havia sinal de hospitais. Por outro lado, os camponeses, há muito tempo, eram sujeitos a toda espécie de prejuízos: a destruição das culturas pelo gado que os grandes criadores deixam em liberdade nas terras abandonadas; a pilhagem da produção pelos jagunços a mando dos grandes comerciantes; os baixos preços pagos pela produção; os salários miseráveis; a falta de assistência técnica; os instrumentos de trabalho reduzindo-se à enxada, à foice, ao machado e ao fogo. Além disso, os grandes latifundiários praticavam a grilagem, isto é, a ocupação das terras cultivadas pelos camponeses. Assim estes são constantemente expulsos das terras que cultivam. Uma parte emigra para as cidades tornando-se operários durante o dia, "biscateiros" de toda espécie ou marginais, e morando em favelas. Somente um pequeno número consegue encontrar um trabalho regular; mas, recebendo baixos salários, vive também na miséria. Outros partem para cultivar no





Minha perna é minha classe...

vas terras, de onde serão mais tarde expulsos pelos grandes proprietários.

Face a esta situação, enfrentamos os problemas um por um... Primeiramente, com o apoio dos habitantes, foram criadas em vários povoados escolas de alfabetização, tanto para crianças como para adultos. Depois de ter criado mais de 30 centros de educação, projetamos a fundação do Sindicato Rural de Pindaré-Mirim. Sua tarefa seria tratar os problemas descritos acima. A 1ª Assembléia Geral foi a 18 de Agosto de 1963. Mais de mil camponeses participaram dela e propuseram como reivindicação imediata: cercar as pastagens para que o gado não destruisse as plantações.

Uma enquete feita pela direção do Sindicato nos arquivos da Prefeitura permitiu identificar a lei municipal nº6, de 1949, que delimitava uma parte da terra para a criação. De acordo com essa lei os camponeses eram obrigados a fechar os campos cultivados com cercas de 8 à 9 palmos de altura. Em caso de invasão das culturas, o campones devia fazer uma reclamação ao criador. Se nenhum resultado fôsse obtido depois de 3 reclamações, uma queixa podia ser feita na prefeitura. Esta tomava então as medidas necessárias; mas penas eram previstas para os casos em que o camponês batia, feria ou matava o gado.

Mas os campos eram pequenos. Raramente ultrapassavam 2 hectares por família. Um dia ou uma noite era suficiente para que o gado destruisse todas as plantações. Por outro lado, nem os criadores nem a prefeitura tomavam conhecimento das queixas dos camponeses. Estes terminaram por perder a paciência. As vezes feriam ou até matavam o gado. A consequência era sua expulsão das terras. Perdiam tudo o que possuíam e muitos eram presos.

Frente a isso, a direção do sindicato decidiu a convocação de uma assembléia geral extraordinária que se realizou a 15 de novembro de 1963. Uma proposta para emenda da lei nº 6 foi então aprovada. Ela exigia em particular o fechamento das pastagens pelos criadores impedindo assim que o gado destruisse as plantações. Assim seria evitado que o gado fôsse morto. Dessa forma cessariam os mal-entendidos entre camponeses e criadores.

Cerca de 4000 associados acompanharam a direção do sindicato até a prefeitura para entregar a proposta e ouvir a resposta do prefeito, Sr. Raimundo Rego. Este e a Câmara dos Vereadores pediram um prazo de 15 dias para examinar a questão. Nós concordamos e voltamos para casa.

No dia combinado fui enviado para tomar conhecimento do resultado do nosso pedido. Só encontrei o presidente da Câmara Municipal. Ele me afirmou que nada tinha sido decidido. Co-

locou toda a responsabilidade sobre o gerente do Banco do Brasil da capital do estado, Sr. Galizar. Tendo o Banco concedido importantes créditos aos criadores e a vários camponeses, mantinha suas terras sob hipoteca: cabia pois ao Banco, segundo ele tomar as medidas exigidas pelos camponeses. Nessa ocasião, o presid. da Câmara entregou-me uma carta apresentando o sindicato ao gerente do Banco do Brasil em São Luis.

A direção do Sindicato partiu então para a Capital do estado. O gerente do Banco, por sua vez, respondeu que não tinha nada a ver com uma lei municipal. Qualificando como irresponsável a orientação dada pelo presid. da Câmara, enviou-nos ao Secretário da Segurança, Sr. Joel Barbosa. Este prometeu ir pessoalmente a Pindaré-Mirim no dia 20 de dezembro para se encontrar com o prefeito, os vereadores e a direção do Sindicato.

Ele não apareceu no dia combinado. Voltamos à capital onde tínhamos feito contacto com um advogado, Dr. José Ricardo Borge. Este era também deputado nessa época e levou o problema ao conhecimento da Assembléia Legislativa do estado; por seu intermédio fui conduzido ao governador do Estado, Dr. Newton de Barros Belo, a quem pedi que fossem tomadas medidas imediatas contra a destruição das plantações pelo gado em Pindaré-Mirim.

Acusando-me de ser um desordeiro, o governador ameaçou-me de prisão se eu não saísse imediatamente de sua casa. Advertiu-me que a polícia interviria se os camponeses voltassem a matar o gado.

Convencido de que nenhuma medida seria tomada pelas autoridades voltei à Pindaré-Mirim. Uma Assembléia do sindicato foi então convocada. Os fatos foram comunicados. Os camponeses decidiram começar a sementeira. O gado destruiu as plantações. O incidente foi grave. A morte do gado se generalizou. A polícia convocou ao comissariado o presidente do sindicato e todos os associados. O dirigente sindical foi preso nos arredores da cidade. Chegando a Pindaré-Mirim, os camponeses foram brutalmente reprimidos. A polícia foi então para os povoados onde saqueou as casas e recolheu os instrumentos de trabalho.

Depois destes acontecimentos o presid. do sindicato renunciou. Em janeiro de 1964 fui eleito presidente por unanimidade numa assembléia na qual participavam mais de 3000 camponeses.

Diante da repressão, decidimos fundar novos sindicatos em outros povoados. Foi o que fizemos entre janeiro e março de 1964 em Sta. Luzia, Bom Jardim, Lago Verde, Altamira do Mearim, e Vitória do Mearim. Nossa resistência achava-se assim reforçada: nos Vales do Pindaré-Mirim e do Mearim havia então mais de cem mil camponeses em luta.

A 1ª de abril deste ano houve o golpe de estado militar. As sedes dos sindicatos e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura foram ocupadas pela polícia. Os arquivos foram destruídos. Toda reunião sindical foi declarada ilegal. As escolas tomadas de assalto foram fechadas. Durante o mês de maio fui preso 5 vezes sob acusação de promover reuniões proibidas.

Durante este 1º período de luta (1962-64) não conseguimos grandes vitórias. Depois do golpe de Estado um grande número de camponeses teve que abandonar seu povoado. O gado continuou a destruir as plantações. Os grandes capitalistas, os latifundiários e os criadores viram seu poder aumentado. Apesar do nosso fracasso nos planos político e econômico, um pequeno passo tinha sido dado: a consciência política de



um grande numero de camponeses foi reforçada.

#### - Segundo Período :

Em 1965, criticando as atitudes agressivas do governador Newton Belo, José Sarney propôs sua candidatura ao governo do estado do Maranhão. Ele aparecia como um renovador, afirmava sua ligação com o regime democrático e seu respeito pelas associações de classe. Declarava-se pela reforma agrária e contra toda tentativa de expulsão dos camponeses de suas terras pelos grandes latifundiários. Declarou ainda que o Vale do Pindaré-Mirim era uma região de cultivo e não de criação.

Por falta de uma mais profunda clareza política caímos de novo na armadilha da propaganda democrateira. Era-nos ainda impossível fazer distinção entre os demagogos e os verdadeiros servidores do povo. Apoiamos a candidatura de José Sarney ao governo do Estado. A esperança era grande entre os camponeses.

As eleições municipais eram na mesma data.

O candidato à prefeitura de Pindaré-Mirim, Sr. Antonio Haiker havia prometido revogar a lei nº 6 e apoiar os Sindicatos e suas reivindicações se fosse eleito. Nós o apoiamos também, os 2 candidatos foram eleitos. Depois da posse, retomamos a organização do movimento sindical e pedimos o apoio prometido. Mas tudo havia mudado: tanto um como o outro negou o programa anunciado durante a campanha eleitoral. Toda reivindicação era considerada subversiva e atentatória ao regime. Os dois foram pouco a pouco desmascarados.

Em setembro de 1966 uma Assembléia Geral foi convocada para a reorganização do sindicato de Pindaré-Mirim. Com a palavra-de-ordem: "Boi que come as plantações comerá balas.", foi aprovada a continuação da luta contra a destruição das plantações pelo gado.

Além do problema em relação ao gado, uma outra questão principal foi levantada pelos camponeses: a defesa do preço da produção. Não dispondo de meios para comercializar diretamente a produção, o camponês é obrigado a vendê-la aos intermediários. Estes impõem suas condições: fornecem aos camponeses, à crédito, as mercadorias que eles necessitam (óleo, sabão, querosene, medicamentos, sal, açúcar, etc.) a preços bem mais altos do que os da cidade. O comerciante aproveita-se disso. Antes mesmo da colheita ele exige do camponês o pagamento da dívida. A alternativa dada é a seguinte: a venda da produção pelo preço fixado pelo comerciante ou a pilhagem pelos jagunços pagos por ele.

Foi para terminar com esse mecanismo de exploração que o Sindicato tomou a iniciativa de construir celeiros e também plantações coletivas. Tratava-se de criar um sistema cooperativo de defesa ao preço da produção, de escapar aos altos preços das mercadorias vendidas pelos comerciantes.

Além dessas duas lutas principais a reunião decidiu continuar a luta contra a expulsão dos camponeses de suas terras pelos grandes proprietários, a reconstrução das escolas de alfabetização de adultos e crianças; a organização de festas populares assim como a criação de pequenos dispensários.

O conjunto dessas orientações tornou-se então o programa do sindicato. Sua prática acarretou o agravamento dos conflitos: os grandes capitalistas, os grandes comerciantes, os criadores e os usineiros de um lado; do outro a grande massa dos trabalhadores agrícolas posseiros, semi-assalariados e pequenos proprietários. Com o desenvolvimento da luta, a repressão

contra os dirigentes sindicais foi acentuada.

A 13 de Julho de 1968, durante uma reunião sobre Assistência Médica, na presença de médicos pagos pelo sindicato, a polícia, seguida pelos jagunços do prefeito local, cercou a sede do sindicato atirando à queima-capa sobre o povo. Foi atingido no pé por 5 balas. Físico, fui conduzido ao comissariado.

O acontecimento revoltou profundamente os trabalhadores no campo, assim como consideráveis setores de operários e o movimento estudantil na capital do estado. A Associação dos médicos publicou uma nota protestando contra a agressão cometida contra os trabalhadores e os médicos presentes na reunião. A Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas condenou a violência e a arbitrariedade da polícia. Manifestou também seu apoio à luta dos camponeses.

Diante do movimento de protesto, o prefeito de Pindaré-Mirim, Sr. José Haiker fugiu. O governador José Sarney, desmascarado, tentou de novo enganar o povo. Fez com que me transportassem a um hospital para que minha perna fosse tratada. Disse-me que depois de minha saída do hospital eu teria à minha disposição uma casa, trabalho, um carro e uma perna mecânica. Rejeitei a oferta: não havia perdido minha perna defendendo o governo. Eu só aceitaria a casa, o emprego e o carro, se a oferta fosse feita também a todos os trabalhadores. Do mesmo modo, eu só aceitaria uma perna mecânica se todos os debilitados físicos do Maranhão pudessem também serem beneficiados com o mesmo direito. Disse que a classe trabalhadora unida, por mais pobre que fosse, poderia comprar uma perna mecânica. E daí que veio a expressão: "MINHA PERNA É MINHA CLASSE"

Após minha saída do hospital, voltei a Pindaré-Mirim onde os camponeses haviam se reunido para me receber. Houve um comício de 4 horas para denunciar a repressão. Todos foram mobilizados para contribuir financeiramente na compra de minha perna. A União Nacional dos Estudantes (UNE), a classe operária de São Paulo, principalmente, vários setores da igreja, professores e advogados contribuíram tanto para a compra de minha perna como para a minha estadia em São Paulo.

Depois deste acontecimento os camponeses decidiram arrancar as cercas que os grandes proprietários tinham feito em torno dos pequenos terrenos com o objetivo de apropriá-los. Isto serviu de pretexto à ditadura para desencadear o mais feroz massacre. Durante o fusilamento contra os camponeses eles feriram um soldado; 3 anos depois fui acusado de sua morte. Nesta época eu estava fora do Maranhão.

Durante esse período, centenas de camponeses foram presos e levados a São Luiz. Todo o Vale encontrava-se ocupado pela polícia. Os prefeitos de Pindaré-Mirim, José Haiker; de Sta. Luzia, Clearence Carlos e Sta. Inês, Biné Sabat, aliados aos grandes criadores e comerciantes, uniram-se à ditadura e organizaram milícias brancas no Vale de Pindaré-Mirim, unindo a repressão cidade-campo a fim de exterminar totalmente o movimento das massas.

Os trabalhadores tiveram que deixar de novo seus povoados para ir viver nas matas; mulheres e crianças foram abandonadas durante vários dias.

A polícia tomou as culturas coletivas para dá-las aos grandes comerciantes. Esta invadiu de novo a sede do sindicato levando todos os livros; roubou os instrumentos de trabalho e os fusis de caça.

Isto se passou em agosto de 1969. E mais uma vez o movimento de massa, particularmente



em Pindaré-Mirim, foi aniquilado temporariamente até junho de 1970.

### - 3º Período: Junho 1970 - Janeiro 1972

Em junho de 1970 começamos a reorganizar o movimento sindical no Vale do Pindaré-Mirim, com os sindicatos daquela região, mais os de Sta. Luzia e Sta. Inês. Neste último município fundamos também sindicatos de artesãos reunindo várias categorias profissionais: sapateiros, oleiros, escultores, ferreiros, pintores e carpinteiros. Recomeçamos a luta:

- contra o gado que destruiu as plantações;
- contra a expulsão dos camponeses de suas terras;
- por melhores preços na produção;
- pelas escolas de alfabetização;
- por salários mais justos;
- pela criação de pequenas cooperativas de consumo;
- pela defesa dos preços do coco babaçu (um dos principais produtos agrícolas cuja comercialização se encontra em plena expansão).

Para defender este programa do sindicato, construímos pequenas organizações no seio do movimento de massas populares, tais como:

- os comitês de luta contra a repressão;
- os comitês para a defesa do preço da produção;
- os comitês contra a invasão do gado;
- os comitês para a defesa da saúde;
- os comitês de propaganda do sindicato;
- os comitês para a defesa dos povoados; contra a invasão dos policiais e dos jagunços.

Todos esses comitês estavam armados para se defenderem da polícia e das milícias privadas e para assegurarem as reuniões organizadas pelo Sindicato. Os comitês só agiam militarmente



## EMBOSCADA A UM AMERICANO

Em 1961 um latifundiário americano, John Davis, se instalou na região de Paragominas, no Pará, quando a estrada Belém-Brasília começava a ter um tráfego regular. Logo depois já participava de um programa clandestino de esterilização das mulheres desta área. Em 1967 a sua propriedade na área já alcançava a ordem de 52272 hectares e estabeleceu um projeto de engorda de boi no valor de 13,6 milhões de cruzeiros, dos quais 10,2 milhões provêm de incentivos fiscais. Em 1972 no cadastro do Incra, suas terras já atingiam 55.473 hectares.

Em 1973, os posseiros que trabalham dentro da propriedade do Sr. Davis, fizeram a primeira queixa policial, acusando-o de ameaçá-los de morte caso não se retirassem da região. Em maio de 1975, fizeram uma segunda queixa neste mesmo sentido.

Em janeiro de 1976, conseguindo um parecer judicial favorável da juíza de São Miguel de Guama, John Davis resolveu fechar uma estrada

te quando eram atacados e depois de terem esgotado todos os outros meios legais.

## REPRESSÃO AO MOVIMENTO DE MASSAS

O movimento de massas desenvolvia-se rapidamente. Em janeiro de 1972 fui preso novamente pelas milícias privadas e pelos policiais quando viajava sozinho em plena época de chuva de inverno; fui levado a S. Luis. Um mês depois fui retirado e enviado ao Rio de Janeiro, onde me mandaram para o comando da Primeira Armada e para os grupos clandestinos de repressão. Em seguida fui levado ao CENIMAR (Centro de Informação da Marinha).

Depois de minha prisão em janeiro de 72, a mais brutal repressão foi desencadeada novamente sobre os sindicatos dos quais já falei. Uma centena de camponeses presos foram conduzidos a S. Luis. Estes, sob as torturas, golpes, choques elétricos, ameaças de morte e a guerra psicológica foram levados a reconhecer acusações mentirosas dirigidas contra eles e contra outras pessoas.

Joaquim Matias Neto, secretário do Sindicato de Pindaré-Mirim, depois de muita tortura ficou longos meses num hospital psiquiátrico. Em seguida, ficou preso com um outro camponês chamado Antonio Campos no quartel da polícia militar do estado do Maranhão. Sua mulher e seus filhos foram abandonados sem possibilidades de lhe visitarem por causa da situação de miséria na qual a família se encontrava. Joaquim Neto foi condenado a 6 meses de prisão quando já havia cumprido 3 anos, anteriormente. Antonio Campos, depois de passar 3 anos na prisão, foi liberado no dia do julgamento, não tendo nenhuma prova concreta contra si.

de 6km usada pelos lavradores, impedindo que eles se servissem da única fonte de água existente na região.

Recentemente fora impedido pela polícia de sequestrar três posseiros. Intimado a depor, reagiu com sua carabina, mas foi desarmado... apesar de "conseguir fugir".

No dia 3 de julho John Davis, e dois de seus filhos (de cerca de 30 anos) voltavam do cartório de S. Miguel de Guama em uma caminhonete para sua fazenda quando tiveram que parar para tirar um pedaço de madeira que impedia a passagem. Neste momento cerca de 30 a 60 posseiros emboscados iniciaram os disparos.

Recuando ferido até o carro, Davis ainda teve tempo de pegar sua arma automática (uma metralhadora ou uma "carabina belga" segundo a sua versão).

O resultado do combate até o momento foi a morte de dois lavradores (ainda que seja possível que haja feridos escondidos no mato para evitar a repressão), os dois filhos de Davis, ficando parálítico.

A repressão caiu prontamente sobre a região. "A fim de garantir a tranquilidade" o Batalhão de Infantaria da Selva, sediado em Marabá foi deslocado para a região. 20 ou 30 posseiros foram presos identificados através de suas anteriores queixas na polícia. Em um acampamento junto à estrada eles são interrogados e a Embaixada Americana segue o processo "atentamente".

Enquanto isso o latifundista americano John Davis, proprietário de quase uma centena de milhares de hectares do solo brasileiro, continua apesar de parálítico, a comer seu ananás, a mastigar o seu perdiz.



# UM "BATE-PAPO" COM FEMINISTAS FRANCESAS

Grupo Brasileiro de Mulheres Revolucionárias

Seguindo a nossa preocupação de sistematizar as experiências do movimento feminino francês, buscamos as companheiras francesas do grupo de "quartier 18e para um bate papo. A escolha não foi arbitrária: estas companheiras foram sempre um dos núcleos mais ativos desde o início do Movimento.

Buscamos neste papo trocar idéias e absorver suas experiências a nível do trabalho de organização das mulheres. A discussão fluiu espontaneamente e cremos que ela refletiu os problemas centrais a nível da prática dentro do Movimento.

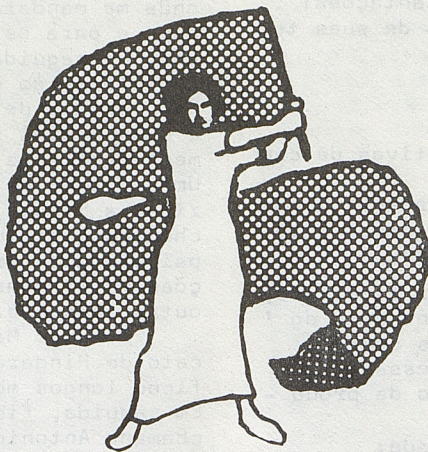
Começamos a falar do surgimento do MLF - Mouvement de Libération des Femmes - na França e de como se desenvolveu o grupo do 18e.



**NO  
INICIO  
ERA  
A REVOLTA!**

Jeanne - nosso grupo já existe há bastante tempo, desde o início do Movimento em 1971, quando o MLF existia através das Assembléias Gerais (1) - AGs - que era um lugar de denúncia da opressão, mas sem real discussão de problemas de fundo (por exemplo: qual trabalho de massa se poderia fazer com as mulheres). Era a REVOLTA! A expressão de revolta das mulheres radicalizadas, particularmente de antigas militantes

(1) - AGs centrais feitas na Escola de Belas Artes durante o período inicial do Movimento.



que se radicalizaram após Maio 68 e que encontravam nas AGs um meio de se expressarem.

Monique - é preciso remarcar que existiram limitações no funcionamento das AGs, no tipo de trabalho que foi feito, compreendendo o aprofundamento da discussão sobre a opressão e em que realidade poderia se desenvolver o movimento de mulheres. Foram criados grupos de reflexão e grupos de bairros.

Ana - e é nesse momento então que surge o grupo de vocês?

Jeanne - sim. O nosso grupo partiu do reagrupamento de mulheres que tinham relativamente preciso como referência a luta de classes. Havia militantes do PSU e muitas mulheres não organizadas. Esse 1º reagrupamento que se deu no 18e trouxe várias iniciativas interessantes, em particular a campanha pelo aborto livre e gratuito, onde conseguimos 400 petições assinadas no bairro na campanha de apoio às mulheres que declararam ter abortado (2)...

Monique - ... e nessa época a campanha de massa ainda não estava desenvolvida, poderia haver repressão na medida em que havia um choque com o governo. Mas assim mesmo a petição foi massivamente assinada e depois um trabalho sistemático sobre a questão do aborto foi criado

(2) - 343 mulheres que, num manifesto declaravam ter abortado, entre elas personalidades como Simone de Beauvoir. (Ver Cadernos de Campanha nº1)

no bairro. Esta foi uma das primeiras atividades do grupo, além de outras iniciativas como debates, filmes, reuniões públicas com participação em média de 200 a 300 pessoas.



**AS MULHERES  
NÃO  
APOIARAM  
MUITO...**

Jeanne - mas era impossível de consolidar a participação destas mulheres que se sentiam radicalizadas e que começavam a colocar o problema de sua opressão, visto que de imediato o Movimento não oferecia nenhuma alternativa. Tentamos criar no bairro uma permanência, além de um trabalho de propaganda do Movimento nas feiras livres supermercados, grandes lojas, etc., mas não houve nenhuma capitalização real. As mulheres não apoiaram muito ...

Monique - ... isto está um pouco ligado à dificuldade de se fazer um mínimo de trabalho político sobre um bairro - para o movimento de mulheres, como para qualquer um outro - mas também devido à fraqueza do Movimento. Naquela época, nos anos 73 e 74, o movimento não parecia como alguma coisa digna de confiança. Era principalmente uma grande revolta, muito mais do que um movimento de massa capaz de propor iniciativas, de engajar lutas, de criar uma correlação de forças, em fim de ser "acreditável".

Ida - e os grupos de bairros, havia uma comunicação entre eles, uma troca de experiências?



**NESTE MOMENTO,  
OS GRUPOS  
SE REPARTIRAM  
EM TENDÊNCIAS...**

Jeanne - sim. Criamos uma cooptação desses grupos como uma alternativa às AGs centrais do MLF. E nessa coordenação começou-se a discutir que tipo de movimento nós construiríamos: movimento de luta de classes e luta das mulheres. Foi nesse momento então que os grupos se repartiram em tendências. Havia uma tendência "obreirista" que dizia "a gente leva um trabalho sistemático junto às mulheres trabalhadoras e inclusive escolhendo uma empresa no bairro. Fazendo um trabalho político de presença feminista, mas "político" - como uma organização tradicional, quer dizer ninguém no interior e um trabalho de contactar as mulheres. Depois havia um outro grupo que dizia: Não. A prioridade do Movimento era de tentar organizar campanhas que se repercutissem no conjunto dos grupos, tentar contar nossas forças, uma vez que o debate e



ra pela construção do Movimento.

Ana - e obviamente essas divergências se refletiram no grupo ...

Jeanne - ... o último trabalho em comum e unitário que foi feito no grupo do 18e foi a entrevista com as trabalhadoras de LIP, que no momento da dura greve que levavam se defrontaram com problemas enquanto trabalhadoras mas também enquanto mulheres e que foi muito importante como reflexão. Depois disso, o grupo se rachou em dois: uma parte escolheu a empresa e a "securité sociale" e começou a fazer um trabalho nesse sentido. A outra parte do grupo continuou com o que já tinha obtido e com os debates e não parou de se desenvolver desde 1974. Essa cisão se deu em março de 74 no momento que saiu o 1º número do jornal das "Petroleuses" (3).

Monique - quando houve essas cisões no Movimento e grupos se separaram da coordenação com um trabalho muito mais localista, muito mais obreirista, um núcleo mais restrito ficou junto à coordenação: o grupo das "petroleuses". Nesse momento, o nosso grupo foi completamente absorvido pelas iniciativas dessa coordenação. Ele fez um pouco o papel de um grupo central "petroleuse".



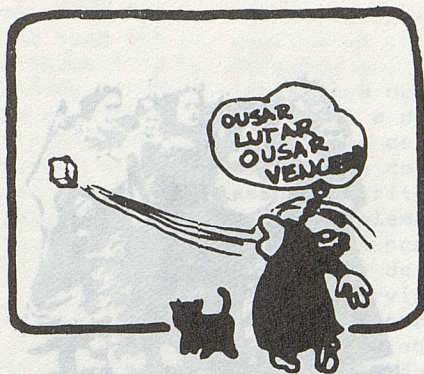
#### A LUTA FEMININA: SUA DINÂMICA ANTI-CAPITALISTA...

Jeanne - isto foi ao mesmo tempo positivo e negativo. Positivo em relação à homogeneidade de debates no grupo visto que ao nível da compreensão da luta de classes não havia nenhum problema. Fizemos muitos debates sobre como se situa a luta das mulheres, como essa luta se integra na luta de classes, sua dinâmica anti-capitalista, etc... Tivemos discussões sobre - uma sociedade socialista - o que isto quer dizer para as mulheres, e muitos outros debates ligando-os sempre ao movimento operário.

Ana - mas parece que o trabalho de bairro foi deixado de lado ...

Monique - pois é, essas iniciativas centrais de afirmação do Movimento, de fato implicaram que no bairro nós deixássemos de fazer um trabalho sistemático de informação e de permanência. Nesta época, nós intervimos sobre o bairro apenas de

(3) - Jornal que surgiu em Março de 74 se propondo a ser expressão de uma tendência luta de classes dentro do Movimento.



maneira esporádica, pontualmente, quando havia um grande acontecimento, uma grande iniciativa, por exemplo a campanha 'Eva Forest, as medidas "Weil", etc...

Ida - sim, mas parece que hoje vocês privilegiam a intervenção no bairro ...

Monique - mas, só mais recentemente. Quando houve o debate "onde nós estamos no movimento de mulheres" é que o grupo começou a privilegiar o bairro como lugar de intervenção principal e a se desencumbrir das iniciativas centrais. E isto é importante, entre nós foi e é uma reviravolta.

Ana - e como é a prática de vocês hoje então?

Jeanne - fizemos um "meeting" no bairro dia 8 de abril com mais ou menos umas 200 pessoas e onde a gente tentou discutir o conjunto do tema opressão da mulher. Nesse debate muitas mulheres tomaram a palavra explicando que tinham vontade de levar uma luta em alguns territórios: em particular sobre creches, consumo, contracepção. Fizemos uma outra reunião no dia 25 de junho como continuidade a essa atividade. Nessa reunião pensamos discutir as campanhas possíveis a levar no bairro sobre o aborto, a violação, creches e talvez o consumo. O que propomos é tentar dividir os 2 grupos já existentes do 18e (somos muitas, fomos obrigadas a formar um grupo do norte do 18e e outro do sul) em comissões de trabalho sobre 4 pontos. Quatro grupos de trabalho onde estarão as companheiras do grupo e onde virão mulheres que necessariamente não estarão ligadas ao grupo.



#### SERIA UMA BASE PARA UMA CRECHE SELVAGEM NO BAIRRO...

Monique - estamos pensando em criar comitês de mulheres para refletir sobre várias questões para conhecermos o bairro e vermos que objetivos são possíveis de serem realizados. Sobre as creches pensamos primeira-

mente realizar uma rede de contato entre as famílias para que elas possam se interajudar no cuidado das crianças. Isso seria uma base para uma creche selvagem no bairro. Com a popularização dessa experiência e a participação ativa do bairro nela, poderemos lançar uma campanha para que o poder público financie a creche.

Ida - e para a questão do aborto, como se daria o trabalho?

Jeanne - pelo aborto, faremos o mesmo. Criação de um comitê de mulheres que levante o problema de um centro de ortogenia no bairro. Popularizar no bairro um tema bem preciso e que possa interessar as mulheres, visto que parte da necessidade delas.

Monique - em compensação, sobre o problema do consumo não temos as coisas tão claras. Precisamos realmente estudá-lo porque teremos primeiro que encontrar uma resposta sobre o problema dos preços, do custo de vida, etc... E segundo, encontrar uma resposta coordenada com as organizações sindicais e políticas ...



#### A MULHER É UTILIZADA COMO GRANDE CONSUMIDORA E COMO OBJETO DE CONSUMO...

Jeanne - ... e mais, precisamos refletir que relação nós temos com o dinheiro, uma vez que a mulher é utilizada não só como uma grande consumidora mas também como objeto de consumo. Tentaríamos ver se isto pode desembocar mais tarde em ações nas feiras livres, nos supermercados etc.

Ana - não vejo muito bem como vocês fariam para coordenar essas atividades, vocês já discutiram sobre isso?

Jeanne - sim, um pouco. Pensamos na criação de um centro de permanência no bairro onde a gente possa centralizar o conjunto dessas iniciativas, onde o grupo tenha uma expressão regular, que seja reconhecido, a nime debates no bairro, discutida com as organizações sejam elas políticas ou sindicais.

Monique - ah sim, a gente discutiu muito pouco sobre o que eu vou dizer agora, mas vá lá. ... há um projeto de tentar fazer com que as atividades que propõe o Movimento sejam debatidas no Conselho Municipal do 18e durante as eleições municipais do próximo ano. Isto seria um bom ponto de apoio para a prática no bairro, mas por enquanto não aprofundamos quase nada sobre isto.

Ida - bem... acho que seria in



interessante também se vocês falassem um pouco da vida interna do grupo. Por exemplo, a nível das discussões específicas feitas no grupo, que tipo de experiências vocês tiveram?

Jeanne - houve 2 etapas dentro do grupo. Há 2 anos nós tivemos um tipo de discussão bastante boa, que foi bem acompanhada por todas. Aprofundávamos cada questão, enfrentávamos cada experiência e víamos que as diferenças na vivência da sexualidade, por exemplo, tinham origens distintas: culturais, econômicas, educacionais, etc.



### AS MULHERES QUE FALAVAM MAIS DE SUAS EXPERIÊNCIAS PARECIAM SER MODELOS..

Monique - geralmente as mulheres que falavam mais de suas experiências davam a impressão de serem modelos. A experiência delas passava a ser vista por nós como o que deveríamos fazer e que deveríamos ser.

Ana - nós também tivemos este mesmo problema no nosso grupo.

Ida - ... sim, a mulher que mais falava de suas experiências sexuais, que dava mais impressão de ser a mulher liberada, bloqueava, intimidava as outras.

Jeanne - nós conseguimos botar o dedo no limite das discussões sobre o "vivido": ao mesmo tempo a riqueza e o limite desse tipo de discussão.

Monique - hoje nós continuamos a fazer essas discussões, mas criamos algumas normas. Cada uma deve ver que tipo de "compromisso" tem. Sempre surge o debate entre as "ultras" (que rejeitaram um conjunto de normas insuportáveis por uma série de razões) que se colocam como exemplo de vida, e o resto.

Jeanne - sente-se as duas tendências dentro do grupo. As "ultras" e as que ainda têm algum tipo de "compromisso". A discussão é rica.



### NEM SEMPRE AS MAIS "ULTRAS" NAS PALAVRAS O SAO NA SUA VIDA COTIDIANA...

Monique - ... mas nem sempre as que são mais "ultra" na palavra são as que mais avançaram na sua vida cotidiana.

Ana - a discussão do "vivido" interferiu na vida das mulheres do grupo? Pergunto isso porque no nosso grupo houve uma reviravolta nos questionamentos da vida cotidiana de cada uma de nós ...

Jeanne - ah sim ... conosco isso se deu muito ao nível da



discussão sobre o casal. Naquele momento 6 casais dentro do grupo se desfizeram. Houve uma crise.

Monique - ... e os casais que ficaram a gente olha e se pergunta ... o que é que está errado por aí?...

Jeanne - de qualquer modo a discussão sobre o casal foi mais serena do que a discussão sobre o orgasmo. Acho que ao discutir o casal não se aborda tão diretamente a sexualidade como quando se discute o orgasmo mesmo.

Monique - um casal pode se fazer ou se desfazer a qualquer momento. Mas a descoberta da nossa capacidade sexual corre por fora de tudo isso.

Jeanne - discutimos muito sobre o modo de vida. Consideramos casal não só quem vive junto, mas quem tem uma vida afetiva e sexual privilegiando uma determinada pessoa. Viver em apartamento diferente ou não. O que é a autonomia?

Monique - tentamos ver o aspecto cultural, o aspecto ideológico, o aspecto econômico, as relações afetivas, o que é ser independente etc. Foi interessante. Fizemos também um artigo que saiu no jornal "Petroleuses": "Orgasmo, mito ou realidade?".

Jeanne - agora, sobre a maternidade ... este é um tema tabu no grupo. Havia 7 mulheres que tinham filhos. As que não tinham filhos eram contra a discussão. Diziam que não se interessavam.

Monique - Eu não acho que elas eram contra a discussão. Existiam duas confrontações do "vivido". Uma, todas têm ou tiveram vontade de ter filhos. Mas cada uma dá uma solução diferente...



### NAO É EVIDENTE QUE TODA MULHER TENHA VONTADE DE TER FILHOS...

Jeanne - eu não concordo. Não é evidente que toda mulher tenha vontade de ter filhos. Eu não

tenho!

Monique - ... não que seja uma vontade imediata. Mas o problema de ter ou não ter filhos já atravessou a cabeça de toda mulher, tendo resposta positiva ou negativa. De um lado tínhamos as mulheres que tinham filhos e que tinham um tipo de vivência e comportamento determinado e de outro as mulheres que escolheram não ter, pelo menos pelo momento.

Jeanne - a situação explosiva da discussão não se deu em cima da gravidez ou do parto. Se deu em cima da escolha que umas haviam feito de ter filho (e as contradições com as crianças) e as que escolheram não ter.

Monique - ... e justamente essa discussão sobre a escolha, que eu considero uma das discussões mais importantes, nós não conseguimos fazer. Todas estavam bastante agressivas durante a discussão.

Jeanne - sim, a agressividade era grande. Tivemos que interromper. Um dia ainda vamos retomá-la.



### MATERNIDADE COMO UMA FORMA DE OPRESSÃO...

Ana - ... nós discutimos a maternidade como uma forma de opressão.

Jeanne - sim, eu estou de acordo.

Ida - e depois vocês discutiram sobre que temas?

Monique - aborto, educação das crianças, violação, etc. No início do ano dividimos em 3 temas: a mulher e o trabalho, o corpo e educação das crianças. Mas deste último quase não houve discussão.

Infelizmente a gente ficou por aqui no nosso bate-papo, embora a discussão sobre a riqueza do Movimento não se esgotou nele.

Paris, 20 de junho de 1976.

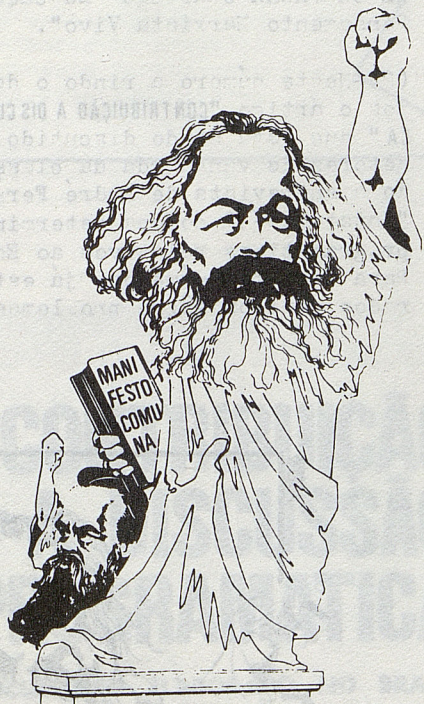




que o processo de elaboração programática não pode ser limitado a grupos de trabalho, organizações e grupos de trabalho. Assim, nesse contexto, o desenvolvimento programático se dá pela participação na criação de uma organização e desenvolvimento de um movimento teórico, entendido como um movimento teórico (tanto pelas suas vinculações com o movimento social quanto pelas "produções"). Para criar as bases para a construção de um movimento, são definidas três tarefas básicas:

1. tornar acessível os principais documentos políticos e intelectuais de história do movimento revolucionário, em particular no que diz respeito às principais conclusões teóricas;
2. contribuir à discussão e debate sobre os problemas programáticos;
3. ampliar as discussões teóricas, evidentemente não de maneira exclusiva, apenas pelo canal de nossa revista. Nesta tarefa, um primeiro passo será o de editar uma edição de brochuras teóricas e de primeira linha, cabendo à produção de uma série de principais documentos da esquerda brasileira, os quais também são a história das diversas organizações e do movimento revolucionário em seu conjunto.

Por sua vez, através da revista, textos, serão divulgados e partir deste número, textos políticos e intelectuais que vivem a este dia.



# ORGANIZAR O DEBATE PROGRAMÁTICO

Após a derrota da esquerda brasileira nos anos 70/71 a dispersão e a crise pela qual ele passou, uma de suas tendências mais marcadas foi a falta de critério para enfrentar o processo autocrítico. Debatendo-se em um redemoinho de problemas, girando de um a outro, a maior parte de nossa esquerda não compreendia a necessidade de construção de uma prática política que servisse como referencial para este processo autocrítico e como contrapeso para se contrapor as tendências à dispersão geradas pela correlação de forças totalmente desfavorável. As Os. se pulverizavam e grupos nasciam e desapareciam sem ao menos testar suas idéias em uma prática política. Antes disto, novos processos autocríticos vinham a se desencadear num ciclo aparentemente interminável.

Foi neste período de dispersão e sufrendo as suas consequências que surgimos como jornal e como grupo. Naquela época, em meados de 1972, passamos a trabalhar tendo por base um corpo de posições que já existiam no interior, e no particular de um eixo para enfrentar o processo autocrítico que em linhas gerais podiam se resumir nos seguintes pontos:

1. o processo autocrítico (de balanço e crítica do passado) não podia ocupar o lugar e substituir, mesmo que momentaneamente, a prática política. Porque somente esta poderia servir como um referencial para contrarrestar a tendência à dispersão que era gerada pelo processo autocrítico em um momento de derrota e numa correlação de forças completamente desfavorável.
2. o eixo dessa prática política era a prática de penetração e vinculação com o proletariado.
3. esta penetração se materializava sob a forma da "formação e organização de uma Vanguarda Socialista na luta contra a ditadura", entendida como a formação de uma vanguarda social do proletariado no processo de luta por suas reivindicações imediatas econômicas e políticas, combinadas com a agitação revolucionária.
4. em função destas premissas, o eixo da elaboração teórica se dava no campo da tática. Ao nível programático, ainda considerando suas limitações, víamos o "Programa Socialista para o Brasil" como o que havia ainda como o mais avançado. As premissas programáticas sistematizadas neste documento eram uma base para a luta ideológica contra os setores mais atrasados da esquerda e contra aqueles que, movidos pela desmoralização originada na derrota, tendiam a renegar e deixar para trás os avanços da esquerda revolucionária e diluir sua crítica ao reformismo. Do mesmo modo sendo o que havia de mais avançado, qualquer colaboração programática futura (assim como as elaborações no campo da tática) não deveriam considerá-lo como um ponto de partida e submetê-lo a uma crítica rigorosa.

Nestas bases é que desenvolvemos a luta ideológica contra o teorismo (seja em relação ao peso que dava a elaboração teórica em forma de superar a crise de esquerda, seja em relação ao tipo de elaboração teórica que colocava o acento na elaboração programática e que via a tática como um problema posterior - pois não se podia elaborá-la se não existia um programa justo.

Mais recentemente, fruto da evolução da conjuntura (quebra de consenso e aumento das



contradições nas classes dominantes, assim como a retomada ainda que embrionária do movimento de massa), fruto também do próprio processo de sua rearticulação e penetração, a esquerda revolucionária começa a se recompor (em particular no interior) e desenvolver seus laços com o movimento de massas tanto estudantil como operário.

Mas o peso que a esquerda dá ao processo de penetração e sua relação com a prática teórica ainda não é assumido de forma consciente. Muitos, principalmente no exterior, simplesmente se contentam com as afirmações genéricas de que "devemos desenvolver nossa batalha no campo da luta econômica, política e teórica", afirmações suficientemente gerais para dizer tudo e não dizer nada. E que muito menos serve para resolver o problema da articulação e equacionamento concreto entre as tarefas de luta e organização sindical e política com a tarefa de elaboração teórica.

Como já dissemos no artigo "Educação política e formação de um pensamento marxista vivo" a nossa fraqueza básica ainda é a nossa débil ligação com os setores avançados do proletariado (assim como as suas próprias debilidades). É nesta fraqueza que se situa o ponto de estrangulamento não apenas de nossas limitações orgânicas (dispersão, quantidade e composição social) e de nossa capacidade de intervenção, mas é também o ponto de estrangulamento de nossa capacidade de elaboração teórica.

Mas, a afirmação da prioridade da prática de penetração política no proletariado, decisiva na luta ideológica de ontem contra o teoricismo, não é mais suficiente para a luta ideológica de hoje.

Em primeiro lugar, porque o próprio movimento de massas, assim como a prática de penetração da esquerda revolucionária, ao avançar coloca e recoloca novos problemas teóricos, a um ritmo muito mais acelerado que nos anos de "calmaria" dos idos de 70/71. Segundo, porque o momento não é mais o de contarestar as dispersões, mas de definir as bases de novos reagrupamentos que estão em processo de realização. Terceiro, porque o avanço das posições proletárias e socialistas dentro da esquerda relativiza os avanços teóricos do PSpB, ao mesmo tempo em que a evolução da conjuntura (luta de massas e recomposição e crescimento da penetração de esquerda) permite melhor localizar suas debilidades e equívocos. Quarto, porque apesar do atraso político, ideológico e orgânico de determinados setores, o avanço de algumas parcelas da ER, seja no campo da penetração política e recomposição orgânica, seja mesmo no campo da elaboração teórica (em particular no campo da tática) permite que se abra uma crítica aos avanços teóricos mais significativos (e neste caso o PSpB) sem que isto signifique o reforçamento de posições mais atrasadas.

É neste sentido, ainda que apontando a penetração política nos setores de vanguarda do proletariado como sendo o eixo das tarefas do momento, e a elaboração tática como o eixo da elaboração teórica, podemos constatar que o atual período traz a necessidade (e possibilidade) do enfrentamento e aprofundamento de problemas programáticos. Esta atividade, ainda que em relação à primeira se coloque como secundária (no sentido que "secunda" e que é condição mas não determina o desenvolvimento do conjunto), deve portanto ser enfrentada por nós.

É neste sentido que Cadernos da Campanha se propõe a contribuir ao enfrentamento da elaboração programática. Dizemos contribuir na medida em que compreendemos que elaboração teórica é parte de um "pensamento marxista vivo" (1)

e que o processo de elaboração programática não pode se dar nos limites orgânicos das organizações e grupos de revolucionários. Assim, nosso compromisso com o aprofundamento programático se dá pela nossa participação na criação, organização e desenvolvimento de um "movimento teórico" entendido como um movimento social (tanto pelas suas vinculações com o movimento social, quanto pelos "produtores").

Para criar as bases para a construção desse movimento, nós definimos três tarefas básicas:

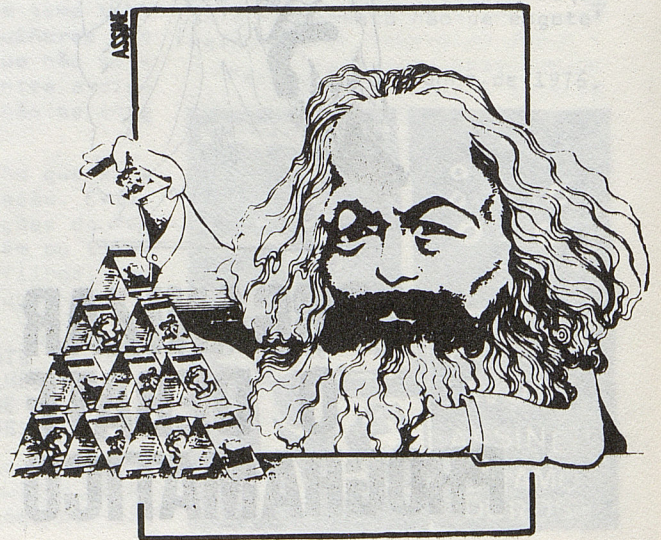
1. tornar acessível os principais documentos políticos e informações da história de nosso movimento revolucionário (em particular do pós 64).
2. divulgar as principais conquistas teóricas e de método, assim como as principais experiências (passadas e presentes) do movimento comunista internacional.
3. contribuir à discussão e debate sobre os problemas programáticos.

A ampliação destas tarefas, evidentemente não nos permitem enfrentá-la apenas pelo canal de nossa revista. Neste sentido, um primeiro passo será o de abrir uma edição de brochuras dentro das quais o primeiro lugar caberá à reprodução de uma série dos principais documentos da esquerda brasileira, os quais tenham sido marcos da história das diversas organizações e do movimento revolucionário em seu conjunto.

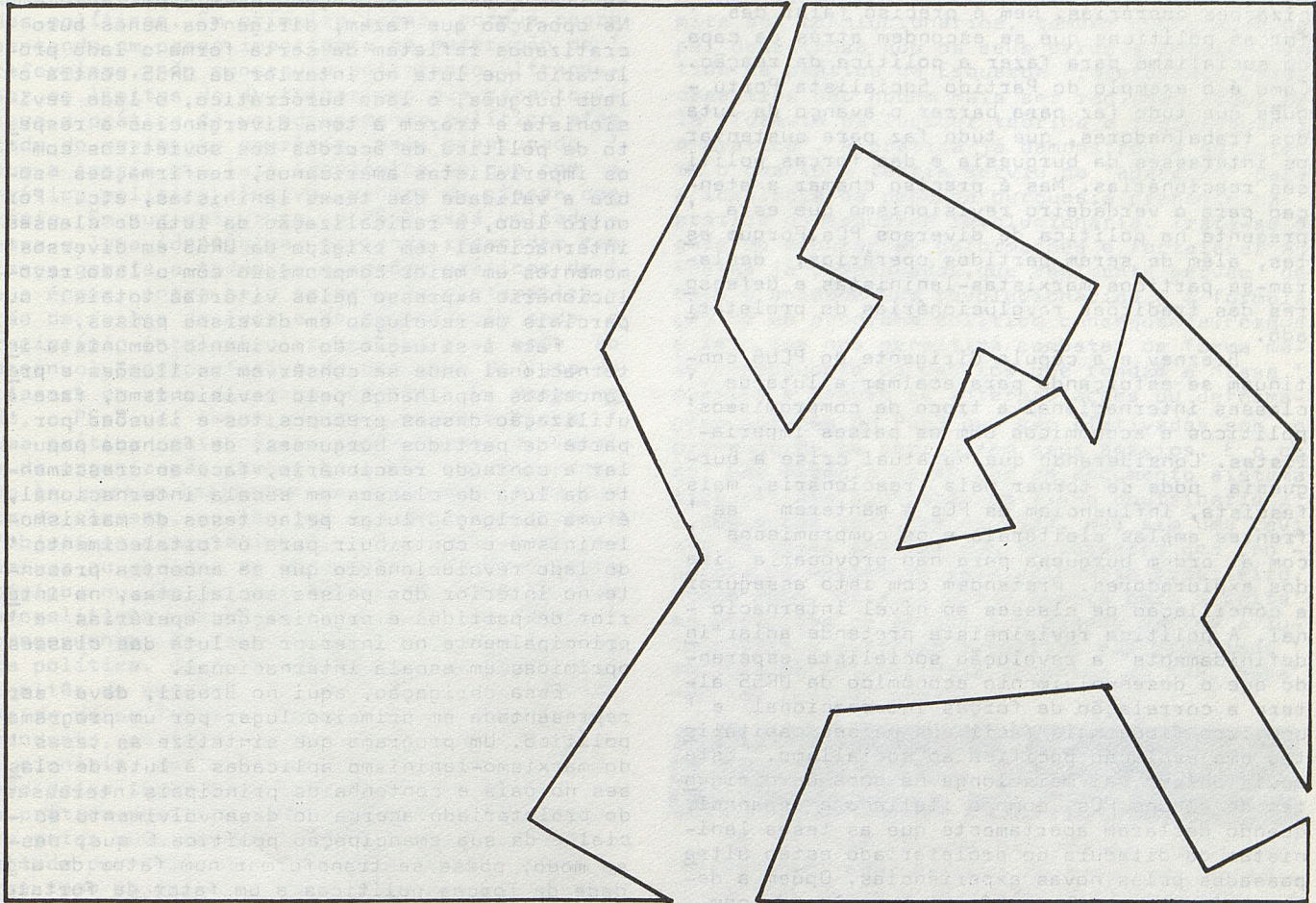
Por sua vez, através da revista trataremos de divulgar a partir deste número, textos polêmicos e bibliografias que sirvam a este debate (2).

(1) - Sobre o assunto, ver o nº 2 de CADERNOS DA CAMPANHA o artigo "Educação Política e Pensamento Marxista Vivo".

(2) - Neste número a rindo o debate publica - mos o artigo "CONTRIBUIÇÃO A DISCUSSÃO PROGRAMÁTICA" que está sendo discutido no Brasil, em setores de vanguarda da classe. Do mesmo modo a entrevista de André Fernandes sobre "estatização" coloca determinados problemas programáticos relativos ao Estado no Brasil. Para próximos números, já estão sendo preparados artigos sobre problemas programáticos.







# CONTRIBUIÇÃO A DISCUSSÃO PROGRAMÁTICA

DOCUMENTO ELABORADO NO BRASIL

O DOCUMENTO QUE REPRODUZIMOS É UM DOCUMENTO QUE VEM SENDO DISCUTIDO CLANDESTINAMENTE NOS SETORES DE VANGUARDA DA CLASSE OPERÁRIA E DO MOVIMENTO ESTUDANTIL. ELE É UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE QUE PRETENDEMOS ORGANIZAR NAS PAGINAS DE "CAMPAÑA" SOBRE OS PROBLEMAS PROGRAMÁTICOS, EM UM PROXIMO NUMERO DEVEREMOS PUBLICAR UM TEXTO QUE ESTA SENDO PREPARADO POR RAUL VILLA A EFEITO DA CONTINUIDADE DO DEBATE

O agravamento das contradições sociais e a radicalização da luta de classes em escala internacional, trazem novas experiências para os combatentes da luta de libertação do proletariado. A revolução dos trabalhadores triunfa em diversos países. Em outros há grandes avanços da luta de classes em direção do socialismo. Estas vitórias e estes avanços confirmam a atualidade da revolução socialista e a atualidade das teses do marxismo-leninismo.

Contudo, para conquistarem vitórias parciais ou totais, o proletariado e as suas organizações mais combativas não só enfrentam a reação burguesa local ou internacional mas também enfrentam preconceitos e ilusões difundidas no interior das massas trabalhadoras e populares por partidos que se consideram comunistas ou socialistas e que adotam o caminho do revisionismo. Este revisionismo é uma barreira à emancipação do proletariado e tem tido responsabilidades nas derrotas dos trabalhadores, como por exemplo em 64 no Brasil, em 73 no Chile, etc. E a burguesia sabe se aproveitar dos preconceitos e das ilusões difundidas pelo revisionismo existente em muitos partidos e organizações operárias ou populares para, em momentos de crise, desenvolver uma política de conciliação de classes e diminuir a revolta das classes oprimidas e com isto ganhar tempo para afiar suas garras e desfechar novos gal-



pes contra as conquistas das massas trabalhadoras.

A atual crise, que tem colocado na ordem do dia a questão do poder em diversos países, obriga os dirigentes que se dizem socialistas, e comunistas a tomarem posição. E então vemos a que ponto chegaram o revisionismo e reformismo de muitos dos dirigentes de partidos e organizações operárias. Nem é preciso falar das forças políticas que se escondem atrás da capa do socialismo para fazer a política da reação. Como é o exemplo do Partido Socialista Português que tudo faz para barrar o avanço da luta dos trabalhadores, que tudo faz para sustentar os interesses da burguesia e das forças políticas reacionárias. Mas é preciso chamar a atenção para o verdadeiro revisionismo que está presente na política de diversos PCs. Porque estes, além de serem partidos operários, declararam-se partidos marxistas-leninistas e defensores das tradições revolucionárias do proletariado.

Breznev e a cúpula dirigente do PCUS continuam se esforçando para acalmar a luta de classes internacional a troco de compromissos políticos e econômicos com os países imperialistas. Considerando que na atual crise a burguesia pode se tornar mais reacionária, mais fascista, influenciam os PCs a manterem as frentes amplas eleitorais e os compromissos com a ordem burguesa para não provocar a ira dos exploradores. Pretendem com isto assegurar a conciliação de classes ao nível internacional. A política revisionista pretende adiar "indefinidamente" a revolução socialista esperando que o desenvolvimento econômico da URSS altere a correlação de forças internacional e com isto fique mais fácil aos países capitalistas uma evolução pacífica ao socialismo. Este revisionismo vai mais longe na boca de dirigentes de alguns PCs, como o italiano e espanhol, quando declaram abertamente que as teses leninistas da ditadura do proletariado estão ultrapassadas pelas novas experiências. Opõem a democracia burguesa e as frentes amplas de compromisso com a ordem burguesa à ditadura do proletariado e à luta de emancipação dos trabalhadores e outras classes oprimidas.

Abrindo uma luta contra o revisionismo que se encontra presente nos setores dirigentes da maioria dos PCs, a China e seus seguidores, não deixam de cometer desatinos dos mais diversos graus. Encarando os PCs e a URSS como agentes e país imperialista - os sociais-imperialistas - e este último o maior inimigo dos povos, lançam-se a uma política internacional aventureira que em nada contribui para a luta contra o revisionismo, contra o capitalismo e pela revolução socialista. Esquecendo-se das suas ricas experiências na luta pelo socialismo e mesmo na construção da sociedade socialista, esquecendo-se dos próprios escritos de Mao que enriqueceram a teoria revolucionária, os dirigentes chineses e de PCs da "linha chinesa" chegam ao absurdo de fazer o jogo das forças mais reacionárias em diversos países sob o pretexto de se opor ao revisionismo. A atitude chinesa frente à violência brutal das classes dominantes e dos militares no Chile e frente à luta de libertação de Angola são alguns dos exemplos de uma falsa política anti-revisionista, de um anti revisionismo histórico que na verdade fortalece a reação.

Esta situação entre os comunistas que seguem e aprofundam os desvios da política dos dirigentes soviéticos e chineses, tem suas raí-

zes na continuidade da luta de classes no interior dos países socialistas e de seus partidos e instituições e no atraso da revolução socialista em escala internacional. No entanto, as contradições da política soviética em diversos momentos revelam o crescimento de oposições no interior do próprio PCUS que fortalecem o lado proletário, o lado que busca defender as tradições da revolução russa e do leninismo. Na oposição que fazem, dirigentes menos burocratizados refletem de certa forma o lado proletário que luta no interior da URSS contra o lado burguês, o lado burocrático, o lado revisionista e trazem à tona divergências a respeito da política de acordos dos soviéticos com os imperialistas americanos, reafirmações sobre a validade das teses leninistas, etc. Por outro lado, a radicalização da luta de classes internacional tem exigido da URSS em diversos momentos um maior compromisso com o lado revolucionário expresso pelas vitórias totais ou parciais da revolução em diversos países.

Face à situação do movimento comunista internacional onde se conservam as ilusões e preconceitos espalhados pelo revisionismo, face à utilização desses preconceitos e ilusões por parte de partidos burgueses, de fachada popular e conteúdo reacionário, face ao crescimento da luta de classes em escala internacional, é uma obrigação lutar pelas teses do marxismo-leninismo e contribuir para o fortalecimento do lado revolucionário que se encontra presente no interior dos países socialistas, no interior de partidos e organizações operárias e principalmente no interior da luta das classes oprimidas em escala internacional.

Essa obrigação, aqui no Brasil, deve ser representada em primeiro lugar por um programa político. Um programa que sintetize as teses do marxismo-leninismo aplicadas à luta de classes no país e contenha os principais interesses do proletariado acerca do desenvolvimento social e da sua emancipação política. E que, desse modo, possa se transformar num fator de unidade de forças políticas e um fator de fortalecimento das concepções do socialismo e dos interesses do proletariado frente a toda a série de vacilações ou de traições que penetram nos movimentos de esquerda.

## O "PROGRAMA SOCIALISTA PARA O BRASIL"

1. O Programa Socialista para o Brasil foi sem dúvida a principal contribuição à luta contra o reformismo representado principalmente pela política do PCB. Esta política foi mais claramente contestada com o golpe reacionário de 1964, que mostrou o quanto era equivocada e o quanto a classe operária e as massas populares estavam despreparadas e submetidas às ilusões e preconceitos burgueses, sustentados e defendidos pelos dirigentes do PCB. O processo de luta contra o reformismo e as divisões dentro do PC se desenvolvem então num ambiente de derrota, de desorganização e paralisação do movimento operário. Além disto, a fraqueza do proletariado e as fraquezas das alternativas revolucionárias dentro do próprio Movimento Comunista Internacional criaram as condições favoráveis para que nesse processo atuassem as ideologias da pequena burguesia em fase de radicalização. Em virtude disto, o PSpB, que foi a expressão mais avançada da crítica teórica e política ao reformismo, não poderia deixar de estar contaminado pelas influências da ideolo-



gia pequeno-burguesa.

2. Embora o PSpB contenha contribuições das mais importantes para um programa político ele é atualmente bastante inadequado como instrumento básico de unidade dos revolucionários como expressão das concepções marxistas-leninistas aplicadas à nossa realidade e como expressão dos interesses da classe operária acerca do desenvolvimento social e de suas necessidades políticas. Em primeiro lugar, porque, representando um passo importante na superação do reformismo, não conseguiu entretanto ultrapassar os limites do doutrinário que caracterizava a prática de um agrupamento político afastado do movimento operário, mais preocupado com a teoria e a luta ideológica do que com a prática política efetiva, dentro da classe operária. Em sua estrutura, o PSpB está voltado para a luta ideológica, pretende responder com teses gerais a todas as questões práticas de sua época, entra pelo terreno da sistematização de formas de luta e de organização onde o raciocínio intelectual substitui e se opõe ao desenvolvimento efetivo do processo da luta de classes em seus diversos momentos. E, desse modo, o PSpB vai impor a quem o segue à risca uma prática doutrinária: impõe formas de luta e de organização ideais que, não correspondendo às particularidades de cada momento da luta de classes, ou vão ter que ser consideradas "objetivos estratégicos", o que implica em rebaixar ou abdicar do verdadeiro objetivo estratégico, ou vão ter que servir tão somente ao proselitismo, ocupando o lugar de uma tática consequente. Ao falar da luta econômica, da luta política, da luta ideológica, ao falar dos comitês de empresa, do sindicato livre, da maneira de se formar o partido e a classe independente, ao falar da frente de esquerda revolucionária, do foco guerrilheiro, etc. o PSpB não deixa lugar para táticas consequentes: ou a prática doutrinária é orientada diretamente pelas suas perspectivas "práticas" ou é orientada por "táticas" que tomam essas perspectivas como objetivos estratégicos. É o caso, por exemplo, da tática atual da OCML-PO que considera o momento em "contradição" com aquelas perspectivas contidas no PSpB e adota a prática da preparação de condições favoráveis para colocar em prática essas perspectivas em outra conjuntura: hoje, a atividade principal é então a luta contra o populismo, isto é, a luta ideológica.

3. Em segundo lugar, o PSpB toma as classes dominantes como um bloco só, homogêneo, sem contradições. E toma a crise econômica iniciada antes do golpe de abril de 64 como crise permanente, expressando o bloqueio definitivo do desenvolvimento capitalista no Brasil. Estas análises servem de base a desvios economicistas e à própria linha doutrinária que vão estar submetidas as posições táticas dos que seguem à risca o PSpB. De fato, se não há mais disputas, brigas, divisões na burguesia e se estamos diante de uma crise permanente, não há o que analisar no plano político. E então a luta de classes, segundo o PSpB, vai ser concebida em dois períodos. Num, a vanguarda, libertada do reformismo, vai modificar a consciência dos trabalhadores e a tarefa principal é a luta ideológica. Luta ideológica que visa, segundo o PSpB, ganhar as bases operárias do reformismo, construir um "partido de quadros" e mobilizar as massas. Noutro período, o foco guerrilheiro passa a ser a forma principal de luta e visa transformar o "partido de quadros" em partido de massa, efetivar a aliança dos

trabalhadores rurais e urbanos e sustentar, ao lado do processo de insurreições urbanas, a luta política pelo poder. Primeiro forma-se a classe independente, depois trava-se a luta política! Primeiro a luta ideológica, depois a luta política produzida pelas armas dos revolucionários!

4. A experiência, que confirma uma série de contribuições importantes que o PSpB transmite aos revolucionários, também confirma o papel desastroso que os seus erros e desvios têm tido na prática da Esquerda Proletária. Estes desastres não podem mais ser racionalizados pela "fórmula da lucidez teórica e inconsequência prática". A prática já demonstrou o suficiente o quanto a teoria serviu de "aparelho" para a ideologia da pequena burguesia presente na prática da esquerda revolucionária. Trata-se agora de depurar as deformações e fortalecer as idéias já comprovadas, que realmente servem de base à unidade dos revolucionários e à formulação de um programa político consequente. Porque é isto que nos permitirá combater de forma mais consequente os desvios que rondam a nossa prática e também as interpretações ou deformações maiores do PSpB que são efetivadas sob o pretexto de se corrigirem seus desvios. É o caso, por exemplo da AP que em documento sistematiza não uma superação da linha doutrinária e dos erros contidos no PSpB, mas sim uma revisão de teses básicas que representam uma conquista do movimento revolucionário brasileiro. Desse modo, deixa a porta aberta para a volta ao populismo ou reformismo quando define a luta contra a ditadura submetida aos programas de luta de setores mais atuantes do MDB, para não ser radical demais.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE UM PROGRAMA POLÍTICO

5. Do PSpB devemos extrair as idéias que representam teses básicas da revolução brasileira e as quais a experiência já comprovou, tanto as experiências internacionais, como as da luta de classes no país. Podemos destacar como exemplo dessas teses os seguintes pontos:

- a) o caráter da revolução brasileira em sua atual etapa é socialista;
- b) o proletariado industrial é a força principal na luta pelo poder e pelas transformações econômicas na sociedade;
- c) o governo revolucionário dos trabalhadores da cidade e do campo é a forma de governo provisório mais adequado aos interesses dos trabalhadores brasileiros em sua luta contra o poder político da burguesia que, no atual estágio da luta de classes, tem na ditadura aberta das classes dominantes a forma mais viável de poder;
- d) a luta pela completa liberdade de organização e manifestação política às classes trabalhadoras e a luta pela conquista de um governo revolucionário provisório são inseparáveis uma da outra, e constituem a primeira tarefa do proletariado na luta pelo socialismo e por sua ditadura;
- e) para levar à prática esta tarefa, o proletariado consciente necessita atrair para si as massas proletárias ainda sob influência da burguesia ou da pequena burguesia, os camponeses pobres e setores da pequena burguesia urbana;
- f) na luta para influir sobre as massas proletárias e para atrair os camponeses pobres e parcelas da pequena burguesia urbana, o proletariado consciente terá que voltar seus golpes



contra a democracia pequeno-burguesa, representada pelo populismo, reformismo, liberalismo, etc., a fim de isolá-la das massas populares que formam a base política para a transição ao socialismo.

6. Esses pontos devem servir de linha básica para a elaboração de um programa político que em sua parte de princípios deverá conter aspectos essenciais que caracterizam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, os objetivos mais gerais da luta de libertação do proletariado, o caráter dessa luta na atual etapa da revolução, o papel da vanguarda e a tarefa mais imediata do proletariado para a sua emancipação política. E em sua parte prática deve conter as reivindicações de política geral que representam as necessidades de transformações sociais e as reivindicações que representam os interesses particulares das massas trabalhadoras e de outras camadas populares que se juntarão ao proletariado na luta pela transformação da sociedade capitalista.

7. Um programa político expõe esses temas de maneira clara, precisa e resumida. Não é sua tarefa estabelecer formas de luta e de organização, a não ser que estas assumam a qualidade de princípio para a revolução. Ao assumir uma estratégia para a revolução, o programa assume uma linha geral ou um plano geral apropriado ao estágio ou à etapa da revolução. Para cada etapa da revolução há uma estratégia. Conseqüentemente, o objetivo estratégico trata da questão fundamental que caracteriza a superação ou a desarticulação das relações que predominam na atual etapa da revolução.

8. O nosso objetivo estratégico é alcançado quando a luta dos trabalhadores conseguir derrubar a ditadura que serve à burguesia impondo um governo provisório revolucionário capaz de assegurar antes de tudo a completa liberdade política às classes trabalhadoras. Para que esse objetivo seja conquistado, o proletariado consciente terá que se unir em torno de um programa mínimo que, uma vez colocado em prática, abra o caminho para a transição para o socialismo e para a ditadura do proletariado. Esse programa mínimo contém as reivindicações que expressam as necessidades mais importantes dos operários e seus principais aliados e as necessidades do desenvolvimento social, das transformações econômicas e políticas. Reivindicações que, no processo da luta de classes, na atual etapa da revolução, visam enfraquecer o poder das classes dominantes e atacar as suas novas bases de sustentação. As reivindicações particulares do movimento operário e de outros setores aliados e as reivindicações relativas à transformação do Estado capitalista no processo de luta de classes se destinam a defender os interesses particulares dos trabalhadores e a fortalecer a luta pelas transformações políticas e econômicas que garantam aos trabalhadores da cidade e do campo a completa liberdade política e as condições para a transição ao socialismo. O desenvolvimento capitalista baseado na super-exploração dos trabalhadores só se realiza com o máximo de opressão política. E é em consequência da necessidade constante que têm as classes dominantes de restringir ao máximo possível a liberdade do proletariado que ela restringe os próprios direitos democráticos correspondentes à ordem burguesa. Como a ditadura aberta das classes dominantes é a forma de poder mais apropriada ao atual estágio das contradições do desenvolvimento capitalista, como o afirma o próprio PSpB, a luta pela

libertação política do proletariado é o centro da luta pelo poder e torna-se inseparável da luta pela derrubada da ditadura das classes dominantes e por um governo revolucionário provisório, uma vez que só estas conquistas assegurarão de fato aquela necessidade prioritária.

O programa mínimo em sua parte relativa à política geral, à transformação do Estado, contém então reivindicações que correspondem aos interesses de classe do proletariado pela derrubada do regime e pela formação de um governo provisório revolucionário capaz de assegurar as condições para a luta pela implantação do socialismo. Essas reivindicações uma vez colocadas em prática quebram as bases de sustentação política e econômica da ditadura e asseguram todas as conquistas do proletariado acumuladas durante o processo de luta de classes. Entre elas, as mais importantes são a supressão de todas as leis que proíbem ou restringem a livre organização e manifestação às classes trabalhadoras, completa destruição da máquina repressiva da reação e armamento do proletariado, nacionalização dos monopólios e dos bancos, controle operário a partir das empresas, controle operário dos meios de comunicação, nacionalização da terra.

A quebra do poder das classes dominantes que visa consolidar e ampliar a liberdade política para as classes trabalhadoras cria as condições para que seja possível ao proletariado consciente atrair o conjunto das massas exploradas para a implantação da ditadura do proletariado e a construção do socialismo. A principal tarefa do proletariado é, pois, a conquista da liberdade política e a formação de um governo revolucionário provisório.

9. Nessa luta, o proletariado consciente deve organizar e fortalecer o seu partido político e deve apoiar todas as lutas e as reivindicações que expressem as necessidades urgentes das massas trabalhadoras, em particular as lutas por seus direitos políticos. Deve atrair para si as massas trabalhadoras mais atrasadas, os camponeses pobres e setores da pequena burguesia urbana. Nesta disputa de influência, o obstáculo maior que o proletariado consciente tem pela frente é a democracia pequeno-burguesa que, sob as formas do populismo, reformismo liberalismo, etc., busca isolar o proletariado consciente, iludir as massas atrasadas e impedir a união das massas trabalhadoras sob a influência de uma direção proletária.

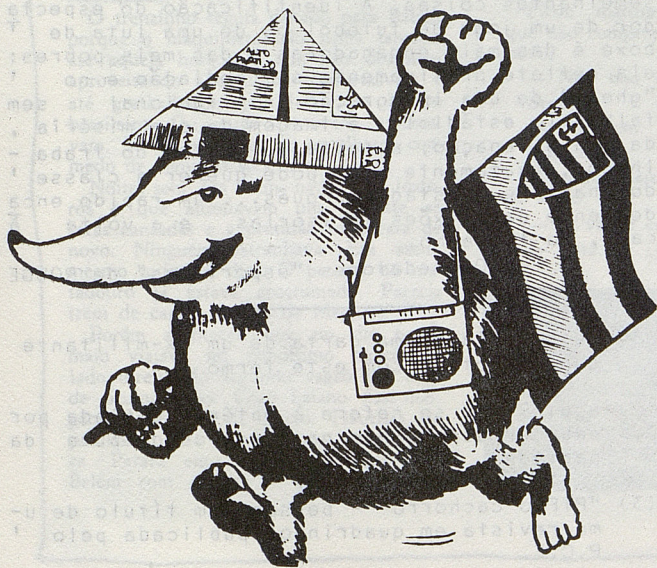
10. Devemos desde já defender os pontos de vista aqui expostos como crítica inicial ao atual programa, o PSpB, defender as teses básicas que representam as conquistas mais importantes do movimento revolucionário no Brasil e defender as idéias sobre estratégia e programa mínimo aqui expostas resumidamente. Uma de nossas tarefas agora consiste em elaborar um projeto de programa político com base no próprio PSpB e nas questões aqui levantadas. Essa tarefa visa aumentar o nível de nossa unidade e visa superar desvios e erros existentes ao nível de documentos que expressam os nossos princípios. Visa também contribuir para superação de erros e desvios na esquerda revolucionária e para a luta por uma maior unidade de seus setores mais conseqüentes.

11. A próxima deverá deliberar sobre o projeto de programa a ser elaborado.





# POR UMA CRÍTICA RADICAL DA INSTITUIÇÃO ESPORTIVA



## O ARTIGO DE "ROUGE"

Seria a seção esportiva do *Quotidien Rouge* uma seção "vanguardista"? (1)

Nós aceitamos o termo, mas não o consideramos pejorativo. Pensamos ser "vanguardistas" quando vamos *voluntariamente* em contra-corrente à percepção espontânea que têm as massas sobre o esporte incluídas a classe operária e a maioria da vanguarda operária. Mas não no sentido de que nós desprezamos ou negligenciamos o sentimento médio das massas.

## DESPREZO?

Nós não desprezamos nem negligenciamos o sentimento dominante quanto ao esporte. Prova é que consagramos um lugar relativamente grande aos "acontecimentos esportivos" - o que raramente é feito pelos jornais revolucionários. Tentamos defender e ilustrar as posições de

"Aqueles que falam de revolução sem referir-se explicitamente à sua vida cotidiana levam um cadáver dentro da boca".  
(Cooper)

Deve, uma revista de esquerda revolucionária, falar de problemas como futebol, música, drogas, amor, sexualidade, humor, enfim de problemas da vida cotidiana, aparentemente tão longínquos da luta pelo poder?

A frase de Cooper no livro "A morte da família" reflete um pouco o nosso pensamento. Pensamento que entre outros faz parte da política que encaminhamos desde o nosso primeiro número de *Cadernos de Campanha*.

Esta política nos levou por exemplo a publicar em nosso nº 1 um artigo sobre humor (Henfil), em nosso nº2 um artigo sobre o derrotismo na vida de um revolucionário ("Reflexões de um militante") e um artigo sobre anti-concepcionais ("Deixar a pílula?"). Além de ensaios no campo da arte e cultura reproduzindo poesias, comentando livros ou mesmo discutindo problemas da atividade revolucionária de uma forma mais ampla ("Educação política e pensamento marxista vivo").

Mas a importância do problema nos levou a caminhar no sentido de criar uma seção sobre problemas da vida cotidiana, como forma de assegurar uma discussão sistemática sobre o assunto.

A reprodução neste número de um artigo sobre esporte é um passo neste sentido. A existência de uma seção esportiva em *Quotidien Rouge* é um fato que fica atravessado na garganta de muitos dos revolucionários dogmáticos de nossa época. O artigo que reproduzimos é a sistematização de uma explicação do *porque* disso, ao mesmo tempo que é uma das posições que vem se expressando no debate do Q.R. sobre o assunto.

Muitas questões teriam que ser discutidas e aprofundadas antes que pudéssemos concordar com todas as posições expressas no artigo. Mas sem dúvida ele serve para colocar problemas de 1ª ordem que serviram para sacudir muitos dos "esportistas" como dos "anti-esportistas" dentre os companheiros que lêem nossa revista.

Assim ele servirá (esperamos que sirva) para suscitar dentro de nós, um debate primeiro sobre o problema do esporte em geral, depois sobre o problema das instituições esportivas em nosso país.



classe neste terreno, mas não na visão característica de "senhores" que se consideram livres de qualquer alienação. Não pensamos que todos os esportistas e todos os torcedores sejam simplesmente cretinos. Mas nós vamos em contra-corrente pois consideramos que a alienação esportiva é atualmente uma das menos criticadas e das mais intactas na sociedade capitalista. Ir em contra-corrente e partir das preocupações das massas, não é portanto contraditório. Falamos do esporte e o criticamos de um ponto de vista de classe *global* porque a alienação esportiva é uma das que mais se enraizam nas massas, da forma, aparentemente, mais inócua. E é por esta razão que nós nos colocamos em contra-corrente. Os artigos constantes de Rouge sobre as mulheres, suas condições, suas lutas, seu movimento, é "vanguardista" da mesma maneira: ele choca fundamentalmente a ideologia espontânea das massas...

A principal falha que nós apontamos ao nosso correspondente (2) é a de recusar, a priori, um ponto de vista *global* sobre o esporte. Para ele *de um lado* existe o aspecto operação política em torno das grandes manifestações - como a final da Copa da Europa de Futebol - *de outro lado* a "qualidade do jogo" e ainda o facto de que as massas se entusiasma por este género de espetáculo. Mas esse ponto de vista aproxima-se relativamente ao dos reformistas que esquecem o essencial: que o esporte é uma *instituição* cuja geneologia encobre a do imperialismo e cuja organização e funcionamento reflete o aparelho de Estado. Antes de tudo, um dispositivo do sistema. O que explica, entre outros, que esporte e bandeira caminhem sempre juntos.

## PIF TODO VERDE

Para nós, pois, a crítica do esporte deve ir às raízes e não se limitar a analisar os "excessos". O PCF tornou-se campeão do ponto de vista pelo qual escorrega o nosso correspondente. De um lado ele protesta contra a avalanche de chovinismo organizado em torno do jogo St. Etienne - Bayern, de outro lado "PIF (3) le chien" nos propõe duas semanas seguidas de posters e decalques dedicados aos verdes (a cor da equipe do St Etienne) - o simpático PIF é apresentado em forma de medalhão, vestido de verde e com uma faixa tricolor!!! O cronista esportivo do *Humanité*, Rolland Passevant, conchagua um livro apaixonante à denúncia das picaretagens do "Boxing business", mas essa denúncia se dá no intuito de enaltecer um boxe que ele sonha limpo, leal e democrático!

Nós não nivelamos as ilusões de nosso correspondente às de Passevant. Mas, no fundamental, elas são tão diferentes assim? O argumento "ingênuo" segundo o qual o interesse do espetáculo esportivo se dá em função da "qualidade" do jogo e ao prazer experimentado pelo espectador é contestável. Teria o nosso correspondente a mesma linha de análise para um match de boxe?

Segundo os critérios espontâneos que ele emprega, existem os espetáculos esportivos de "qualidade" e os medíocres, de alto "nível" e de baixo "nível"... Correto, mas a barbaridade fundamental do espetáculo dos gladiadores sem armas - o boxe - apresenta-se de maneira bastante evidente, para que todo partidário do homem novo, que se respeita, não aceite sem críticas os critérios de Bretonnel e de Passevant. Sim mas, dirá nosso correspondente, o futebol não é o boxe... E justamente aí que reside o nosso desacordo. Para nós, existe *unidade fundamental da prática e do espetáculo esportivo*: competição, rendimento, violência, culto de elites, esforço, valorização do sofrimento fazem dele o seu motor e mestre. Uma ideologia que aliás, é demasiado acentuada no vocabulário utilizado espontaneamente por nosso corres-

pondente: "qualidade", "nível", o que nos leva a associá-los diretamente a: *espetáculo bonito = esporte de alto nível; de alta competição = prática esportiva de elite*.

Nosso correspondente vê somente o "produto final": o "bonito" espetáculo. Ele esquece de ver o que há por detrás disso: a seleção im-piedosa desta elite esportiva, sua robotização em função da sobrecarga de treinamentos e a repetição interminável dos mesmos gestos (como o trabalhador de uma fábrica...), a corrupção pelo dinheiro e pelos "prêmios", a *mutação fundamental* desta elite: bíceps enormes e cabeça vazia...

Ele esquece a figura da alienação esportiva que simboliza a imagem dos 22 amontoados de músculos, multiplicando as "proezas" físicas, sob o olhar de milhões de pessoas sentados nas suas poltronas ou nas arquibancadas, e dos quais 90% são incapazes de correr 100 metros ou então de chutar uma bola... divisão radical do "jogo" entre ativos e passivos que *na esfera da reprodução da força de trabalho, espelha a divisão do trabalho*.

## UMA NECESSIDADE

Resta ainda um argumento: mesmo sendo ali-enante, a necessidade do jogo e do espetáculo existe entre os trabalhadores. E nas condições atuais, o esporte, sob a forma de prática ou de espetáculo, "satisfaz" à sua maneira esta necessidade. Isto é profundamente verdadeiro. E é por isso que nós pensamos que nossa crítica do esporte, nossa posição *anti-esportiva*, não pode ser considerada exclusivamente negativa. Somos contra o esporte porque ele esmaga, mutila, destrói o jogo. Somos pelo jogo, dimensão fundamental da atividade humana, e notadamente por uma *prática lúdica dos corpos* (lúdica = que concerne o jogo). Pensamos inclusive, que na sociedade de classes, certas práticas lúdicas podem ser colocadas em prática (ver a esse respeito algumas experiências feitas por professores de educação física reproduzidas no nº 14 do *Chrono enrayé* suplemento do *Ecole Emancipée*). Não se trata aí, evidentemente, de práticas que, por uma espécie de competição pacífica, poderiam se impor em detrimento do esporte no sistema atual, mas de práticas *polêmicas* dirigidas à denúncia da ideologia e da prática esportiva... Mas o essencial para nós é que, a reconquista pelos trabalhadores de seus corpos, de um corpo capaz de jogar e dançar, passa pela destruição do esporte como instituição: um objetivo da sociedade de transição...

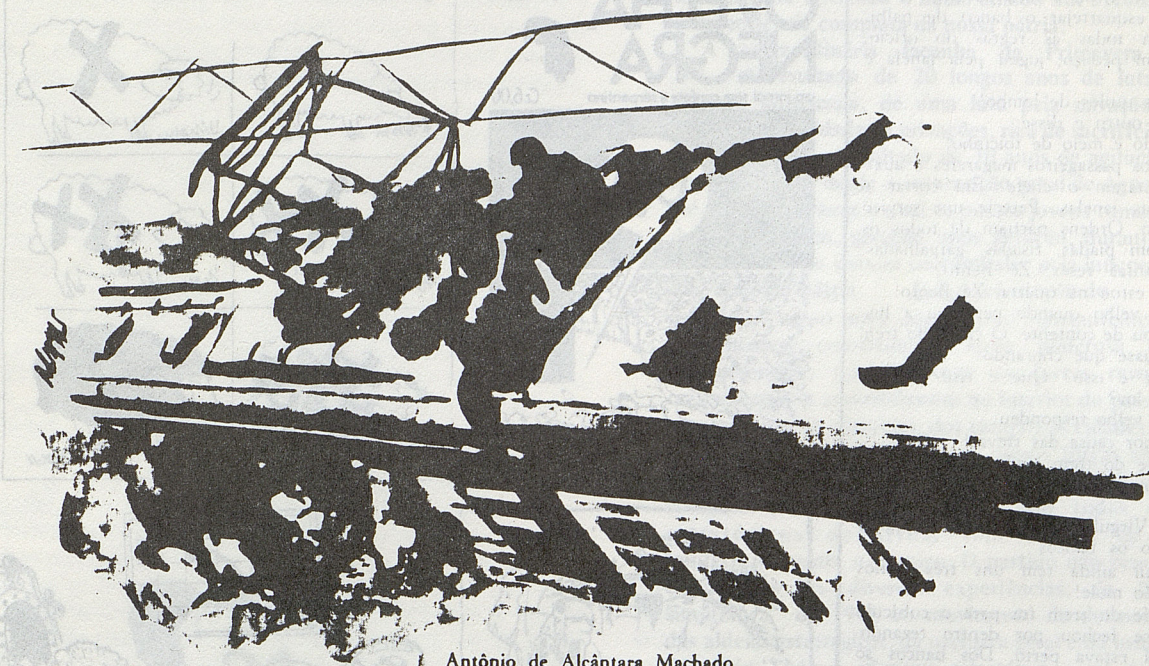
Para finalizar: a "prova" da "qualidade" do espetáculo pelo "prazer" sentido pelo espectador, é um argumento perigoso: após as grandes paradas fascistas dos anos 30, após "ROLLERBAEL" (4) não se deveria mais escrever semelhantes coisas. A identificação do espectador de um jogo de futebol ou de uma luta de boxe é das mais enganadoras e das mais pobres: ela reflete praticamente sem mediação e no "gheto" de uma integração institucional sem falhas (o estádio!), a imagem da sua miséria, da sua alienação; a festa do pobre, do trabalhador, exatamente como pode querer a classe dominante e o Estado burguês... um rápido enca-deamento de paixões irrisórias e a volta à casa, ao trabalho.

Os redatores "esportivos" de ROUGE

- (1) referência a uma carta de um ex-militante que os rotula com este termo
- (2) aqui Rouge se refere à matéria enviada por seu correspondente na época da disputa da partida
- (3) "PIF o cachorro" - personagem título de uma revista em quadrinhos publicada pelo P.C.F.



## UM APÓLOGO BRASILEIRO SEM VÉU DE ALEGORIA



Antônio de Alcântara Machado

O trenzinho recebeu em Maguari o pessoal do matadouro e tocou para Belém. Já era noite. Só se sentia o cheiro doce do sangue. As manchas na roupa dos passageiros ninguém via por que não havia luz. De vez em quando passava uma fagulha que a chaminé da locomotiva botava. E os vagões no escuro.

Trem misterioso. Noite fora, noite dentro. O chefe vinha recolher os bilhetes de cigarro na boca. Chegava a passagem bem perto da ponta acesa e dava uma chupada para fazer mais luz. Via mal-e-mal a data e ia guardando no bolso. Havia sempre uns que gritavam:

— Vá pisar no inferno!

Ele pedia perdão (ou não pedia) e continuava seu caminho. Os vagões sacolejando.

O trenzinho seguia danado para Belém porque o maquinista não tinha jantado até aquela hora. Os que não dormiam aproveitando a escuridão conversavam e até gesticulavam por força do hábito brasileiro. Ou então cantavam, assobiavam. Só as mulheres se encolhiam com medo de algum desrespeito.

Noite sem lua nem nada. Os fósforos é que alumiam um instante as caras cansadas e a pretidão feita caía de novo. Ninguém estranhava. Era assim mesmo todos os dias. O pessoal do matadouro já estava acostumado. Parecia trem de carga, o trem de Maguari.

Porém aconteceu que no dia 6 de maio viajava no penúltimo banco do lado direito do segundo vagão um cego de óculos azuis. Cego baiano das margens do Verde de Baixo. Flautista de profissão, dera um concerto em Bragança. Parara em Maguari. Voltava para Belém com setenta e quatrocentos no

bolso. O tatioca guia dele só dava uma folga no bocejo para cuspir.

Baiano velho estava contente. Primeiro deu uma cotovelada no secretário e puxou conversa. Puxou à toa porque não veio nada. Então principiou a assobiar. Assobiou uma valsa (dessas que vão subindo, vão subindo e depois vêm descendo, vêm descendo), uma polca, um pedaço do *Trovador*. Ficou quieto uns tempos. De repente deu uma coisa nele. Perguntou para o rapaz:

— O jornal não dá nada sobre a sucessão presidencial?

O rapaz respondeu:

— Não sei: nós estamos no escuro.

— No escuro?

— É.

Ficou matutando calado. Claríssimo que não compreendia bem. Perguntou de novo:

— Não tem luz?

Bocejo.

— Não tem.

Cuspada.

Matutou mais um pouco. Perguntou de novo:

— O vagão está no escuro?

— Está.

Nascido em São Paulo em 1901, o "modernista" Antônio Castilho de Alcântara Machado de Oliveira morreu em consequência de apendicite 34 anos depois. "Brás, Bexiga e Barra Funda", "Laranja da China" e "Mana Maria" estão entre suas obras mais significativas. O "Apólogo" pertence à última

De tanta indignação bateu com o porrete no soalho. E principou a grita dele assim:

— Não pode ser! Estrada relaxada! Que é que faz que não acende? Não se pode viver sem luz! A luz é necessária! A luz é o maior dom da natureza! Luz! Luz! Luz!

E a luz não foi feita. Continuou berrando:

— Luz! Luz! Luz!

Só a escuridão respondia.

Baiano velho estava furo. Urrava.

Vozes perguntaram dentro da noite:

— Que é que há?

Baiano velho tropejou:

— Não tem luz!

Vozes concordaram:

— Pois não tem mesmo.

Foi preciso explicar que era um desaforo. Homem não é bicho. Viver nas trevas é cuspir no progresso da humanidade. Depois a gente tem a obrigação de reagir contra os exploradores do povo. No preço da passagem está incluída a luz. O governo não toma providências? Não toma? A turba ignara fará valer seus direitos sem ele. Contra ele se necessário. Brasileiro é bom, é amigo da paz, é tudo quanto quiserem: mas bobo, não. Chega um dia e a coisa pega fogo.

Todos gritavam discutindo com calor e palavras. Um mulato propôs que se matasse o chefe do trem. Mas João Virgulino lembrou:

— Ele é pobre como a gente.

Outro sugeriu uma grande passeata em Belém com banda de música e discursos.

— Foguetes também?

— Foguetes também.



— Be-le-za!  
 Mas João Virgulino observou:  
 — Mas isso custa dinheiro  
 — Que é que se vai fazer então?  
 Ninguém sabia. Isto é: João Virgulino sabia. Magarefe-chefe do matadouro de Maguari, tirou a faca da cinta e começou a esartejar o banco de palhinha. Com todas as regras do ofício. Cortou um pedaço, jogou pela janela e disse:

— Dois quilos de lombo!  
 Cortou outro e disse:  
 — Quilo e meio de tocinho!  
 Todos os passageiros magarefes e auxiliares imitaram o chefe. Era cortar e jogar pelas janelas. Parecia um serviço organizado. Ordens partiam de todos os lados. Com piadas, risadas, gargalhadas.

— Quantas reses, Zé Bento?  
 — Eu estou na quarta, Zé Bento!  
 Baiano velho quando percebeu a história pulou de contente. O chefe do trem correu quase que chorando.

— Que é isso? Que é isso? É por causa da luz?  
 Baiano velho respondeu:  
 — É por causa das trevas!  
 O chefe do trem suplicava:  
 — Calma! Calma! Eu arranjo umas velinhas.

João Virgulino percorria os vagões apalpando os bancos.

— Aqui ainda tem uns três quilos de colchão mole!

O chefe do trem foi para o cubículo dele e se fechou por dentro rezando. Belém já estava perto. Dos bancos só restava a armação de ferro. Os passageiros de pé contavam façanhas. Baiano Velho tocava a marcha de sua lavra chamada *As armas cidadãos!* O taiquinha embrulhava no jornal a faca surrupiada na confusão.

Tocando a sineta o trem de Maguari fundou na estação de Belém. Em dois tempos os vagões se esvaziaram. O último a sair foi o chefe, muito pálido.

Belém vibrou com a história. Os jornais afixaram cartazes. Era assim o título de um: *Os passageiros no trem de Maguari amotinaram-se jogando os assentos ao leito da estrada.* Mas foi substituído porque se prestava a interpretações que feriam de frente o decoro das famílias. Diante do Teatro da Paz houve um conflito sangrento entre populares.

Dada a queixa à polícia foi iniciado o inquérito para apurar as responsabilidades. Perante grande número de advogados, representantes da imprensa, curiosos e pessoas gradas, o delegado ouviu vários passageiros. Todos se mantiveram na negativa menos um que se declarou protestante e trazia um exemplar da Bíblia no bolso. O delegado perguntou:

— Qual a causa verdadeira do motim?  
 O homem respondeu:  
 — A causa verdadeira do motim foi a falta de luz nos vagões.

O delegado olhou firme nos olhos do passageiro e continuou:

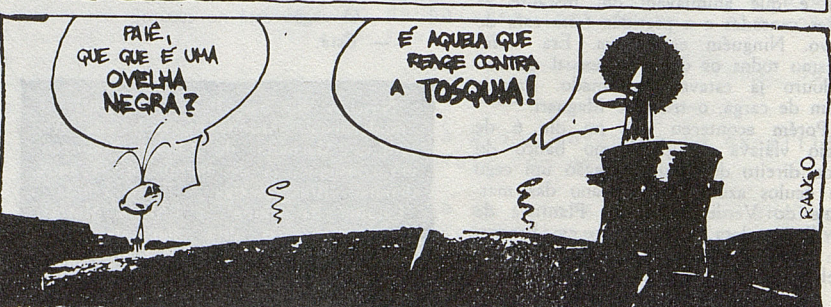
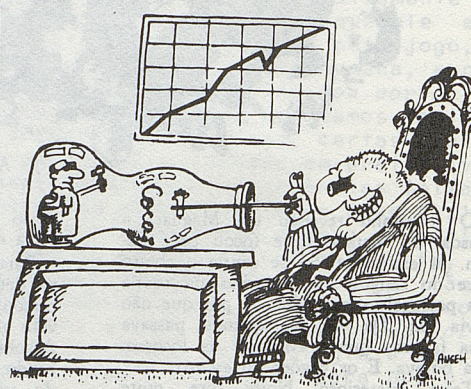
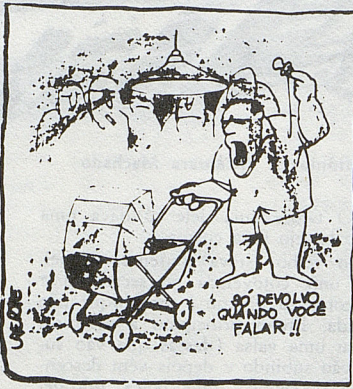
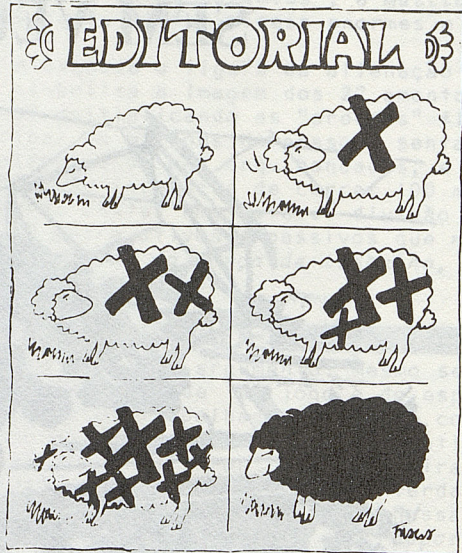
— Quem encabeçou o movimento?  
 Em meio da ansiosa expectativa dos presentes o homem revelou:

— Quem encabeçou o movimento foi um cego!

Quis jurar sobre a Bíblia mas foi imediatamente recolhido ao xadrez porque com a autoridade não se brinca.

# UM NOVO JORNAL BRASILEIRO DE HUMOR

**OVELHA NEGRA**  
 um jornal sem confete e serpentina Cr.6,00







# A BATALHA POR SAIGON

por Vo Nguyen GIAP e Van Tieu Dung

O ARTIGO QUE SEGUE NESTAS PAGINAS, PUBLICADO NO "QUAN DOI NHAM DAN", É TALVEZ O UNICO DEPOIMENTO SISTEMATIZADO DA OFENSIVA QUE CULMINOU COM A LIBERACAO DE SAIGON, FEITO POR DOIS DOS SEUS PRINCIPAIS ARTIFICES: VO NGUYEN GIAP E VAN TIEU DUNG, RESPECTIVAMENTE MINISTRO DA DEFESA E CHEFE DO ESTADO MAIOR DO EXERCITO DA REPUBLICA DEMOCRATICA DO VIETNAM DO NORTE.

Na Primavera de 1975 a história da nossa nação vietnamita registou um novo e grandioso empreendimento: numa decisiva batalha estratégica de excepcional rapidez, com a duração de 55 dias e 55 noites, foi completamente aniquilado o exército fantoche, com mais de um milhão de soldados organizados, equipados e comandados pelos Estados Unidos; anulado todo o sistema administrativo ao serviço do inimigo; destruído o edifício neocolonialista erguido pelos Estados Unidos no Sul do nosso país; quebradas as intenções agressivas dos americanos. Foi inteiramente libertado o nosso amado Sul e reconquistada a independência completa da nossa pátria.

A extraordinária façanha da Primavera de 1975 foi o resultado de 20 longos anos de luta contra a agressão americana, de uma luta pela salvação nacional, cheia de dificuldades e privações, rica de sacrifícios de todo o nosso povo; o resultado de 30 anos de agitação e guerra revolucionária, desde a insurreição geral de Agosto de 1945 até hoje, durante o qual os nossos jovens tomaram o lugar dos que caíram, geração após geração, durante o qual o nosso povo não deixou de combater pela independência e a liberdade da pátria. Sob a orientação do nosso partido, o nosso povo desenvolveu constantemente as suas capacidades, construiu a arma poderosa da guerra revolucionária, fez com que as forças revolucionárias crescessem e se consolidassem no interior do país, das zonas montanhosas às planícies, dos campos às cidades. Durante a longa guerra de resistência, as nossas forças armadas e o nosso povo construíram uma densa rede de posições de combate para a guerra popular em todos os teatros estratégicos decisivos, com o fim de atacarem ininterruptamente o inimigo. O partido não cessou de criar e assimilar as diversas experiências: da "sublevação simultânea" de 1960 ao movimento de desmantelamento das aldeias estratégicas, da ofensiva geral e da insurreição do Têt Mau Thôn à ofensiva estratégica geral de 1972, da guerra popular terra-ar no Norte socialista à heróica luta travada ao longo da cordilheira Truong Son para construir a rede de estradas estratégicas que têm o nome do tio Ho.

Em que contexto histórico se desenvolveu a ofensiva geral e a insurreição da Primavera de 1975?

Há pouco mais de dois anos foram assinados em Paris os acordos sobre o fim da guerra e o restabelecimento da paz no Vietname. Estes acordos foram o reflexo da grande vitória do nosso povo e da pesada derrota do imperialismo americano. Os Estados Unidos foram obrigados a retirar as suas tropas do Sul do nosso país, a comprometer-se a respeitar os direitos nacionais fundamentais do povo vietnamita, a cessar toda a ingerência militar e intervenção nos assuntos internos do Vietname do Sul.

Todavia, o imperialismo americano e os seus servos teimaram em tentar instaurar o neocolonialismo americano em todo o território sul-vietnamita. Depois da assinatura dos Acordos de Paris, cuja tinta nem secara ainda, quando a população do Vietname do Sul não gozara um único dia de paz, já os USA e os seus fantoches espezinhavam a quase totalidade das disposições essenciais do acordo, recomeçando em vasta escala a sua guerra colonial e cometendo contra os nossos compatriotas do Vietname do Sul inúmeros crimes. E logo a seguir estabeleciam numerosos planos de guerra com o seguinte objectivo: ocupar em três anos, de 1973 a 1975, a totalidade das regiões libertadas e ter sob o seu controlo todo o Vietname do Sul. Esperavam que no começo de 1976 lhes fosse possível edificar com toda a tranquilidade e depois consolidar o regime neocolonial americano no Vietname do Sul, transformando-o num Estado parcialmente inserido na órbita americana e prolongando assim a divisão do nosso país.

Com os Acordos de Paris, o nosso povo conseguiu uma gloriosa vitória, mas a obra revolucionária democrático-nacional e popular no Vietname do Sul não



estava ainda totalmente realizada. Assim, continuar a luta para fazer avançar a revolução, libertar completamente o Sul, caminhar para a reunificação do país, realizar integralmente a revolução nacional e democrática em todo o país era a tarefa política de todo o povo na nova fase. Exortamos a que seja erguida bem alta a bandeira da paz, da independência nacional, do respeito e da rigorosa execução dos Acordos de Paris e, precisamente por isso, estávamos decididos a não tolerar os actos dos USA e de Thieu, que sabotavam os Acordos e continuavam a guerra. Para defender as conquistas da revolução, para realizar a todo o custo os nobres objectivos da revolução, as nossas forças armadas e o nosso povo tiveram como bússola a concepção revolucionária da violência, decididos a travar uma guerra revolucionária para vencer a guerra neocolonial dos USA e dos seus fantoches.

No decurso de dois anos de dura luta, 1973 e 1974, as nossas forças armadas e o nosso povo alcançaram importantes vitórias em todas as frentes de guerra. A partir de Dezembro de 1974, os nossos compatriotas e combatentes das províncias do delta do Mekong e do Nam Bô (1) oriental alcançaram vitórias ainda maiores: num breve lapso de tempo, aniquilaram milhares de guarnições inimigas e libertaram a província de Phuoc Long, a primeira província a ser completamente libertada, no Vietname do Sul. Estas importantes vitórias reduziram o governo fantoche e o seu exército a um estado de múltipla fraqueza já irremediável e, com o correr do tempo, remeteram-no para posições de defesa estratégica em todo o teatro bélico. Quanto ao imperialismo americano, depois de ter retirado as suas tropas do Sul do nosso país, não só não conseguiu refazer-se, não pôde reforçar-se, como esperava, como, pelo contrário, mergulhou cada vez mais numa grave crise, sob todos os pontos de vista. Entretanto, no Norte socialista, o nosso povo alcançava grandes vitórias, resultados animadores no processo de cura das feridas de guerra, na reconstrução económica, no desenvolvimento cultural, etc., e, simultaneamente, continuava a mobilizar os seus recursos humanos e materiais, a permanecer lado a lado com os compatriotas e combatentes do Sul na luta pela realização completa da revolução democrático-nacional em todo o país.

Antes de as nossas forças armadas e o nosso povo desencadear a ofensiva geral e as diversas insurreições, o inimigo dispunha ainda de uma importante força militar em vários teatros de guerra do Sul. Tinha um exército numericamente forte, modernamente equipado, dotado de todas as armas e, em especial, de forças aéreas e navais muito potentes. Tinha consolidado febrilmente um sistema de coacção extremamente cruel, que partia do centro para a periferia e compreendia forças policiais de centenas de milhares de homens. As forças do inimigo eram dispostas segundo o critério da chamada estratégia da "guerra de presença", tendente a "defender ao máximo a segurança do território" com um sistema de controlo militar que compreendia quase 8000 guarnições e posições de diversa índole, ramificadas em profundidade até às comunas e pequenas aldeias. O inimigo esforçava-se por aumentar e consolidar as forças regionais para fazer com que o conjunto das suas forças dispusesse de uma extrema mobilidade, na esperança de poder enfrentar eficazmente os nossos ataques e realizar grandes campanhas de infiltração nas regiões libertadas.

Parte importante das forças regulares do inimigo, compreendendo três divisões — habitualmente juntavam-se-lhe uma ou duas divisões de reserva estratégica —, estava adstrita à defesa da Terceira Região Militar-fantoche, isto é, do Nam Bô oriental. Esta era uma região-chave, de importância primordial no Vietname do Sul, pois incluía Saigão, que é "a capital", o centro militar, político e cultural mais importante do Sul, o local onde estão concentrados os organismos dirigentes do exército e

da administração fantoche. Uma força bastante poderosa, formada por três divisões, também esta reforçada às vezes por uma ou duas divisões de reserva estratégica, estava estacionada na Primeira Região Militar, que abrangia o território estratégico contíguo à Zona Norte; aí se localizavam as grandes bases militares interarmas de Da Nang e o sistema defensivo do "forte" de Thua Thiên-Huê. No vasto território da Segunda Região Militar, que abrangia a totalidade dos planaltos do Oeste e as províncias do litoral de Binh Dinh a Binh Thuân, o inimigo colocara duas divisões de forças regulares e quase metade dos seus regimentos de "rangers", concentrando-os na parte setentrional dos planaltos de Oeste e na província de Binh Dinh. Nas outras províncias da planície costeira e em algumas províncias da região montanhosa do Trung Bô, como Tuyên Duc-Lâm Đông, o inimigo deixava apenas as forças regionais, pois considerava que ali dificilmente seriam realizadas muitas acções por parte das forças regulares do Exército de Libertação. A Quarta Região Militar compreendia as províncias do delta do Mekong, províncias populosas e ricas, principal fonte dos recursos humanos e materiais para a estratégia da "vietnamização da guerra". Aqui, a guerra popular estendia-se por toda a parte, mas o inimigo pensava que as nossas forças regulares não eram muito poderosas e, assim, deixava nesta vasta zona de planície apenas três divisões. Em todas as regiões militares o inimigo dispunha ainda de grandes forças que compreendiam unidades da aviação militar, da marinha militar, das unidades blindadas, de artilharia, etc., além de importantes forças regionais.

Consideradas no seu conjunto, as forças do inimigo, apesar de consideráveis, estavam espalhadas num território demasiado vasto e ficavam, portanto, dispersas, com muitos pontos fracos e numerosas falhas, em especial no percurso que se estendia por centenas de quilómetros ao longo do litoral do Trung Bô. Com esta disposição, na situação precedente, o inimigo teria podido resistir provisoriamente. Mas a situação estava a mudar. E a mudança da correlação de forças era a nosso favor. Na realidade, as nossas frentes estavam organizadas de forma mais aperfeiçoada, o nosso sistema de vias de comunicação estratégicas tinha-se desenvolvido, enquanto aumentava a mobilidade das nossas unidades maiores. Nesta situação, o sistema defensivo do inimigo não podia fazer frente à potência da nossa ofensiva.

No contexto histórico que delineámos, o confronto entre nós e o inimigo teria de concluir-se com o resultado inevitável do aniquilamento total do exército e da administração fantoche.

As nossas forças armadas e o nosso povo iniciaram a ofensiva geral e a insurreição da Primavera de 1975 com a finalidade de alcançar o objectivo de aniquilar e desagregar completamente o exército e a organização do governo





fantoche e de libertar completamente o Sul.

Pela evolução dos combates no teatro de guerra pode verificar-se claramente que o objectivo estratégico das nossas forças armadas e do nosso povo era desferir finalmente o golpe decisivo contra o centro nevrálgico do inimigo, em Saigão. Para o conseguir, era necessário ferir duramente o inimigo, aniquilar e desagregar as suas forças armadas na frente do Tây Nguyên e na frente setentrional.

Durante os primeiros dez dias de Março de 1975, em todos os teatros de guerra do Vietname do Sul, de Tri-Thiên (província de Quang Tri e de Thua Thiên - N. da R.) à quinta zona (Província do litoral do Trung Bô, de Quang Nam-Da Nang a Khanh Hoa-Nha Trang - N. da R.), dos planaltos do Oeste ao Nam Bô oriental e no delta do Mekong, as nossas forças armadas e o nosso povo desencadearam uma série de ataques e de insurreições de média e pequena intensidade; simultaneamente, preparavam-se, sob todos os pontos de vista, para lançar ataques em grande estilo. Quando o inimigo ficou num estado de passividade e dispersão ainda maior do que anteriormente, totalmente incapaz de defender os nossos objectivos estratégicos, então as nossas forças armadas e o nosso povo lançaram grandes ataques que se saldaram numa série de vitórias, sendo a primeira a alcançada nos planaltos do Oeste, a segunda em Hué e Da Nang e a última a que coroa a histórica campanha Ho Chi Minh e marca o aniquilamento e a derrota completa de todo o exército inimigo, finalmente obrigado a render-se sem condições.

São estes os momentos mais importantes da ofensiva geral e da insurreição que todos recordam.

#### A CAMPANHA DO TÂY NGUYÊN

A ofensiva estratégica geral inicia-se com uma campanha vitoriosa na direcção a Tây Nguyên. O Tây Nguyên é uma vasta região de planaltos que tem uma posição estratégica extremamente importante. Ao longo de dezenas de anos de luta heróica e dura, as forças armadas e a população das diversas nacionalidades do Tây Nguyên conseguiram uma série de vitórias, transformando a região dos planaltos num teatro de guerra bem preparado, num território muito favorável aos movimentos das nossas unidades militares estratégicas, que podiam assim concentrar-se e atacar a partir de posições muito fortes.

A campanha do Tây Nguyên começou com a batalha nevrálgica de Buôn-Mê-Thuôt, em 10 de Março de 1975, depois de as nossas forças armadas terem aniquilado Thuân Mãn e Duc Láp, dois campos entrenchados, situados ao longo da estrada número 14. Desde 4 de Março de 1975 que as forças armadas e a população do Tây Nguyên tinham cortado as estradas número 19 e número 14, isolando as importantes bases de Pleiku e Kontum, cercando-as e mantendo-as ao alcance de tiro. Conseguimos assim enganar o inimigo, fazendo-o crer que iríamos atacar Pleiku e levando-o, portanto, a transferir as suas forças, desguarnecendo os flancos do lado de Buôn-Mê-Thuôt. O inimigo deslocou realmente a maior parte da XXII Divisão, estacionada em Binh Dinh, para os planaltos, e os regimentos de "rangers" das forças de segurança e os meios blindados de Pleiku para a passagem de An Khê, procurando desbloquear a estrada número 19, que era a via obrigatória de ligação de Tây Nguyên à planície (a província de Binh Dinh e o porto de Qui-Nhon). Por outro lado, o inimigo destacou um regimento da XXIII Divisão de Infantaria, estacionado em Buôn-Mê-Thuôt, para reforçar Pleiku. Buôn-Mê-Thuôt, objectivo muito importante da campanha de Tây Nguyên, tornou-se a partir daquele momento fraco e desguarnecido. Aproveitando a ocasião, as nossas forças armadas puseram em acção uma tática de combate audaz e imprevisível.

Deslocando-se rapidamente, deixando de parte os sistemas de defesa externa de Buôn-Mê-Thuôt, atacaram directamente os objectivos essenciais no interior do centro

urbano, ocuparam os dois aeródromos, destruíram a base de blindados e de artilharia, o sector militar de Dailac e quartel-general da XXIII Divisão. Em menos de dois dias de combate apoderaram-se do centro urbano de Buôn-Mê-Thuôt.

Depois deste duríssimo golpe o inimigo apressou-se a pedir reforços de Pleiku, enviou para leste de Buôn-Mê-Thuôt, na região de Phua-An, dois regimentos da XXIII Divisão, os regimentos de "rangers" apoiados pela aviação e artilharia, contra-atacou, esperando recuperar Buôn-Mê-Thuôt.

Decididos a contrariar o contra-ataque inimigo, concentrámos rapidamente as nossas forças, atacando e ocupando a base do XL Regimento de Infantaria, os subsectores militares e as cidades principais do distrito de Buôn-Pô e Hao Binh. Fazendo entrar em acção forças de reserva, atacámos incessantemente o inimigo desde 14 a 18 de Março de 1975, aniquilando completamente a XXIII Divisão e as forças inimigas que ainda resistiam a volta do centro urbano, libertando a cidade mais importante do distrito de Phuocan e destruindo completamente o plano do inimigo, que queria reconquistar Buôn-Mê-thuôt.

Estas primeiras clamorosas vitórias suscitaram grande surpresa no inimigo e fizeram vacilar o seu sistema de defesa em todo o Tây-Nguyên.

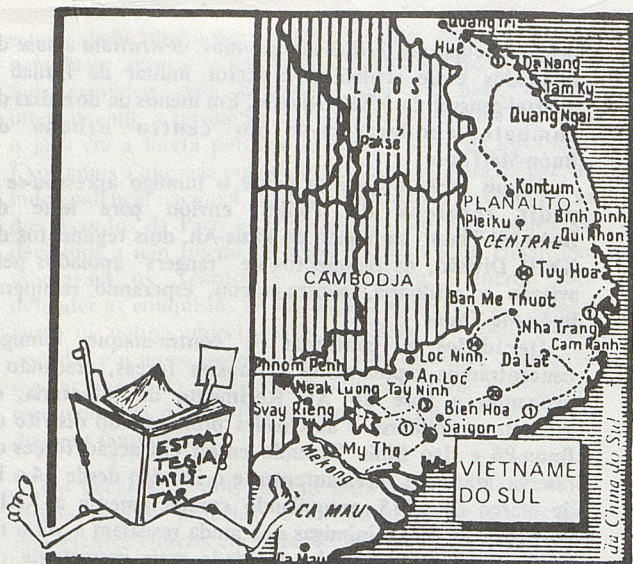
Durante este período, na frente da Binh Dinh, que estava estreitamente ligada à campanha do Tây Nguyên, as nossas forças armadas e a população conservaram as suas posições e danificaram um certo número de regimentos da XXII Divisão fantoche, ao longo da estrada número 19, no vale de Nang-Giang, conseguindo impedir completamente a passagem, isolando, assim, este troço da estrada.

Assim, Kontum e Peiku estavam cada vez mais seriamente ameaçados e, em poucos dias, a posição das tropas inimigas em Tây Nguyên estava destruída. Entretanto, as nossas forças armadas e o nosso povo atacavam com violência o inimigo em todas as frentes de guerra. O exército inimigo, a que faltavam forças móveis, não conseguiu fazer frente à situação. Para evitar o perigo de um total aniquilamento, as forças fantoches tiveram de tomar uma decisão estratégica; retirar-se das províncias de Kontum e Gia Lai para salvar as suas divisões, recuar para proteger a região das planícies do litoral e criar as condições que permitissem concentrar as forças móveis de que dispunham para contra-atacar e reocupar Buôn-Mê-thuôt, território que consideravam muito importante no plano militar, político e económico. Diante da potência de ataque das nossas forças o recuo estratégico do inimigo transformou-se numa fuga desordeira e numa desastrosa derrota. Depois da vitória de Buôn-Mê-thuôt, o nosso critério era o seguinte: o inimigo sofreu uma derrota muito grande, cuja principal característica é que o seu moral baixou; encontramos-nos, então, face a uma ocasião favorável para desenvolver a ofensiva e conduzir a nossa campanha até à vitória final. Depois do dia 13 de Março, previmos a retirada do inimigo de Tây-Nguyên.

Em 16 de Março, quando as tropas inimigas, aquarteladas em Pleiku, começaram a retirar-se, seguindo pela estrada número 7, uma das unidades móveis que tinha, anteriormente, recebido ordem de combater nesta direcção movimentou-se rapidamente em meios mecanizados, seguindo as estradas número 14 e número 76, e conseguiu parar as tropas inimigas a este e a oeste de Cheo-Reo. Uma unidade das forças regionais da província de Phu-Yên recebeu a ordem de fazer saltar a ponte de Son Hao, cortando, assim, a estrada da retirada ao inimigo. O destino das tropas inimigas em fuga de Tây-Nguyên estava, assim, marcado.

De 18 a 20 de Março, as nossas forças cercaram, dividiram, atacaram e aniquilaram as tropas inimigas, libertando, entretanto, o centro urbano de Cheo-Reo. Em seguida, perseguimos e aniquilámos aquilo que restava das





tropas inimigas em rumo à capital do distrito de Cung-Son. Em 24 de Março, todas as tropas inimigas se retiraram de Kontum e de Pleiku: no conjunto, foram aniquilados: o regimento de "rangers", três regimentos blindados e outras unidades possuindo diversas armas. A decisiva batalha de Tây-Nguyên foi, assim, coroada por uma completa vitória, com a libertação de um vasta região de grande importância estratégica. Mais de 120 000 soldados inimigos foram postos fora de combate. Mais de 600 mil habitantes de diversas nacionalidades reconquistaram, assim, o direito de decidir o próprio destino. As armas e o material bélico do inimigo foram recuperados na sua totalidade.

A vitoriosa campanha da região do Tây-Nguyên teve um grande significado estratégico. Depois desta vitória as nossas forças armadas encontravam-se em posição de poder ameaçar directamente o dispositivo de defesa inimigo, ao longo do litoral do Centro. O inteiro sistema estratégico do inimigo corria o perigo de ser cortado em dois. A Terceira Região Militar estava ameaçada, e a Primeira, isolada. O conjunto do sistema militar e de manobra do inimigo, no Sul do Vietname estava profundamente enfraquecido.

Esta vitória dava um golpe decisivo à força essencial do inimigo, na Segunda Região Militar, criando condições extremamente favoráveis à libertação das outras províncias da mesma região.

Depois do aniquilamento das tropas inimigas, em Tây-Nguyên, debaixo do impulso da vitória, as unidades móveis das nossas forças militares desenvolveram ataques em direcção das planuras do litoral de Trung Bô, segundo os eixos das estradas números 19,7 e 21. Uma das nossas unidades móveis mais fortes, em acção na estrada número 19 e na província de Binh Khe, aniquilou rapidamente, em 23 de Março, a base inimiga de An Kha. Em seguida, esta unidade, em colaboração com outras provenientes de Tây-Nguyên, empenhou-se numa batalha desde Phu Phong até ao aeródromo de Go Quanh, na província de Binh Dinh, aniquilando a maior parte da XXII Divisão fantoche. O resto da divisão foi aniquilada e completamente dispersa pela acção combinada das forças armadas regionais de Binh Dinh e da população interessada, com poderoso ímpeto na luta.

Uma outra unidade móvel, proveniente de Tây-Nguyên, avançando ao longo da estrada número 21, aniquilou a III Brigada de Pára-quedistas que fechava a estrada para Phuong Hoang, libertando a capital do distrito de Khank Duong, na província de Khank Hoà. Neste mesmo período, em colaboração com as forças que operavam em Tây-Nguyên, as nossas forças e o nosso povo não davam descanso ao inimigo em todas as frentes, em particular nas províncias do litoral do Trung Bô central. Em face à avalanche de ataques e de insurreições das nossas forças armadas e de nosso povo, tudo aquilo que restava do

segundo corpo de armada fantoche se desagregou rapidamente. As províncias e as cidades da Segunda Região Militar ainda nas mãos do inimigo foram libertadas uma depois da outra; no dia primeiro de Abril, a província de Binh Dinh e a cidade de Qui Nhon; no mesmo dia, a província de Phu Yên e o centro urbano de Tuy Hoà.

Em 2 de Abril foram libertadas a província de Lâm Đông e a cidade de Bao Lôc. De 2 a 3 de Abril foi a vez da província de Khank Hoà, da cidade de Nha Trang e do ponto militar de Cam Ranh. Em 4 de Abril, foram libertas a província de Tuyên Duc e a cidade de Dàlat.

#### A CAMPANHA HUÉ-DA NANG

A vitória nos Planaltos representava uma nova humilhação para os Us-fantoches e uma viragem no desenvolvimento militar e político no Vietname do Sul. Com a vitória sobre os Planaltos, a guerra revolucionária encontrava-se numa nova etapa: de uma posição estratégica ofensiva a uma estratégia ofensiva generalizada sobre todas as frentes da guerra.

No início de Março de 1975, paralelamente com os acontecimentos dos Planaltos, tínhamos multiplicado as nossas acções nas zonas de Tri Thien e do delta da Quinta Região. Em meados de Março os nossos combatentes tinham acabado os seus preparativos e estavam prontos a entrar em campo.

O campo de batalha de Tri Thien-Hué e aquele do delta da Quinta Região, onde estava Da Nang, eram os sítios onde tinham ocorrido muitas sublevações e numerosas ofensivas!

Depois de 1972, as organizações políticas populares e as forças armadas regionais estavam cada vez mais reforçadas.

As tropas regulares tinham então todas as condições necessárias para iniciar a ofensiva num campo de batalha como o de Hué-Da Nang.

Hué-Da Nang era o perímetro de maior força da Primeira Região Militar dos fantoches. Para destruir completamente o sistema ofensivo do inimigo na parte setentrional, usámos uma estratégia que tinha em vista separar as forças inimigas uma da outra.

Assim, atacámos a I Divisão de Infantaria dos fantoches libertando a província de Thua Thien e a cidade de Hué, e, simultaneamente atacámos a sul, aniquilando a II Divisão, e libertámos as províncias de Quang Tin e Quang Ngai.

Praticamente, isolámos Da Nang por completo, têmo-la cercada e atacada de vários lados, combinando a ofensiva e a insurreição e, finalmente, têmo-la ocupada.

As tropas regulares de defesa, da zona Tri-Thien-Hué, contavam com mais de 40 000 fantoches, compreendendo unidades de "élite", como a I Divisão de Infantaria e as brigadas dos "marines", todas apoiadas em sólidas bases ofensivas, construídas desde há muitos anos e situadas ao norte e a ocidente da velha capital.

No início de Março, as nossas tropas atacaram duramente e com astúcia posições inimigas nas linhas de defesa de Tri-Thien.

Ao mesmo tempo centenas de comandos romperam o perímetro da defesa externa inimiga, penetraram em profundidade no delta, mobilizaram as massas para a insurreição e deram ânimo a uma guerra do povo, nas costas do inimigo.

Este é obrigado a retirar-se de Quang Tri, em 19 de Março, recuando para alcançar as linhas de defesa ao sul do rio My Chanh. Nós percebíamos com clareza os critérios de acção do inimigo, na base de uma justa valoração das suas dificuldades, dos seus pontos fracos e das contradições relativas à nova situação.

Já em 17 de Março, quando a campanha dos Planaltos ainda não estava acabada, tínhamos decidido iniciar uma grande ofensiva para aniquilar as tropas inimigas da zona Tri Thien-Hué. Em 22 de Março, o Exército de Libertação começava a ofensiva sobre Hué, atacando desde vários



rapidamente em Da Nang.

A ofensiva e a insurreição para a libertação de Da Nang acabam com a mais completa vitória. Mais de 100 000 inimigos, entre eles o Estado-Maior do Primeiro Corpo da armada fantoche foram postos completamente fora de combate. A mais potente base inimiga interarmas do Vietname Central foi desmantelada com uma ofensiva e uma insurreição muito rápidas que duraram 32 horas. Todas as armas e os meios bélicos do inimigo caíram nas nossas mãos. Depois da vitória de Tri Thien-Hué e de Tam Ky-Quang Ngai, a vitória de Da Nang tinha abalado completamente o novo sistema de resistência estratégica do Centro do Vietname e cancelado a Primeira Região Militar dos fantoches. Depois da batalha de Da Nang, todo o dispositivo inimigo que tinha sobrevivido na Segunda Região Militar ficou imediatamente desmantelado. A tática e a estratégia inimigas que tinham por objectivo a defesa dos deltas costeiros, eram destruídas logo que actuassem. De facto, a vitória de Da Nang tinha feito perder toda e qualquer esperança ao inimigo. Os fantoches estavam desmoralizados no meio do caos organizativo. Tinham perdido uma quantidade enorme de material bélico e estavam para estalar no plano tático e no plano estratégico.

A vitória de Da Nang aterrorizava os caciques de Thieu e maravilhava o Pentágono e a Casa Branca: os mesmos estrategos americanos que reconheciam que "a ofensiva comunista" era um "golpe mortal", e não havia possibilidades de remediar, fosse militarmente, fosse política ou economicamente.

Entretanto, coincidindo com as batalhas de Tay Nguyen e de Hué-Da Nang, as populações de Binh Long insurgiram-se, atacaram e ocuparam An Loc, a zona militar e a capital de Chon Thanh Long An, Long Khanh, Binh Tuy, também se rebelaram, liquidando a zona militar e ocupando as capitais de Dan Tieng, Dinh Quan, Hoai Duc e toda uma série de importantes bases inimigas: estava, assim, liberto um vasto e contínuo território ao norte e a noroeste de Saigão.

Também as populações do delta do Mekong iniciaram uma ofensiva insurreccional, pondo fora de combate numerosos inimigos, desmantelando e destruindo milhares de postos de guarda, alargando cada vez mais as zonas libertadas.



#### A CAMPANHA HO CHI MIN

Durante um mês de ofensiva e de insurreição os nossos combatentes e o povo obtiveram a vitória total nas batalhas dos Altiplanos e de Hué-Da Nang. Eram vitórias estratégicas particularmente importantes. Assim, destruímos e desagregámos o exército inimigo em duas das quatro regiões

militares fantoches e apossámo-nos de todo o seu equipamento técnico, de todas as suas armas, de todos os seus depósitos e de todas as suas bases. Tínhamos liquidado por completo todo o sistema administrativo fantoche, libertando um território que compreendia dezasseis províncias e seis grandes cidades (Buon Me Tuot, Hué, Da Nang, Quy Nhon, Nha Trang, Palat), muitas capitais, e, por fim, importantes zonas militares primárias e secundárias na parte ocidental de Nam Bo e no delta do Mekong.

As zonas libertas no decurso da luta compreendiam os três quartos da superfície do país, e cerca de metade da população do Sul. Depois destas grandes vitórias, a situação era-nos completamente favorável do ponto de vista militar e político. O exército inimigo estava reduzido a metade dos seus efectivos, enquanto o nosso estava cada vez mais poderoso. As nossas tropas estavam muito activas, bem equipadas, e, tendo abundantes reservas, estavam assim prontas para novas batalhas.

A estratégia do inimigo estava despedaçada enquanto a nossa estava enriquecida pelas novas experiências acumuladas no decurso da ofensiva. O inimigo era obrigado a retirar-se e a defender o território ainda em seu poder, com fadiga, dado que as posições estratégicas estavam abaladas e, portanto, apresentava inúmeros pontos fracos e vulneráveis que não podiam defender.

Nós, ao contrário, tínhamos novas bases, novos pontos de apoio, novas linhas de ataque para poder avançar: o inimigo estava cada vez mais desmoralizado devido aos insucessos que sofria continuamente. Enquanto nós avançávamos cortando o inimigo como manteiga. Em suma, a situação militar evoluiu consideravelmente. A nossa força militar e política e a nossa posição estratégica dominavam completamente o inimigo. Assim, os fantoches corriam o risco de dissolver-se por completo. Os Estados Unidos estavam impotentes, pelo que já não podiam salvar os fantoches, fosse qual fosse a sua intervenção. Em suma, era o momento mais apropriado para as nossas forças armadas e o nosso povo desencadearem uma ofensiva e uma rebelião impetuosas e generalizadas, dando vida à batalha decisiva, histórica, e golpeando o inimigo no seu último refúgio — Saigão. Esta campanha teve a honra de ter o nome do grande presidente Ho Chi Min. No campo de batalha oriental do Nam Bo, que compreendia Saigão e Gia Dinh, ao longo de dezenas de anos de luta, as nossas forças armadas e o povo tinham adquirido experiências combativas e temíveis, de guerra revolucionária. As forças armadas populares tinham fortes posições estratégicas importantes, não só à volta de Saigão mas também nos arredores e interior da cidade, exercendo uma intensa pressão sobre a "capital" do inimigo. Elas compreendiam corpos de armadas regulares, unidades de forças regionais e um grande número de comandos. De outro lado, a força política das massas, cada vez mais viva no coração da cidade, tinha-se já manifestado continuamente, através de inúmeras formas de luta, contra a administração central dos fantoches: em toda a história das guerras, é raro que uma capital, controlada directamente pelas forças armadas adversárias, tenha sido tantas vezes abalada por ofensivas, movimentos insurreccionais e lutas das massas, como aconteceu em Saigão dos fantoches. Esta situação excepcional constituía uma condição muito favorável para que as nossas tropas pudessem agir e levar a cabo a histórica campanha de Ho Chi Min. Naquele momento, o princípio inspirador da nossa acção era o de agir de modo audacioso e repentino para alcançar depressa a vitória final.

As medidas preparadas eram, sob todos os pontos de vista, colossais e foram realizadas a um ritmo particularmente acelerado. Numerosos grandes corpos regulares da armada tinham-se deslocado, rápidos, em várias direcções, coordenando os seus movimentos com outros grandes corpos da armada que combatiam já na zona, formando, assim, potentes colunas de armadas que deviam cercar a cidade. As tropas, logo a seguir ao combate, deviam



pontos.

As nossas colunas que estavam para atacar o inimigo no Monte Bong mudam de objectivo: não procuram mais romper a linha de defesa externa do inimigo, mas cortar a estrada número 1, ocupando a capital de Phu Loc e bloqueando assim a estrada de retirada até Da Nang.

Uma outra unidade, que se uniu às forças regionais, bloqueava ao mesmo tempo o caminho da retirada até ao mar, ao passar Tri Hien.

Do Norte, uma nossa unidade, passada a linha My Chanh, atravessava os distritos de Phong Dien e Huong Dien, dirigindo-se rapidamente para a passagem de Thuan An.

Sempre ao mesmo tempo, a artilharia neutralizava o aeroporto de Phu Bai e o comando da I Divisão fantoche, bloqueando o inimigo na bifurcação de Sinh e na passagem de Thuan An. As posições inimigas no campo estavam, assim, destruídas.

Completamente atrapalhado, tomado de pânico, evacuou precipitadamente as linhas de defesa, e, dispersando-se, recuava para as passagens de Thuam e Tri Hien, procurando alcançar Da Nang ao longo da costa. Informados destes movimentos, as nossas alas convergiam para a costa, uma, ao sul, passava pela estrada número 1, a outra, a oeste, pelo rio Ta Truch: cercavam, assim, o inimigo, atacavam-no e liquidavam-no.

No dia 24, as nossas tropas tinham já cercado definitivamente as tropas inimigas refugiadas em Hué. Em 25, as alas começavam a atacar a zona portuária de Tan My e Thuan An, desagregando e destruindo a totalidade das forças inimigas ali concentradas.

No mesmo dia, as vanguardas das colunas regulares, numa acção combinada com as forças regionais, já entradas na cidade, uniam-se à população insurgida, libertavam a capital Hué e concluíam vitoriosamente a batalha de Thue Thien-Hué, na tarde de 26.

Em 4 dias, somente, os nossos combatentes tinham destruído por completo as defesas de Thien-Hué, tropas incluídas.

Esta magnífica vitória constituía um golpe mortal para a tática de defesa concentrada, que estava na base da estratégia inimiga nos deltas costeiros do centro.

Este confirmava que os nossos combatentes podiam pôr fora de combate grandes unidades regulares, não só nas florestas e nos montes mas também nos deltas da costa e nas cidades.

A vitória de Thien-Hué fez precipitar o inimigo numa crescente espiral de abatimento moral e organizativo.

A batalha de Hué ainda não tinha chegado ao fim, já se tinha desenvolvido a de Tam Ki-Quuang Ngai. As nossas forças armadas actuaram com grande coragem e grande rapidez. Depois de ter libertado Tien Phuoc, Phoc Lam, estávamos sempre decididos a libertar Tam Ki, coisa que aconteceu a 24 de Março e acelerou imediatamente a ofensiva sobre Da Nang.

Ao mesmo tempo, os nossos compatriotas e as tropas regionais de Quang Ngai, combinando com a ofensiva um grande movimento insurreccional, libertavam a província toda, em 25 de Março. Uma gigantesca armada dos fantoches, entre ela grande parte da II Divisão de Infantaria, estava destruída. E a vitória de Tam Ki-Quang Ngai isolava completamente Da Nang das outras tropas fantoches destacadas para sul.

Depois de perdida Hué, Thieu declarou que queria defender Da Nang a todo o custo, até à morte.

Da Nang era uma base interarmas, composta de forças navais, aéreas e terrestres das mais modernas e, até à data, mais numerosas de todo o Sul!

O inimigo tinha concentrado em Da Nang mais de 100 mil soldados, compreendendo muitas unidades, entre elas a III Divisão de Infantaria, as brigadas dos "marines", os corpos de "rangers", os restantes debandados da II Divisão de Infantaria, regimentos blindados, secções de

artilharia, etc. Nos aeroportos de Da Nang e de Nuoc Man, tinha uma disposição aérea, enquanto no porto e ao longo da costa estavam ancorados muitos navios de guerra. E, depois da queda do perímetro defensivo Thien-Hué, os próprios americanos se precipitaram a mobilizar os seus navios de guerra, fazendo-os aproximar de Da Nang, e deslocar, com a função de "dissuadir" a ofensiva.

Os americanos e os fantoches tinham pensado que precisaríamos de pelo menos um mês para preparar o ataque a Da Nang. Por outro lado, segundo a nossa opinião, os nossos combatentes tinham acabado os últimos preparativos para a ofensiva e para a insurreição que deveriam destruir a base de Da Nang.

Já durante a batalha de Hué, tínhamos previsto os eventuais desenvolvimentos da situação, certos que o inimigo, depois de ter abandonado Hué e Tam Ki, não teria podido defender, mesmo que quisesse, Da Nang. Ainda em 28 de Março, os comandantes do Primeiro Corpo das armadas fantoches reuniram-se para estudar o plano de reforço das defesas de Da Nang. Mas a nossa previsão era que o inimigo tinha mesmo de retirar-se. Os casos eram dois: ou um recuo rápido ou um recuo mais lento, segundo um plano; mas as nossas tropas tinham decidido atacar, fosse no caso duma rápida retirada fosse no segundo caso, tomando todas as medidas necessárias para as duas hipóteses. Os nossos combatentes tinham agido seguindo o princípio: fazer "o que é mais conforme, mais rápido, mais audaz, mais fulminante e, entretanto, mais certo para vencer".

Por esta razão, tínhamos feito chegar rapidamente tropas numerosas de todas as direcções, pondo outra vez em acção aquelas que já estavam no sítio e ligando estritamente a ofensiva militar à insurreição das massas.

Divisões que combatiam em Hué tinham recebido ordem para dirigir-se para Da Nang, apesar de a batalha de Hué não estar ainda concluída. As divisões que tinham libertado Tam Ki tinham recebido a ordem de subir outra vez para o Norte, imediatamente. Outras tropas, dispostas em frente de Thuong Duc, tinham também recebido a ordem de atacar Da Nang.

Em 27, as nossas tropas avançavam com ímpeto para a cidade, sem olhar ao dia nem à noite. Também as forças regionais avançavam audaciosas e rapidamente sobre Da Nang. Entretanto, as organizações políticas das massas preparavam-se velozmente para estarem prontas na insurreição urbana. Na manhã de 28, começava a ofensiva sobre Da Nang, com um forte bombardeamento de artilharia sobre o aeroporto de Né Nau e sobre a península de Son Tra, de maneira a cortar todas as vias de retirada do inimigo, quer por vias marítimas quer por vias aéreas. A infantaria e os carros avançavam com decisão para todas as direcções; a infantaria motorizada, chegando de setentrião pela estrada número 1, ocupava as colinas de Hai Van e Lieu Chieu, pondo fora de combate as unidades dos "marines", dirigia-se directamente para a cidade e penetrava em profundidade na península de Son Tra. As tropas provenientes do Sul superavam Ba Ren-Vinh Dien, destruíam completamente a III Divisão fantoche, avançavam rapidamente para os bairros meridionais da cidade, entravam no aeroporto de Nuoc Man, uniam-se às tropas regionais que já lá tinham penetrado, às massas que se tinham rebelado, desagregavam e destruíam o inimigo e dirigiam-se para a península de Son Tra. As tropas provenientes de sudoeste tinham atacado, fulminantemente e ocupado a base de Ai Nghia e penetravam directamente no aeroporto de Da Nang. Fundindo-se à ofensiva do Exército de Libertação, grandes massas populares e as forças de autodefesa, dentro e fora da cidade, insurgiram-se vigorosamente. Tornando-se senhores da situação em diversos bairros, atacavam os inimigos, transformados em saqueadores, defendiam os bens e a vida do povo, obrigavam os fantoches a depor as armas, ajudavam com qualquer meio as tropas revolucionárias a entrar mais



deslocar-se com grande velocidade, seguindo longos percursos, de modo organizado e com vários meios motorizados, para chegar repentinamente no momento do ataque, em coordenação com outras tropas e seguindo o plano comum já estabelecido. Sobretudo, elas não deviam poupar o inimigo que encontrassem no caminho, abatendo-o rapidamente, para poder avançar. Em suma, tratava-se de percorrer, às vezes, milhares de quilómetros, conservando intactos os efectivos militares e o equipamento técnico. Por outro lado, os fantoches expulsos da I e da II regiões militares eram obrigados a reagrupar os restos do seu exército destroçado, retirar febrilmente as divisões já desagregadas para reconstituí-las, reorganizar as tropas sobreviventes para poder defender o território ao Sul de Trung Bo e no Nam Bo, ou seja, a III e a IV regiões militares.

Os US-Fantoches esperavam apoiar-se a este sistema defensivo para retardar a ofensiva até à estação das chuvas, procurando todas as ocasiões possíveis para contra-atacar e reconquistar pelo menos uma parte dos territórios perdidos, com a finalidade de melhorar o dispositivo de defesa de Saigon-Gia-Dinh e do delta de Mekong.

Com base nisto, por meio de manobras políticas e diplomáticas confusas, contavam superar o "impasse", endireitar a situação e limitar a poderosa vitória das nossas forças armadas e do nosso povo. Para ajudar a administração fantoche e prolongar a sua agonia, o governo Ford pensava agora numa ponte aérea para o reforçamento de armas e de equipamento dos fantoches. Estes tinham erguido precipitadamente a sua linha defensiva, próxima de Phan Rang, com importantes forças de infantaria, de pára-quedistas, de "rangers" e uma divisão aérea, comandada directamente pelo Estado-Maior do III corpo da armada.

Entretanto, em Saigon, o inimigo dispunha ainda de tropas numerosas para o controlo das grandes estradas que levavam às cidades. A este tinham colocado a XVIII divisão de infantaria, apoiada por nove regimentos e brigadas de pára-quedistas e de "marines", por quatro regimentos de carros armados, para controlar as estradas número 1 e número 15, nas zonas de Xuan Loc, Bien Hoa, Long Binh, Long Thanh e Ba Ria.

Ao Norte, tinha a V divisão de infantaria e um regimento blindado disposto ao longo da estrada número 13, na zona de Lai Khe, Ben Cat, Thu Dan Mot. A Noroeste, a XXV divisão de infantaria, um corpo de "rangers", um regimento blindado controlavam as estradas número 22 e número 1, nas regiões Tay Ninh, Go Dan Ha, Trang Bang, Cu Chi, Hoc Mon. A Sudoeste, a XXII divisão de infantaria (que acabava de ser reorganizada) defendia a estrada número 4 na zona de Ben Luc.

Em todas as estradas que levavam a Saigon, o inimigo tinha feito barricadas para bloquear a nossa infantaria e os nossos tanques. No centro do perímetro Saigon-Gia-Dinh, a defesa tinha de ser garantida pelas unidades de pára-quedistas, de "rangers" e de blindados, assim como pelas forças especiais que defendiam os centros urbanos, enquanto a III divisão aérea tinha a missão de suportar directamente os combates na capital. Na IV região militar o inimigo tinha ainda naquele momento 3 divisões de infantaria, uma divisão aérea, cinco regimentos, blindados, enquanto a VII e IX divisão de infantaria eram enviadas à capital para reforçar a sua defesa na estrada número 4, entre Tan An e My Tho. Em geral, as tropas inimigas, seja em Saigon ou na IV região militar, eram bastante numerosas, mas também pouco combativas. Elas não podiam de forma alguma fazer frente ao nosso ataque, que avançava como um rolo compressor.

O general Weyand, ex-comandante geral do corpo americano em missão no Vietname do Sul, enviado pela Casa Branca e pelo Pentágono, para incitar os fantoches à defesa, tinha confessado que, do ponto de vista militar, a situação não tinha esperança. Para continuar a preparação

da ofensiva generalizada sobre Saigon e determinar as suas condições mais vantajosas, as nossas tropas, depois do dia 9 de Abril, multiplicaram a sua actividade a Este, atacando Xuan Loc e causando graves perdas à XVIII divisão de infantaria, à I brigada de pára-quedistas e ao III regimento blindado. Uma outra ala avançava, vinda de Trung Bo, e, no caminho, liquidou o sistema defensivo inimigo de Phan Rang, onde existia a vanguarda do comando do III corpo da armada; libertou também Phan Rang, em 16 de Abril, em estreita colaboração com o povo rebelado, e, enfim, as províncias de Bin Thuan e Binh Tuy, com as respectivas capitais Phan Thiet e Ham Tan.

Em 21 de Abril, o inimigo foi obrigado a recuar de Xuan Loc, na direcção de Sudoeste, enquanto as nossas tropas abriam uma passagem até à estrada número 4, ponto de apoio para o ataque ao Sul de Saigon. Às 17 horas do dia 26 de Abril, as nossas tropas lançavam uma grande ofensiva a Este e a Sudoeste da capital. A Este, as nossas tropas tinham ocupado, já, as zonas militares de Trang Bom e Long Thanh, à escola de blindados na base de Nuoc Trong e avançavam sobre as duas directrizes, Bien Hoa e Nhon Trach. Os nossos comandos tinham ocupado a ponte da auto-estrada sobre o rio Dong Nai e sobre o de Saigon.

Entretanto, a Sul, um batalhão ocupava Ba Ria. A Sudoeste, as nossas tropas tinham cortado a estrada número 4, constituindo importantes pontos de apoio a Ocidente e a Sul de Saigon. A Norte e a Noroeste, a nossa artilharia tinha paralisado a do inimigo e continuava a cortar a estrada número 22. Assim, desde 26 a 28 de Abril tínhamos dizimado grande parte das forças inimigas do perímetro defensivo externo e íamos apertando a cintura à volta de Saigon.

Na noite de 28 a nossa aviação bombardeou o aeroporto de Tan Son Nhat destruindo numerosos aviões (mas antes já o tínhamos bombardeado com mísseis). Naqueles dias a situação política do inimigo em Saigon chegou a um ponto de profunda crise. A todo o momento podia dar-se uma revolta e o povo estava pronto a dominar os acontecimentos. Em face aos insucessos dos fantoches e da sua situação irremediavelmente crítica, os imperialistas americanos, com a única finalidade de evitar humilhações ainda maiores, tinham procurado, afanosamente, remediar a situação. Mas, afinal, o jogo estava perdido. Em 18 de Abril, Ford ordenou a evacuação dos americanos do Vietname do Sul. Uma força naval e terrestre, bastante numerosa, foi mobilizada rapidamente para a "evacuação" de milhares de militares e civis, USA, os chefes dos fantoches e muitos sul-vietnamitas, forçados a fazê-lo, entre os quais muitas crianças.

A evacuação foi demorada e concluiu-se na noite de 29 de Abril com a fuga precipitada do embaixador. Em 21, os USA liquidaram Thieu pondo Huong em seu lugar. A nova administração de Thieu sem Thieu viveria num estado de agonia, não mais do que uma semana, depois disso foi a vez de Minh. Até aos últimos momentos, os Estados Unidos procuraram salvar ainda os interesses neocolonialistas. Entretanto, os generais fantoches e outros oficiais de elevado grau fugiam para o estrangeiro, um mais rapidamente que o outro.

A situação em Saigon era completamente caótica.

O estado de desespero crescia desmesuradamente a todo o nível militar e administrativo dos fantoches.

Na noite entre 28 e 29 de Abril, todas as nossas tropas, numa acção coordenada, começavam a ofensiva sobre a cidade. Avançando rapidamente sobre a cidade cercavam por completo o inimigo, aniquilavam-no no perímetro externo e começavam a penetrar em força naquele interno onde vinham ocupar importantes posições. Os corpos da armada da ala oriental quebraram a defesa das unidades dos "marines", dos pára-quedistas e dos blindados fantoches em Long Binh. Outras divisões ocuparam Nhon Trach, Thanh



Tuy Ha e avançavam sobre Cat Lai, cortando o rio Long Tan.

Na manhã de 29 os nossos aviões bombardearam sem interrupção a artilharia pesada inimiga disposta em Nhon Trach e o aeroporto de Tam Son Nhat.

Outras divisões, depois de ocupar a base de Nuoc Trang, na bifurcação de Long Binh, avançavam rapidamente em direcção à ponte da auto-estrada sobre o rio Dong Nai. Na noite de 29 e 30 algumas unidades de infantaria e de blindados entraram em força na auto-estrada guiadas pelos comandos que anteriormente tinham conquistado a ponte: na manhã do dia 30 estas tropas, depois de passarem a ponte, davam o golpe directamente na cidade, ocupando logo de seguida o palácio presidencial dos fantoches.

Entretanto, sempre às primeiras horas da manhã do dia 30, as divisões que tinham libertado Ba Ria, no Sul, avançavam para libertar Vung Tan, enquanto a coluna de Noroeste aniquilava as restantes forças da XVIII divisão de infantaria e o III regimento de blindados ocupava o comando do III corpo da armada e o aeroporto de Bien Hoe, libertava a mesma Bien Hoe e entrava em Saigon. As tropas inimigas do sistema defensivo de Bien Hoe-Long Binh estavam assim aniquiladas por completo.

No Norte, ao mesmo tempo, as tropas cercavam e destruíam a importante base inimiga de Phu Soi e obrigavam os restantes da V divisão, em Thu Dan Not, Lai Khe, Ben Cat, a render-se. Entretanto, um batalhão aniquilava o inimigo em Lai Thien e ao Norte da ponte Binh Toi, tendo em vista a ida directa para Saigon. A Noroeste ocupavam a base de Dong Du, libertavam a capital de Trang Bang e aniquilavam a XXV divisão de infantaria dos fantoches. Sempre nas mesmas horas, comandos de tropas especiais ocupavam com enorme rapidez todas as pontes importantes, enquanto uma outra unidade ocupava Hoc Non, permitindo às nossas tropas penetrarem em força em Ba Queo, aniquilarem o inimigo na bifurcação de Bay Hien e dirigirem-se para Saigon. Sempre na manhã do dia 30, as tropas do Norte e do Noroeste ocuparam a sede do Estado-Maior Fantoche e o aeroporto de Tam Son Nhat. A Sudoeste, as nossas colunas armadas atacavam em dois pontos: um, em Ham Nghia, para abrir a estrada a um batalhão que penetrava em Vinh Loc, e, servindo-se como ponto de apoio, atacava directamente os bairros urbanos da capital. Pouco antes, unidades especiais tinham ocupado o centro de informações de Phu Lam; e outro ponto ficava a Ssul, na zona de Nha Be para ocupar o estado-maior da polícia fantoche. Entretanto, as outras tropas ocupavam Tan An, Ben Luc, Thu Thua, aniquilando o grosso da XXII divisão fantoche e isolando por completo Saigon do delta do Mekong. Em estreita coordenação com os corpos regulares, antes e durante o ataque a Saigon, "comandos"

especiais, forças móveis e de auto-defesa desenvolviam uma série de acções na periferia e dentro da capital, importantes objectivos dentro e à volta de Saigon.

A população de dentro e da periferia começou a insurgir-se, controlando a situação em vários bairros e povoações e aplaudindo os soldados que entravam em Saigon, guiava-os, dava comida aos "hodoi", ajudava a procurar os criminosos e pedia aos soldados inimigos para deporem as armas e renderem-se.

Todo o complexo militar inimigo estava enfim derrotado, sem vontade para continuar o combate. Depois da ocupação do palácio presidencial fantoche pelos nossos combatentes, a administração foi obrigada a declarar a rendição incondicional.

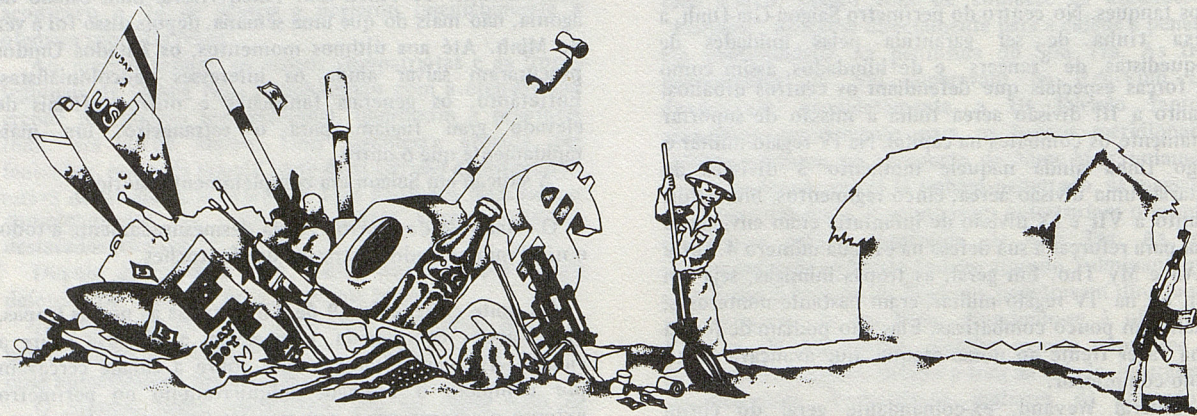
Exactamente às 11.30 do dia 30 de Abril de 1975 os nossos combatentes içavam as bandeiras do GRP da RSVN no palácio residencial fantoche. A campanha Ho Chi Min era coroada pela vitória total. A vitória do exército de libertação em Saigon encorajou os combatentes e as populações das províncias orientais do Nam Bo e do delta do Mekong. Em 30 de Abril, soldados e povo começaram a

ofensiva e a insurreição. A totalidade das forças do IV corpo da armada fantoche que compreendia a XXI, a IX e a VII divisões de infantaria, unidades de blindados e tropas regionais renderam-se.


Só numa zona o inimigo procurou resistir e foi aniquilado. Em primeiro de Maio a totalidade do território do Sul do nosso país era livre. Logo a seguir foram libertadas as Ilhas de Con Son e Phu Quoc, enquanto que, dias antes ainda em Abril, foram libertadas as ilhas e ilhotas situadas nos nossos mares de Trung Bo Central e Meridional.

Durante essa última ofensiva e insurreição as nossas forças armadas e o nosso povo aniquilaram e dispensaram mais de 400 000 inimigos do III e IV corpos da armada fantoche, seja dez divisões regulares e de reserva (onde faziam parte 3 divisões reconstituídas), 12 grupos tácticos de blindados, 4 divisões aéreas, 90 frotas fluviais e a totalidade da polícia e das forças de defesa civil; liquidaram a totalidade do aparelho de repressão do inimigo, seja a nível central seja a nível comunal; libertaram Saigon e todas as cidades e províncias do Sul; capturaram a totalidade das armas, ocuparam todos os aeroportos, os portos e os depósitos do inimigo; recuperaram todos os bens do povo que estavam sob a administração fantoche. Depois de 55 dias e noites de uma luta que podemos definir heróica e criativa, a ofensiva e a insurreição da primavera de 1975 trouxe a vitória final/

*1 - O Nam Bo é a parte meridional do Vietname; o Trung Bo a parte central e a Bac Bo a setentrional*







## O BLOCO OPERÁRIO E AS ELEIÇÕES (1927)

A PROXIMIDADE DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS REABRIU A DISCUSSÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS REVOLUCIONÁRIOS NAS ELEIÇÕES. A EXPERIÊNCIA DO BLOCO OPERÁRIO NÃO PODE DEIXAR DE SER DISCUTIDA COMO UM SUBSÍDIO PARA ESSA DISCUSSÃO. NAQUELA ÉPOCA O PCB AINDA PROCURAVA APLICAR A POLÍTICA DA III INTERNACIONAL COMUNISTA DE FRENTE DE CLASSE, DE FRENTE ÚNICA OPERÁRIA. O QUANTO ISTO ESTA LONGE DE SUA ATUAL PERSPECTIVA DE FRENTE DE CLASSES DE FRENTE ANTI-FASCISTA.

CARTA ABERTA A MAURÍCIO DE LACERDA, A AZEVEDO LIMA, AO PARTIDO SOCIALISTA, AO CENTRO POLÍTICO DOS OPERÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL, AO CENTRO POLÍTICO DOS CHOFERES, AO PARTIDO UNIONISTA DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO AO CENTRO POLÍTICO PROLETÁRIO DA GÁVEA, AO CENTRO POLÍTICO PROLETÁRIO DE NITERÓI.

*Candidaturas de classe* — As próximas eleições federais, para renovação do Parlamento Nacional, estão interessando sobremaneira ao proletariado e às classes laboriosas em geral de todo o Brasil.

Pode dizer-se que pela primeira vez, entre nós, vê o proletariado brasileiro a possibilidade de sua intervenção direta e independente no pleito a travar-se. Com efeito, até aqui — salvo alguma que outra exceção de caráter local ou pessoal — jamais o eleitorado operário do Brasil participou de uma campanha eleitoral nacional como força própria, como classe independente, apresentando um programa de reivindicações ditadas por seus interesses e aspirações de classe. Os operários eleitores votavam indistintamente nos diversos candidatos da burguesia, a isto quase sempre obrigados pela pressão patronal e devido à sua própria desorganização partidária.

Mas esses tempos são passados. O proletariado já vai adquirindo uma consciência de classe — o que quer dizer que já vai compreendendo serem seus interesses antagônicos aos interesses da burguesia. Ora, é despertar da consciência proletária reflete-se e projeta-se igualmente sobre o terreno eleitoral. O mesmo instinto de classe diz aos operários eleitores que eles, nas eleições para os cargos públicos, devem votar nos próprios candidatos, isto é, nos candidatos que representam realmente seus interesses de classe independente.

É o que agora se verifica. O eleitorado proletário quer enviar gente sua, lídimos e autênticos representantes seus, ao Parlamento Nacional. Ele não quer mais votar no candidato-patrão — ou aliado e criatura do patrão — o qual será, necessariamente, nas Câmaras, como tem acontecido até hoje, o defensor dos interesses patronais contra os interesses proletários.

Demais, o proletariado brasileiro vê o que se passa nos demais países do mundo e aprende no exemplo prático que nos vem — nisto, como em tudo o mais — do estrangeiro. O proletariado dos países europeus e americanos possui seus próprios partidos de classe e, nas eleições, só vota nos candidatos de seus partidos. Aqui mesmo bem perto de nós, no Uruguai, na Argentina, no Chile, os partidos operários participam dos pleitos eleitorais como força independente e como tais elegem seus próprios candidatos.

*A intervenção do PCB* — Assim sendo, o Partido Comunista do Brasil, constituído pela vanguarda consciente do proletariado deste País, não podia deixar de participar nas próximas eleições de fevereiro. Os interesses e as aspirações do Partido Comunista não são diversos dos interesses e das aspirações do proletariado em geral. Pelo contrário, o Partido Comunista é o único partido operário que verdadeiramente representa os reais interesses e as aspirações totais da classe operária. É, pois, em nome da massa proletária, que o PCB se dirige, nesta Carta Aberta, às pessoas, aos partidos e aos centros acima mencionados, os quais, de uma forma ou de outra, apresentam-se aos sufrágios operários como candidatos das classes laboriosas e espezinhadas, cujos interesses dizem representar.

É o caso de Maurício de Lacerda. Gozando da mais larga popularidade, com um passado de brilhantes lutas parlamentares em prol das liberdades públicas, é ele surge no cenário da campanha eleitoral como candidato dos oprimidos e explorados. O Partido Socialista o apóia como candidato dos operários. Nós não concordamos de modo algum com a sua política individualista, não partidária, geradora de confusões e mal-entendidos, que só podem servir aos inimigos da política proletária, prejudicando, por conseguinte, ao próprio Maurício de Lacerda. Certo, sua popularidade é grande, e a massa, apesar de tudo, apesar daquelas reservas formuladas pela vanguarda, tem-no como um dos seus e irá votar nele, convicta de que votará num candidato proletário, defensor dos interesses proletários. Pois bem: o PCB, mesmo desconfiando, quer confiar em Maurício de Lacerda e, em



nome da classe operária, propõe-lhe a formação de uma frente única proletária na campanha eleitoral iniciada, tomando para base uma plataforma única de combate, contendo as reivindicações mais elementares comuns às massas laboriosas em geral.

Igual proposta fazemos a Azevedo Lima. Este possui um eleitorado próprio, fortemente arregimentado e não depende de ninguém do ponto de vista estritamente eleitoral. Mas sua atuação combativa durante a extinta legislatura, com o criar-lhe uma justa auréola de indômita bravura no bom combate em prol das causas populares, criou também, tácitamente, uma espécie de compromisso moral entre ele e o proletariado. Demais, como reforço a este compromisso, Azevedo Lima, embora ainda revelando certas contradições ideológicas, tem feito afirmações peremptórias de simpatia ao comunismo e tem tomado atitudes de desassombroso apoio às lutas de classe do proletariado, como foi principalmente no caso da campanha de *A Classe Operária* contra Luís de Oliveira. De tal sorte, a aliança de Azevedo Lima ao Bloco Operário, cuja formação propomos, parece decorrer logicamente de todo seu recente passado e assim o esperamos firmemente. Sua eleição é geralmente tida como assegurada pelo numeroso e dedicado eleitorado que ele pessoalmente arregimentou. Neste sentido é evidente que sua aliança conosco pouco resultado prático, numérico, lhe trará. Há, porém, o aspecto essencialmente político da batalha e neste sentido sua adesão ao Bloco Operário, que propomos, é não só uma adesão lógica, mas necessária e de recíprocas vantagens, isto é, de vantagens para a política proletária, feita de verdade, nitidez e firmeza.

*Aos demais partidos e centros* — O Partido Socialista, partido reformista, mas que pretende representar as massas laboriosas, além de apoiar a candidatura de Maurício de Lacerda, apresenta vários candidatos seus, não só aqui no Distrito Federal, como também no Estado do Rio, na Bahia, em Pernambuco, em Santa Catarina. Adversários intransigentes da nefasta política reformista, confusionista, colaboracionista do PSB, entendemos, todavia, que é esta uma excelente oportunidade para, aos olhos das massas, pôr-se à prova a sinceridade dos socialistas, que se apresentam aos sufrágios proletários. O PCB quer unir, reunir numa frente única todas as forças proletárias que se aprestam para o próximo combate eleitoral. É o próprio interesse proletário — que o PCB põe acima de tudo, visto como o interesse proletário é o próprio interesse do comunismo — que comanda, em momentos tais, a coesão e a unificação das forças diante do inimigo comum. E como nós não fazemos questão de nomes pessoais — guardadas, é claro, certas exigências mínimas — porém, sim, de programa, de compromisso coletivo, convidamos o PSB a integrar-se na formação do Bloco Operário, sob cuja bandeira comum, batalhando sobre a mesma comum plataforma proletária, se apresentarão seus candidatos, no Distrito Federal e nos Estados. Falando claro e franco, nós não acreditamos na sinceridade dos chefes do PSB nem dos seus candidatos, e muito menos em sua influência ou força eleitoral, mas estamos prontos a apoiá-los, desde que assumam publicamente, perante o proletariado, o compromisso de defender e submeter-se à plataforma proletária do Bloco Operário.

Não sabemos ainda que atitude vão tomar, com relação às próximas eleições, o Centro Político Operário, o Centro Político dos Choferes, o Partido Unionista dos Empregados no Comércio, o Centro Político Proletário da Gávea e o Centro Político Proletário de Niterói. Quanto a estes dois últimos, não temos dúvida de que formarão ao nosso lado, dadas as afinidades entre o seu programa e o nosso. Quanto aos outros, não sabemos se pretendem apresentar candidatos próprios ou apoiar eventualmente tais ou quais candidatos. Seja como for, tornamos extensivo a essas organizações políticas operárias este convite para sua adesão ao Bloco Operário, na base dos princípios e reivindicações mais adiante expostas.

*Frente única proletária* — É coisa muito fácil de compreender que a participação no pleito eleitoral de todos esses candidatos e partidos, concorrendo uns contra os outros, dispersivamente, só pode dar como resultado o enfraquecimento das forças operárias, que todos eles pretendem representar. Enfraquecimento e dispersão não somente no terreno estritamente eleitoral, aritmético, do pleito, mas sobretudo enfraquecimento e dispersão no terreno político.

As massas operárias e as classes laboriosas em geral estão entre si ligadas por uma afinidade básica de interesses que lhes

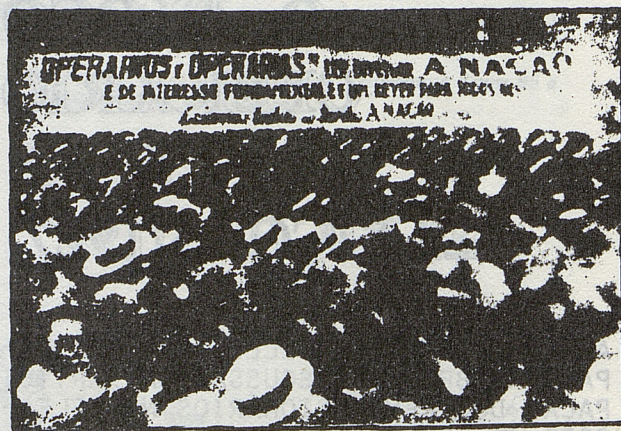
são comuns. Toda a gente pobre — operários, empregados no comércio, pequenos funcionários artesãos, trabalhadores agrícolas, pequenos lavradores, todos aqueles que vivem de seu trabalho pessoal cotidiano — toda essa grande massa sofredora e oprimida passa a mesma «vida apertada», porque seus ganhos mal chegam, quando chegam, para fazer frente às dificuldades crescentes da existência. A carestia dos gêneros, a crise de habitações, a falta de trabalho, a inflação, a baixa cambial, a política escorchadora dos impostos federais, estaduais e municipais, toda a sorte de gravames pesando principalmente sobre os pobres, tudo isso cria uma base comum de interesses, que o bom senso indica deverem ser defendidos pelo esforço comum dos interessados.

É esta uma verdade claríssima, que ninguém poderá contestar: na defesa dos interesses, que são comuns, todos os interessados deverão unificar e concentrar seus esforços num bloco único que vá ao combate de fileiras cerradas, obedecendo a um plano comum único.

É isto precisamente que nós vimos propor. O Partido Comunista, cômico de que os interesses supremos do proletariado devem ser postos acima das tendências desta ou daquela facção política, propõe a formação de uma frente única, de um bloco operário de todos os candidatos, partidos e grupos que vão disputar as próximas eleições alegando ou pleiteando representação das classes laboriosas. O Partido Comunista não pretende concorrer com candidatos próprios e de tal sorte dividir as forças operárias. O Partido Comunista, que pleiteia a vitória da política proletária independente, propõe, portanto, a concentração de todas as forças operárias. O Partido Comunista está disposto a apoiar a campanha eleitoral dos candidatos e demais grupos e partidos que aceitem travar a batalha em comum, na base de uma plataforma comum, segundo um plano comum.

Demais disso, o Partido Comunista, interpretando o verdadeiro e instintivo pensamento de classe das massas trabalhadoras, pretende por este meio iniciar uma vasta campanha de saneamento do meio político nacional, combatendo sem tréguas a política personalista, individualista e irresponsável dos cabos eleitorais sem princípio, sem programa, sem finalidade. É preciso sanear a política e para isto é preciso intervir nela e não afastar-se dela, deixando-a entregue aos manejos imorais de ambiciosos e negociatas sem escrúpulos. E o primeiro passo a dar no sentido do saneamento da política está em exigir a responsabilidade dos políticos perante as massas. *Queremos uma política de princípios, de programas, de responsabilidades.*

O Partido Comunista, partido do proletariado, tem responsabilidades, defende princípios e bate-se por um programa. Daí, sua atitude presente, saltando na arena do combate eleitoral e convocando para a defesa em comum dos interesses do proletariado todos aqueles que se apresentem como partidários do proletariado.



## A PLATAFORMA DO BLOCO OPERÁRIO

Como base para a constituição do Bloco Operário apresentamos



a seguir os itens da plataforma eleitoral a ser apresentada às massas laboriosas. Esta plataforma, como se verá é um verdadeiro programa de reivindicações imediatas, cobrindo em seus pontos as mais urgentes necessidades e as aspirações mínimas das classes oprimidas deste País.

**Política independente de classe** — A tarefa primordial dos candidatos do Bloco Operário consistirá em chamar a massa operária ao exercício efetivo de seus direitos políticos de classe. Realizando uma política independente de classe, os candidatos do Bloco Operário manter-se-ão em contato permanente com a massa operária, por meio de seus órgãos representativos — sindicais e partidários — e por meio dos comícios públicos. Representando a massa operária, cujos interesses reais defenderão a todo transe no Congresso, os candidatos do Bloco Operário tomam o prévio compromisso de subordinar sua atividade parlamentar ao controle da massa operária, cujo pensamento ouvirão, em cada ocasião. através de seus órgãos de classe autorizados. Eleitos e sustentados pela massa operária, os candidatos do Bloco Operário são responsáveis, perante a massa operária, por toda a atividade política e legislativa que desenvolverem dentro e fora do Parlamento.

**Crítica e combate à política plutocrática** — Órgãos da política de classe da massa operária dentro do Parlamento, os candidatos do Bloco Operário exercerão a mais severa vigilância sobre a política e os políticos, que direta ou indiretamente representam os interesses da plutocracia, não poupando a crítica aos seus crimes, desmandos, abusos, hipocrisias, explorações. Os candidatos do Bloco Operário bater-se-ão incessantemente por uma política de responsabilidades perante as massas populares, contra a política personalista dos conchavos e arranjos tramados à revelia do povo contribuinte.

**Contra o imperialismo** — Na política exterior do País, os candidatos do Bloco Operário orientarão sua atividade no sentido da luta mais encarniçada contra o imperialismo das grandes potências financeiras. Dentro desta orientação, os seguintes pontos serão particularmente visados: a) oposição a todo novo empréstimo externo; b) revisão dos contratos das empresas capitalistas estrangeiras concessionárias de serviços no Brasil; c) nacionalização das estradas de ferro, das minas e das usinas de energia elétrica; d) extinção das missões militar e naval estrangeiras; e) aliança com os países irmãos da América Latina, com os países coloniais e oprimidos (as Índias, a China, etc.) que lutam contra os opressores imperialistas.

**Reconhecimento «de jure» da URSS** — A União das Repúblicas Socialistas dos Soviéticos, imensa federação de povos com cerca de 20 milhões de quilômetros quadrados e 140 milhões de habitantes, é hoje uma grande potência econômica e política mundial, que os Estados mais reacionários (como a Itália, a Inglaterra, o Japão, etc.) não podem desconhecer e cujas relações comerciais não podem dispensar. A URSS é a aliada natural e a esperança suprema das classes laboriosas e oprimidas do mundo inteiro, que nela têm o exemplo prático da constituição e funcionamento da verdadeira democracia proletária, do governo do trabalho. Ela é ainda o baluarte irredutível, o ponto de apoio principal dos povos que lutam contra o imperialismo. Por tudo isso, os candidatos do Bloco Operário preconizarão o reconhecimento «de jure», pelo Brasil, do governo da URSS e o pleno restabelecimento das relações diplomáticas, comerciais e culturais entre os dois países.

**Anistia aos presos políticos** — Somos partidários da mais ampla anistia aos presos políticos de toda natureza, processados ou não, civis e militares. Pior, porém, que as prisões sofridas pelas vítimas do sítio foram as deportações de operários para a Clevelândia, no Oiapoque. Todos esses trabalhadores e suas famílias ficaram com a vida completamente arruinada. Muitos deles morreram, devorados pelas febres e pelas misérias daquelas regiões. Os candidatos do Bloco Operário, representantes dos trabalhadores oprimidos, pensam em primeiro lugar nas vítimas operárias da repressão policial. E, assim, bater-se-ão para que os operários sobreviventes, ou as famílias dos que morreram no desterro do Oiapoque, sejam devidamente indenizados pelo Estado, calculando-se a indenização de cada caso segundo os salários, que respectivamente ganhavam, acumulados durante o tempo

decorrido desde o dia da prisão ao da libertação ou morte de cada qual. Esta medida justíssima de indenização deve ser aplicada em todos os casos semelhantes aos dos vitimados no Oiapoque.

**Autonomia do Distrito Federal** — Entendemos que a administração do Distrito Federal — o maior centro de trabalho do País — deve estar liberta da tutela e da opressiva influência da política federal. Para isto preconizamos principalmente: a) a eleição do Prefeito, que deve ser responsável de sua gestão perante o Conselho Municipal; b) aumento das cadeiras do Conselho Municipal, sendo as eleições feitas segundo o sistema da representação proporcional (como em Buenos Aires); c) nenhuma subordinação da administração local ao Senado Federal ou qualquer outro organismo do Governo Federal; d) municipalização completa da polícia e do corpo de bombeiros, sendo os respectivos comandantes de nomeação do Prefeito.

**Legislação social** — Os candidatos do Bloco Operário bater-se-ão pelo andamento imediato do Código do Trabalho, encalhado no Senado, propondo seja o mesmo submetido à revisão por uma assembléia especial de representantes autorizados dos sindicatos operários. No que concerne à rigorosa aplicação das leis e regulamentos integrantes do Código do Trabalho (bem como a lei de férias, a lei de acidentes, a lei de pensões), preconizamos como medida preliminar indispensável que sua fiscalização e controle sejam confiados aos comitês operários eleitos nas próprias fábricas, oficinas e sindicatos. Os itens a seguir constituirão os pontos principais da atividade parlamentar dos candidatos do Bloco Operário em matéria de legislação social, condições de trabalho, problemas de higiene e assistência social, na oficina, no comércio, nos transportes, no subsolo, na lavoura: a) máximo de 8 horas de trabalho diário e 44 horas semanais, e redução a 6 horas diárias nos trabalhos mais duros; b) proteção efetiva às mulheres operárias, aos menores operários, com a proibição do trabalho a menores de 14 anos; c) salário mínimo; d) contratos coletivos de trabalho; e) o seguro social a cargo do Estado e do patronato, contra o desemprego, a invalidez, a enfermidade, a velhice; f) enérgica repressão ao jogo e ao alcoolismo; g) licença, às operárias grávidas, de 60 dias antes e 60 dias depois do parto, com pagamento integral dos respectivos salários; h) extinção dos serões e extraordinários; i) descanso hebdomadário em todos os ramos de trabalho, na indústria, no comércio, nos transportes, na lavoura; j) proibição da dormida nos locais de trabalho; l) água filtrada nas fábricas e oficinas; m) saneamento rural sistemático, visando à regeneração física e moral do trabalhador agrícola, à higienização das condições de trabalho e habitação na lavoura, assistência médica gratuita aos doentes pobres; n) fomento e facilidades às cooperativas operárias de consumo e às cooperativas de produção na pequena lavoura.

**Contra as leis de exceção** — Pugnano pela mais completa liberdade de opinião, associação e reunião para as classes laboriosas, os candidatos do Bloco Operário oferecerão encarniçado combate a todas as leis de exceção (lei Adolfo Gordo, lei de expulsão de operários estrangeiros, lei de imprensa), inspiradas





no espírito reacionário e antiproletário do capitalismo dominante. O direito de greve é, teoricamente, reconhecido pelo Código Civil. Para que este direito se torne uma realidade prática é absolutamente necessário proibir a indébita e arbitraria intervenção policial nas greves. Por este direito bater-se-ão os candidatos do Bloco Operário. Os direitos de livre associação e livre opinião política devem ser extensivos aos pequenos funcionários e operários federais, estaduais e municipais (correios, telégrafos, arsenais, limpeza pública, obras públicas, professorado primário, etc.).

**Imposto** — Em matéria de impostos e taxações fiscais de qualquer natureza — federais, estaduais ou municipais — os candidatos do Bloco Operário orientarão sua atividade parlamentar guiados pelo seguinte princípio: só os ricos devem pagar impostos. Atualmente, a quase totalidade dos impostos é de fato paga pelos pobres. Estes pagam 300 mil contos, sobre o consumo; ao passo que os ricos pagam, sobre a renda, a insignificância de 24 mil contos. O operário contribui com 25% dos seus magros ganhos para o Tesouro, ao passo que o nababo, que nada em dinheiro, contribui, proporcionalmente, com apenas 0,5%... Os candidatos do Bloco Operário propugnarão por que a totalidade dos impostos de toda natureza seja paga somente pelos ricos, eximindo-se os pobres de tão pesados encargos.

**A reforma monetária e a carestia da vida** — As consequências da reforma monetária — quebra do padrão, conversão, estabilização, substituição do mil-réis pelo cruzeiro — vão atingir e afligir principalmente as camadas pobres da população: operários, artesãos, empregados no comércio, pequenos funcionários, pequenos lavradores, intelectuais pobres, soldados, marinheiros, trabalhadores em geral, enfim, todos aqueles que vivem de um salário ou de um trabalho pessoal. A estabilização já decretada vai operar-se na base de um câmbio baixo — e isto significa a *estabilização da carestia*, se não o aumento da carestia. Demais, o decreto da reforma monetária autoriza o Governo a procurar os recursos de que carecer para a conversão e estabilização principalmente nas duas fontes seguintes: a) nos saldos orçamentários — o que será obtido pela majoração dos impostos, de onde resultará maior alta nos preços das utilidades; b) nos empréstimos no exterior — o que acarretará a necessidade de aumento das rendas (isto é, novos impostos) para fazer face aos compromissos agravados, e aí teremos novas causas de carestia. Haverá ainda, com o estabelecimento do «cruzeiro», um reajustamento geral nos preços e nos salários, e isto fatalmente será pretexto de novas diminuições na capacidade aquisitiva dos ganhos proletários. Estas considerações fundamentais bastam para mostrar o grau de gravidade a que atingirá a situação das camadas pobres da população com o efetivar-se do decreto de reforma monetária. Mas, encarando de frente a situação, cónscios das responsabilidades que assumem nesta plataforma, os candidatos do Bloco Operário reivindicarão para as massas laboriosas a aplicação das seguintes medidas de defesa de seus interesses ameaçados pela reforma monetária: a) o reajustamento dos salários operários, dos vencimentos dos pequenos funcionários, bem como das etapas dos oficiais inferiores e praças de pré, segundo uma tabela, cientificamente estabelecida, da relação entre o preço das utilidades e as necessidades mínimas da população trabalhadora; b) oposição a todo novo empréstimo no exterior, o que só poderá agravar o estado de dependência nacional ao imperialismo financeiro anglo-americano; c) severa repressão à jogatina cambial; d) oposição a toda majoração de impostos que venham a recair sobre as camadas pobres da população; e) imposição das classes ricas, majoração dos impostos sobre o luxo, sobre as rendas e sobre o capital dos grandes senhores agrários, industriais

e comerciais.

**Habitação operária** — A questão da habitação operária é daquelas que mais preocuparão a atividade parlamentar dos candidatos do Bloco Operário. Eles denunciarão implacavelmente as meias soluções burguesas, as medidas de emergência, os paliativos demagógicos, e bater-se-ão em prol de soluções proletárias amplas e decisivas, como sejam: a) construção, expropriação e municipalização geral das casas para operários; b) aluguéis proporcionais aos salários, sendo as respectivas tabelas estabelecidas e fiscalizadas por comissões de inquilinos pobres; c) supressão dos depósitos e pagamento por mês vencido; d) derrubada dos barracões, «casas de cômodos» e «cabeças-de-porco», e construção em seu lugar de habitações que possuam todos os requisitos da higiene e da comodidade; e) severa repressão da especulação dos intermediários e sublocadores.

**Ensino e educação** — Nas questões referentes ao ensino público os candidatos do Bloco Operário bater-se-ão não só pela extensão e obrigatoriedade do ensino primário, como ainda, complementarmente: a) pela ajuda econômica às crianças pobres em idade escolar, fornecendo-lhes, além do material escolar, roupa, comida e meios gratuitos de transporte; b) pela multiplicação das escolas profissionais de ambos os sexos como uma continuação necessária e natural das escolas primárias de letras; c) pela melhoria nas condições de vida do professorado primário, cuja dedicação à causa do ensino público deve ser melhor compreendida e compensada; b) pela subvenção às bibliotecas populares e operárias.

**Voto secreto** — Somos partidários do voto secreto e obrigatório, e extensivo às mulheres e às praças de pré, bem como aos operários estrangeiros com residência definitiva no País. Entendemos, porém, que o voto secreto e obrigatório não é a panaceia universal capaz de curar todos os males da democracia, nem tampouco um fim em si mesmo e sim um meio de facilitar a participação das massas na política e na administração do País. Neste sentido, entendemos que a instituição do voto secreto e obrigatório deve ser acompanhada (ou mesmo precedida) de: a) facilidade e simplificação no processo de alistamento eleitoral, criando-se a possibilidade real de intervenção das largas massas nos pleitos eleitorais; b) adoção do sistema de representação proporcional por quociente eleitoral, meio único de acabar com a existência dos «cabos» eleitorais e de forçar a criação dos partidos e a apresentação dos candidatos em listas coletivas de cada partido.

Eis aí condensadas as reivindicações imediatas, que verdadeiramente consultam aos interesses e aspirações das massas laboriosas em geral.

Por estas reivindicações bater-se-ão denodadamente os candidatos do Bloco Operário.

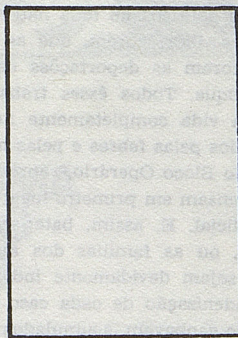
Todo o operário, toda a gente pobre compreenderá que fora desta plataforma não pode haver política proletária sincera. Fora do Bloco Operário, que sustentará esta plataforma, não pode haver candidatos operários.

O Partido Comunista do Brasil, que toma a iniciativa da formação do Bloco Operário, estabelece o prazo de uma semana, a contar desta data, para resposta daqueles a quem se dirige nesta Carta Aberta.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1927.

A COMISSÃO CENTRAL EXECUTIVA DO PCB

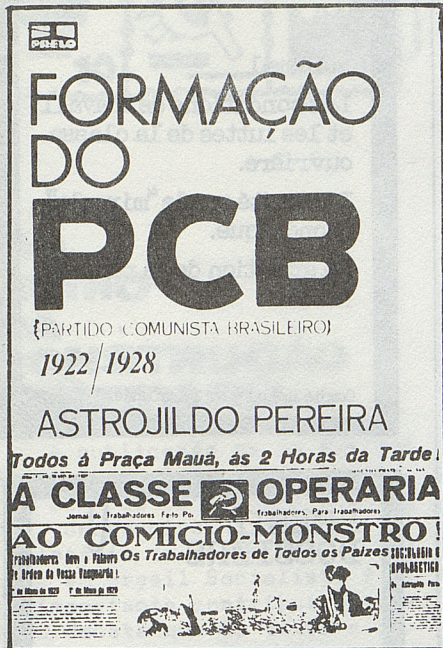
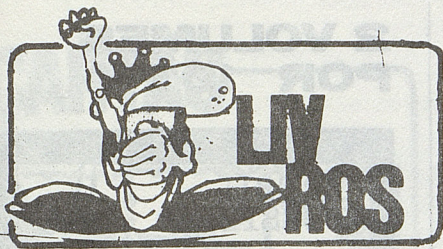
ASSINE



6N<sup>OS</sup>

35FR





### CRÍTICA DE **RAUL VILLA**

A constituição do proletariado brasileiro enquanto força autônoma tem sido um processo várias vezes retomado, interrompido e retomado ainda por cumprir-se. Se é verdade que as tendências à divisão e subordinação da classe operária são inerentes à sua existência na sociedade capitalista, a presença de um partido operário atua exatamente no sentido contrário. No entanto em nosso país a burguesia tem logrado impedir a formação independente do proletariado, e para isso tem contado com a ajuda inestimável da ideologia reformista que o PCB pratica e reproduz.

Para a esquerda revolucionária que se coloca a tarefa de contribuir ativamente para a formação política do proletariado brasileiro, torna-se indispensável apropriar-se da sua história; desse conjunto em que se confundem as experiências de luta da classe com a forma reformista pela qual ela se orientou. Para o PCB, que carrega a maior parte dessa herança, ela constitui um fardo incômodo. Sua historiografia já desenvolveu as técnicas necessárias para transmiti-la com o menor risco: além dos silêncios e deformações, as monótonas explicações em que as derrotas são produzidas porque o

partido se afastou da aplicação da linha justa exatamente no momento em que as coisas se decidiam. Mas se o partido reformista não é capaz de ativar a memória da classe, a esquerda revolucionária é obrigada justamente a cumprir essa função, resgatando seu passado e assimilando suas experiências.

Para essa tarefa o livro "Formação do PCB", de Astrojildo Pereira, secretário-geral do PCB de 1922 até 1930, constitui uma peça fundamental. Abrangendo o período de 1922 a 1928 (mas contendo também uma descrição do período anterior, a partir de 1906 quando se consolidou a hegemonia anarco-sindicalista no movimento operário), o livro compõe-se de vários artigos escritos, a maioria de 1960 e 1961, mas também um de 1947, outro de 52, outro de 54 e outro de 57. Nessa obra, o dano das "auto-críticas" pelas quais o PC nacionalista pequeno-burguês do pós-guerra observa sua infância é minimizado porque o autor nos transmite os fatos relevantes, o ambiente e as condições da época em que o comunismo passa a ocupar o lugar do anarquismo em quanto ideologia das vanguardas da classe.

É esse é um dos momentos decisivos na história do nosso movimento operário. Nêle se dá uma superação parcial do anarquismo, que precede outra transformação radical, em 1934, quando a ideologia pequeno-burguesa do préstimo invade e toma conta do partido comunista.

O anarquismo foi a expressão da revolta anti-capitalista semi-espontânea e fundada no radicalismo anti-autoritário de operários recém egresos do artesanato. Ele é também por isso expressão de uma militância de minorias combativas da classe. O livro de Astrojildo aponta o auge das lutas operárias e suas limitações e derrotas, o impacto da revolução russa sobre militantes que buscavam superar os métodos anarquistas e a luta ideológica que então se trava. Por que ele mesmo foi um desses militantes anarquistas que empreendeu o trajeto rumo ao comunismo

Sua descrição do congresso de fundação e dos primeiros momentos do jovem partido não deixam de nos transmitir a imagem da imaturidade daquele ato. Os grupos comunistas já existentes vêm a urgência da constituição do partido tendo em vista a realização do IV Congresso da IC e sua aspiração de incorporar-se a ela. A ordem do dia é significativa dessa disposição: 1) exame das 21 condições

de admissão na IC; 2) Estatutos; 3) Eleição da Comissão Central; 4) Ação pro flagelado do Volga; 5) Vários. E as "21 condições", expressão de uma tendência ultra-centrista de submissão dos partidos nacionais à direção central da IC, foram aceitas todas por unanimidade por aqueles lutadores operários que mal haviam saído do anarquismo, tal era a vontade de encontrar no modelo russo uma solução para os impasses vividos no Brasil.

Mas as características primeiras da superação havida do anarquismo se encontraram, como é natural, no campo da atividade sindical. O PC vai bater-se pela "unidade sindical" e portanto contra a concepção anarquista que levava os sindicatos a tornarem-se instrumento de luta das vanguardas combatentes. Procurando unir a classe em torno às suas aspirações mais gerais, os comunistas vão enfrentar a tarefa de atrair o novo proletariado, mais atrasado, não qualificado, nacional, que ingressava nas novas indústrias. Mas apesar da justiça dessa concepção, sua aplicação não se fez sem sectarismo. Onde os anarquistas eram a maioria - a parcela mais combatente - os comunistas dividiram o sindicato e criaram outro segundo seus princípios. A unificação da classe se faz a pois de modo bastante contraditório. Está claro que não se limita aí as transformações que os comunistas trazem para a atividade sindical e se de algo podemos nos queixar é que as descrições de Astrojildo são às vezes muito sumárias.

Da descrição das primeiras lutas nacionais do PC, temos uma idéia também do caráter do jovem partido, sua combatividade, sua imaturidade. Da sua irrupção na vida nacional, quando um proprietário de jornal popular adere ao partido e lhe põe nas mãos um diário, que será um órgão de denúncia e agitação que dinamiza toda sua atividade. Mas principalmente o lançamento do Bloco Operário (e do Bloco Operário Camponês - BOC), para as eleições de 1927, 1928 e 1930 traduz seus avanços e limitações, merecendo um estudo particular a respeito. E finalmente, mas está apenas enunciado, o encontro com Prestes revela a política do PC de tentar estabelecer acordos e alianças com o setor radical do tenentismo que se batia contra o regime oligárquico. (No livro de Leônicio Basbaum, "História Sincera da República", de resto muito ruim, temos descrições mais ricas sobre o encontro do PC com



Prestes: a intransigência proletária do PC primeiro, seu sectarismo ao querer que o líder da pequena-burguesia aceitasse formalmente a hegemonia do partido do proletariado, sua capitulação afinal ao incorporá-lo como secretário geral de pois que ele "aceitou" tal hegemonia em Moscou ...)

Pelo livro de Astrojildo Pereira, vemos um jovem partido comunista com suas doenças de infância, um partido obreiro, economicista, mas um partido da classe. Um partido que vale 10 vezes mais do que os críticos que ocuparam seu lugar. E as sábias observações dos responsáveis por esta edição portuguesa - que aproveitam para remeter num prefácio toda a história oficial, as explicações e os tristes slogans do PCB - que anotam com superioridade o sectarismo do velho partido, não escondem o abismo que separa uns de outros. O próprio Astrojildo, confuso entre a negação radical desse passado, exigida pelo PC prestista, e a memória do seu significado, revolta-se às vezes (ver o capítulo "Crítica que não esclarece") contra essa negação que ele ajudou a fazer. Ele também povoa o livro de observações sobre seu passado "sectário". E tem razão quando, ao comentar a carta de princípios do BOC, fundada na política de frente única proletária da IC leninista, declara que seu texto apresenta muitas formulações que hoje nos parecem inadmissíveis". Exatamente, e não por acaso.

## PUBLICADO EM FRANCES

NOME: BILAN DE LA REVOLUTION CUBAINE

AUTOR: FIDEL CASTRO

FM/PETITE COLLECTION MASPERO

Nº 169 - PARIS/1976  
1, Pl. Paul Painlevé

TEXTE INTÉGRAL DU RAPPORT CENTRAL AU PREMIER CONGRÈS DU PARTI COMMUNISTE CUBAIN DES DISCOURS DE CLÔTURE - DÉCEMBRE 1975 -

## método dialético

## e teoria política

michael lowy



COLEÇÃO "PENSAMENTO CRÍTICO" VOLUME 5

### SUMÁRIO :

- . OBJETIVIDADE E PONTO DE VISTA DE CLASSE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS
  - . WEBER E MARX: NOTAS CRÍTICAS SOBRE UM DIALOGO IMPLÍCITO
  - . HOMEM E SOCIEDADE NA OBRA DO JOVEM MARX
  - . HUMANISMO HISTORICISTA DE MARX OU RELER "O CAPITAL"
  - . ROSA LUXEMBURGO
  - . A SIGNIFICAÇÃO METODOLÓGICA DA PALAVRA DE ORDEM "SOCIALISMO OU BARBARIE"
  - . DA GRANDE LÓGICA DE HEGEL À ESTAÇÃO FILANDESA DE PETROGRADO
- TRADUÇÃO DE REGINALDO DI PIERO

2 VOLUMES  
POR 10 FR.

## BRESIL DOSSIERS

volume 1

Les conditions de travail et les luttes de la classe ouvrière.

La verité sur le "miracle" économique.

La situation de la paysannerie.

Comité Brésil pour l'Amnistie

## BRESIL DOSSIERS

volume 2

avril, 1976

Sur l'amnistie.

L'impérialisme Français au Brésil.

L'Eglise pour l'amnistie.

La situation juridique.

La censure continue.

Comité Brésil pour l'Amnistie

## DOSSIER

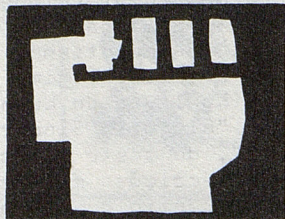
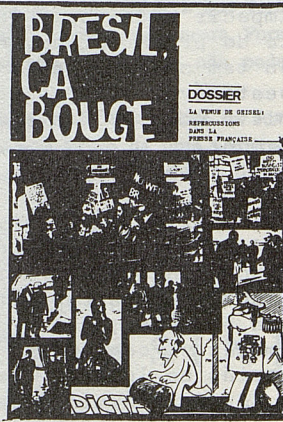
BRESIL, CA BOUGE:

Em Edição Especial, "BRÉSIL CA BOUGE", em forma de dossier, aborda

A VINDA DO DITADOR GEISEL A PARIS.

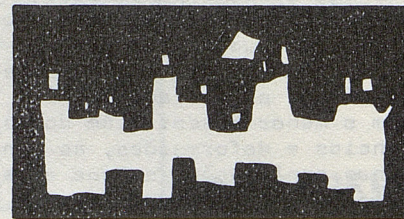
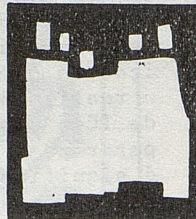
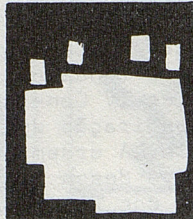
Para isso se utiliza da Imprensa burguesa, reformista e revolucionária, publicando e sistematizando seus artigos.

7F



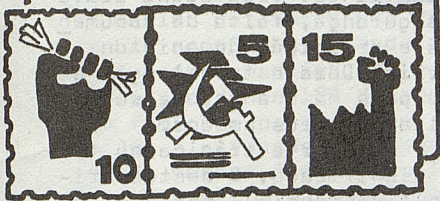
ASSINE  
CADERNOS  
DE  
CAMPANHA

6 N.ºS. - 35 Fr





# CARTAS



## NO RUMO DA CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA...

A publicação de um artigo do camarada Fabio de Almeida - "No rumo da construção partidária, desenvolver a Tendência Proletária da esquerda", publicado em Brasil Socialista é uma importante contribuição para o debate que se trava e deve se travar no seio da esquerda revolucionária.

Ao sistematizar sua posição, e ao fazer um chamado à esquerda para se posicionar sobre o assunto, ele contribui a que se torne mais urgente ainda este debate. Como militante de Campanha, considero que devemos responder a este chamado sistematizando nossa posição que se encontra em diversos artigos e materiais, mas não articulada em um documento que permita a organização do debate. Do mesmo modo devemos contribuir a tornar extensivo a toda a esquerda este chamado, inclusive aos camaradas de Brasil Socialista, já que o artigo saindo sobre uma rubrica de "debate" não pode ser considerado um posicionamento da revista e das forças que o compõem.

Ademais da importância do chamado ao debate, gostaria ainda de apontar que de minha opinião, existe uma série de avanços e elementos novos no artigo em relação ao posicionamento de "Brasil Socialista". O primeiro deles é a tentativa de compreender a evolução da esquerda e seu processo de autocrítica a luz de uma evolução da realidade objetiva e em relação com ela (ainda que pudesse apontar limitações na concretização desta tentativa). Do mesmo modo o uso do conceito de "vanguarda social" poderá servir a desvendar determinados elementos de análises ne-

cessários à definição de uma política de Construção do Partido, mesmo que para o camarada a "vanguarda social" (existente no proletariado) e os grupos operários, sejam uma consequência da dispersão da esquerda, e não como pensamos, um fenômeno novo, de qualidade distinta da esquerda, e que, ainda que embrionariamente, já significa uma determinada "fusão" da teoria com o movimento real da classe operária.

Mas, os avanços que contem ao nível de análise, ao nosso ver, ainda não se manifestam ao nível da superação de uma determinada visão de construção partidária, que vê o partido surgindo de um processo linear de soma de organizações revolucionárias entre si, e a catalização dos grupos operários. Uma visão que já teve como consequência uma série de derrotas e a oscilação entre a política de conciliação e o isolamento (além de que, ao nosso ver, as manifestações de sectarismo na nossa esquerda, tendem a ter origem nesta visão e no culto ao aparelho partidário).

De qualquer modo, o artigo é uma contribuição importante e decisiva para a organização de um debate que não pode mais esperar.

**Um militante do CAMPANHA**

## CUIDADO! ...LEITORES DO "DEBATE"

Leitor que sou, assíduo, de toda a imprensa divulgada no exterior, pois considero isto como parte de minha atividade de militante e de defesa da liberdade de imprensa no Brasil, tive a surpresa ao ler a revista "Debate" nº 22 de ver uma denúncia de três de seus leitores.

O artigo, com o título de "pega-ladrão", denuncia e chama de "escroques", três indivíduos que "se limitaram a copiar artigos de "Debate" sem citar a origem, em sua tese para a Sorbone.

Apesar de dizer que não se trata de "uma questão de defesa da propriedade autoral", não podemos pensar que seja muito mais do que esta a razão desta denúncia (além de uma vulgar forma de propaganda de sua própria revista).

A ira da redação de Debate é desproporcional com o fato (corrente) de que estudantes usem de artifícios para

conseguir seus diplomas sem ter que dedicar seu tempo a fazer trabalhos acadêmicos imbecis e formais. Este fato é para nós apenas uma consequência da mediocridade do sistema escolar que em nada permite o desenvolvimento e criatividade dos estudantes e que por isto se torna aborrecido e chato. Perante o impasse de ou ser reprovado (com as consequências de não ter o diploma e consequente dificuldade de emprego) ou fazer trabalhos imbecis a tendência natural é copiar textos como a forma mais simples de se desembaraçar daquelas obrigações inúteis.

A coisa fica mais grave ainda quando a redação de "Debate" de passagem e sem dar nome aos bois faz a mesma denúncia em relação a setores da esquerda (que segundo ela copiariam da mesma forma seus textos sem citar fontes). Considero razoavelmente difícil que isto tenha ocorrido, já que a grande maioria da esquerda brasileira (da esquerda revolucionária pelo menos) não compartilha em nada suas análises, e os setores reformistas, com os quais teriam mais pontos de opinião em comum, penso que têm força orgânica e teórica suficientes para não serem obrigados a copiar "Debate".

Os camaradas de "Debate" dizem que a produção teórica não tem dono, e uma de suas lutas pela massificação da cultura é sem dúvida contra todos os "copyrights" e "segredos técnicos". A concepção de "propriedade" da produção teórica dos camaradas de "Debate", sem dúvida anda de braço com as suas concepções democráticas de luta contra a Ditadura, que se limitam aos marcos democráticos burgueses e às concepções burguesas de "propriedade coletiva", que não transpõem os marcos do "cooperativismo".

Estas concepções tornam-se ainda mais perigosas quando os camaradas fazem a observação que os "3 escroques" se aproveitam da fragilidade "jurídica" de "Debate". Que querem dizer com isto, os camaradas? Que se tivessem força jurídica processariam os "3 escroques"?

Através desta carta espero marcar o meu protesto a esta forma de auto-propaganda barata e falta dos mínimos critérios de ética de uma revista que denuncia seus próprios leitores pela simples razão de divulgarem suas idéias sem citar a fonte".

**Um quase ex-leitor do DEBATE**

**ESTA PÁGINA  
É UMA  
TRIBUNA LIVRE!  
ESCREVA  
PARA  
CADERNOS DE CAMPANHA**





## ...DOS COMPANHEIROS DE DORA



Maria Auxiliadora (Dora), revolucionária brasileira, morreu no exílio em Berlim a 1 de junho de 1976. Aquêles a quem interessa a luta dos homens contra a opressão e a injustiça, fazemos saber que:

Dora nasceu em uma cidade do interior, de uma família pobre e numerosa. Em função da profissão de seu pai, agrimensor, sua infância foi uma contínua viagem pelas cidades do interior do Brasil. Foi a única filha da família, que, com o sacrifício de todos, pôde chegar a universidade, estudando medicina. Porém, estudava em tempos difíceis, pois nosso país mais uma vez se encontrava sob uma ditadura militar. O movimento de repúdio popular era grande, em especial nas universidades e Dora militou ativamente, consciente da justiça desta lutas.

Foi presa em novembro de 1969, no Rio de Janeiro, junta-

mente com dois companheiros. Levados para o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) foram despidos, torturados à choque elétrico, pau-de-arara e espancados a tal ponto que um deles morreu nesta mesma madrugada devido à hemorragias internas. Ela foi removida para outro centro de torturas, a da Polícia do Exército, onde passou 7 meses jogada numa cela, às vezes sem comida, às vezes sem suas roupas, ouvindo continuamente os gritos dos outros companheiros nas salas de torturas. Sua família conseguiu sua remoção para o DOPS de Belo Horizonte, cidade onde viviam. Em fins de 70, foi transferida para a Penitenciária Talavera Bruce no Rio de Janeiro, onde seguia seu inquérito.

Em janeiro de 1971 houve um sequestro do embaixador suíço no Brasil e entre os 70 presos pedidos em troca da sua libertação estava Dora. Os 70 presos pedidos em troca de sua libertação foram considerados "banidos", ou seja impedidos de voltar ao país sob pena de condenação à prisão perpétua ou à morte. Contra a Declaração dos Direitos Humanos e demais resoluções da ONU sobre o problema dos refugiados, além da própria Constituição Brasileira, os banidos no Brasil são apátridas, sem passaportes e sem possibilidades de se defenderem juridicamente.

O Chile de Allende recebeu os refugiados. Nos dois anos e meio, até o golpe de Pinochet, Dora completou seus estudos de medicina. Participou das brigadas de médicos voluntários que mantiveram seus serviços em funcionamento durante as greves criminosas de médicos reacionários chilenos.

Setembro de 1973: golpe militar no Chile. Os estrangeiros eram caçados como criminosos, presos, torturados ou fuzilados sumariamente. Dora com muitos outros companheiros brasileiros asilou-se na Embaixada do México. Chegando neste país lhe foi comunicado que somente haveria asilo político para chilenos. Por 3 meses buscou-se asilo em todas as partes, embaixadas, missões da ONU, etc., quase todas as portas fechadas. Em dezembro de 1973 finalmente Dora viaja para a Europa, vindo para a Alemanha, onde pediu asilo em fevereiro de 1974. Alguns meses depois, durante o "campeonato mundial de futebol" foi posta em regime de vigilância pela polícia da cidade de Bochum, onde tinha que comparecer até 3 vezes por dia. Em Berlim continuava os estudos de medicina para o reconhecimento de seu

curso. O passaporte chileno de refugiado venceu, Dora ficou sitiada na cidade de Berlim. O próprio pedido de asilo, após 2 anos e 3 meses não fora ainda aceito pela Bundesamt für Anneykenung politischer Flüchtlinge. Isso significava insegurança, falta de documentos e proibição de sair de Berlim. Dora estava longe de seu país há 6 anos, de sua família, de seus amigos.

Sua morte trágica só tem um significado: O destes crimes à distância, onde não se deixam marcas e os criminosos são anônimos.

A perseguição sem fim no Brasil, Chile, a insegurança constante, só tiveram um ponto final com a sua morte. Nós que ficamos, continuaremos lutando por um mundo diferente, exatamente aquele onde nossa companheira pudesse encontrar sua felicidade.

## ...DO CÍRCULO BRASILEIRO DE MULHERES

Desde menina, nós mulheres, aprendemos a considerar que o nosso papel principal está ligado ao lar e que todos os setores da vida social, forado quadro familiar, pertencem mais ao homem do que a nós mesmas. É a apresentação natural da divisão dos papéis: o homem que é feito para a vida pública e nós que somos feitas para o lar.

Somos nós que asseguramos as tarefas domésticas e que nos encarregamos da educação das crianças. Sem contar que ao ficarmos isoladas em nossas casas somos mais vulneráveis à ideologia burguesa que é propagada pelo rádio, pela imprensa, pela TV e por toda a literatura "dita feminina".

Temos um papel fundamental na renovação da força de trabalho dispendida pelo homem, através do trabalho doméstico gratuito e invisível: lhe dar de comer, preparar sua roupa, zelar por sua saúde e além disso ter que reduzir a nossa sexualidade a satisfazer as suas necessidades sexuais. ... enfim, deixá-lo recuperado física e psicologicamente para enfrentar no dia seguinte uma nova jornada de trabalho.

Todas estas horas consagradas ao marido e também aos filhos, além de serem grátis, re-



presentam uma economia para o capitalismo de todos os serviços sociais indispensáveis à vida da população: creches, cantinas, lavanderias, jardins de infância, etc..

Essa relação de servidão ao marido determina uma dependência econômica, grande entrave à nossa emancipação. - No Brasil, onde só 18% da população feminina participa na produção, a situação de dependência da mulher é gritante !!! -

Mesmo que a independência econômica crie novas condições objetivas para nossa liberação não é suficiente para romper com o conjunto dos valores considerados "naturalmente femininos" que delegam à mulher um papel submisso, passivo e dependente do homem.

Nossa sexualidade ainda está a serviço da reprodução. Reprodução essa que é incentivada ou controlada de acordo com os interesses da burguesia de sua maior ou menor necessidade de mão-de-obra. Não nos é dado o livre direito de controle da nossa própria sexualidade, de nosso próprio corpo e consequentemente de uma consciamente tomada de decisão.

Desde pequena nos ensinaram que o nosso sexo é o dever de ser mãe. Aí está: o ato sexual ligado à reprodução! E o prazer? Isso é coisa reservada aos homens ! ...

A frigidez sentida e aceita pela maioria das mulheres como natural, não é algo que exista em si, mas algo que nos é imposto pela miséria de nossas relações em geral. Aceitar a falta de prazer é como se habituar à fome ou à dor, é uma forma de se habituar à opressão em geral, um modo de diminuir nossa capacidade de revolta e nosso desejo de viver.

A mulher trabalhadora é uma contradição para o sistema: -questiona em parte o papel de

ológico que a mulher deve cumprir nele (mãe-dona-de-casa). A incapacidade de controlar o ritmo das maternidades e a obrigaçao de se ocupar dos filhos faz dela um trabalhador pouco rentável para o capitalismo. Mas, apesar disto, ficamos no mercado de trabalho como membro do exército de reserva. A nós é dado o "direito" a uma formação profissional inferior à do homem (1). Portanto seremos sempre pouco qualificadas e mal pagas. E mesmo quando exercemos a mesma profissão salarial. Veja-se por exemplo, no Brasil, as mulheres que exercem profissões liberais têm em média um salário três vezes menor que o do homem (2).

Somos formadas para profissões femininas que se aproximam da famosa "natureza feminina", isto é, das qualidades de mulher dona-de-casa (doçura, dedicação, amabilidade, minuciosidade): secretárias, professoras primárias, enfermeiras, vendedoras e certos setores da indústria (têxtil, alimentação). No Brasil, 69% das mulheres que trabalham se concentram no setor terciário.

Assim quando uma mulher trabalha, seu salário constitui geralmente um salário complementar ao do "chefe de família".

Estamos sempre ocupando as posições subalternas, marginais na produção e no contexto da "vida social". Sempre com dificuldades para tomar a palavra em público, para tomar iniciativas. Sempre habituadas a considerar que tudo que não diz respeito ao lar e às crianças, são coisas reservadas aos homens (sindicalismo, lutas políticas, etc..).

- QUE FAZER PARA VARRER COM SÉCULOS DE OPRESSÃO ?

ORGANIZAR-SE E LUTAR !!!

Ninguém melhor que o oprimido

está habilitado a lutar contra sua opressão. Somente nós mulheres organizadas autonomamente podemos estar na vanguarda desta luta, levantando nossas reivindicações e problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres, não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que conjuntamente com homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista.

A luta contra nossa opressão específica se integra à luta contra um sistema no qual o homem também é oprimido. Por exemplo: se é correta a luta constante contra toda manifestação do machismo, isto não significa travar uma luta contra os homens mas sim contra toda uma ideologia que forja e perpetua este tipo de comportamento.

A opressão das mulheres toca diferentemente cada classe social de um lado se combina com privilégios, de outro com exploração. Não consideramos portanto, que existam questões exclusivamente femininas que unificariam todas as mulheres numa luta comum contra uma opressão comum.

A organização e o combate de nós mulheres contra nossa opressão específica, vinculada ao processo de luta do proletariado permitirá a criação de novas relações coletivas se opondo sob todos os terrenos à ideologia dominante, e permanecerá como um objetivo até o surgimento de uma humanidade desalienada no senso mais geral do termo.

(1) SENAI no Brasil: escola de formação profissional exclusiva para os homens.

(2) Para o homem a média é de Cr\$ 1220,00 e para a mulher Cr\$ 420,00 .



**Endereço para correspondência:**  
**CAMPANHA C/O Mouvement pour le Desarmement**  
**la Paix et la Liberte (MDPL). BP 126-10 -Paris.**  
**Doações e pagamentos de assinaturas:**  
**CCP 2272-22 com CLAUDE BOURDET (Paris).**  
**Supplement a l'ALERTE**





A lei dos 12 mil, O "direito de ir e vir" e As razões de um suicídio	3
A economia brasileira e a Estatização Andre Fernandes	5
Como conheci Mariategui	8
A crise mundial e o proletariado peruano José Carlos Mariategui	10
As lutas camponesas no interior do Maranhão Manuel da Conceição	13
Um "bate papo" com feministas francesas	18
Debate Programático Documento do interior do país	21
Por uma crítica radical da instituição esportiva Redatores esportivos de "Rouge"	27
Um apólogo brasileiro sem véu de alegoria Uma crônica "modernista"	29
Um novo jornal de humor Ovelha Negra	30
A batalha por Saigon Giap	31
O Bloco Operário e as Eleições (1927) Carta Aberta do PCB	39
Critica do livro: "A formação do PCB" Raul Villa	43
Livros, publicações, cartas e comunicados	44